

**Contributos para a programação museológica
do acervo arqueológico romano de Tróia.
Museu ou centro de interpretação?**

Patrícia Santiago Pinto Brum

**Trabalho de Projecto
em Museologia**

Setembro 2013

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Museologia realizado
sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Henriques da Silva e da
Mestre Maria da Graça da Silveira Filipe

Ao meu avô Manuel Brum

Por todas as histórias com que me encantou

Antes de mais à Prof. Graça Filipe, que me guiou no mundo de musas de cada museu. Cada um com sua particularidade e encanto, cada qual com sua missão, vocação e visão ainda que nem sempre explícita.

À Prof Raquel Henriques da Silva que em boa hora me ensinou que temos limites e ao mesmo tempo me apresentou o museu imaginário de André Malraux e me fez criar o meu próprio museu imaginário.

Ao Troiaresort e em particular à equipa de arqueologia. À Inês, pela sua exigência e rigor que me faz sempre dar o melhor de mim. À Ticha, que todos os dias me ensina e não desiste de repetir e insistir que o céu não é um limite.

A todos os que em cada museu tornaram possível este projecto e me abriram as suas portas: Maria João Cândido (Museu de Setúbal), Margarida Farrajota (CPAS), Luís Raposo e António Carvalho (Museu Nacional de Arqueologia), Teresa Crespo (Museu de Évora), António Rafael Carvalho, Marisol e Fernando (Câmara Municipal de Alcácer do Sal), Isabel Luna (Museu Municipal Leonel Trindade), Tânia Peralta (Câmara Municipal de Mafra), Célia Pereira e José Morais Arnaud (Museu Arqueológico do Carmo), Cristina Gomes (Biblioteca Nacional), Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (MAEDS) e Purificação Pereira (Câmara Municipal de Grândola).

Aos meus colegas de mestrado, que toleraram a minha dúvida existencialista entre Centro de Interpretação e Museu e a insistente pergunta em cada museu visitado pela razão da escolha da nomenclatura.

À minha “família do Norte”, sempre presente em momentos de angústia, e que me deu um cantinho seguro e sossegado para muitos serões de corta e cola, escreve, risca e começa de novo que ainda não saiu bem.

À Marta e à Sandra, por acharem sempre tudo possível e fantástico. À Sofia e seus dois malabaristas, que por incrível que pareça me motivaram e concentraram nos meus objectivos.

À minha família, em especial à minha mãe, que sempre me apoiou.

**Contributos para a programação museológica
do acervo arqueológico romano de Tróia.
Museu ou centro de interpretação?**

***Contribution for the museum planning
of the Roman archaeological collection of Tróia.
Museum or heritage interpretation center?***

Patrícia Santiago Pinto Brum

Resumo

Palavras-chave: Ruínas Romanas de Tróia, Museu, Centro de Interpretação, Espólio, Acervo, Colecção, Programação Museológica, Diagnóstico, Arqueologia

Desde as primeiras menções de intervenções no séc. XVIII, as Ruínas Romanas de Tróia foram sendo escavadas por diversos investigadores e viajantes. Até hoje nenhum plano havia sido proposto para o futuro destas colecções, tendo estas sido divididas e depositadas em diversas instituições. Este projecto tratou 13 destas instituições, desde o Museu Nacional de Arqueologia até ao Centro Português de Actividades Subaquáticas, efectuando o diagnóstico da maioria das colecções conhecidas até à data.

Hoje em dia, o sítio arqueológico é da responsabilidade de um empreendimento turístico (Troiaresort) e um Centro de Interpretação próximo do sítio foi previsto e aprovado pela Câmara Municipal de Grândola. No entanto, após o diagnóstico das colecções, foi concluído que a forma mais apropriada para a valorização deste sítio arqueológico era a instalação de um museu com o seu programa científico próprio, e uma importante área de Reserva, que possa igualmente servir de atractivo da região, estando esta a crescer do ponto de vista do turismo.

Abstract

Keywords: Roman Ruins of Tróia, Museum, Heritage Interpretation Center, Archaeological finds, Collection, Museum Planning; Diagnoses; Archeology

Since the first mentions of interventions in the 18th c., the Roman Ruins of Tróia have been excavated by endless investigators and wanderers. Until today no plan was proposed for the future of its collections, haven these been divided and deposited throughout several institutions. This project treated 13 of such institutions, from the National Museum of Archeology to the Portuguese Center for Nautical Activities, allowing the diagnoses of most of the collections known to this date.

Nowadays, the archaeological site is in charge of a touristic development (Troiaresort) and a Heritage Interpretation Center next to the site was planned and approved by the council. Yet, after the diagnoses of the collections, it was accessed that the proper way for the enhancement of this site is the establishment of a museum with its own scientific program, and a very important space as a reserve, which might also work as an attracting feature for this region as it is growing in terms of tourism.

Introdução.....	1
Capítulo 1: Enquadramento conceptual	2
1.1. Colecção, acervo e espólio	2
1.2. Breve dissertação e interpretação do conceito de museu	4
1.3. Contributos para uma definição de centro de interpretação	9
1.4. Metodologia	12
Capítulo 2: Antecedentes: as investigações e as colecções do sítio arqueológico de Tróia	14
2.1. A visão dos humanistas sobre as Ruínas Romanas de Tróia	15
2.2. A Casa Real, o poder eclesiástico e alguns visitantes ilustres	17
2.3. Setúbal e a investigação em Tróia.....	21
2.4. Os directores do Museu Nacional de Arqueologia.....	24
2.5. Trabalhos recentes: a equipa do IPPAR e do Troiaresort.....	28
Capítulo 3: Identificação, diagnóstico e problemática da dispersão de um acervo	36
3.1. Levantamento de colecções provenientes de Tróia	37
3.1.1. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)	40
3.1.2. Centro Português de Actividades Subaquáticas (Lisboa)	48
3.1.3. Biblioteca Nacional (Lisboa)	50
3.1.4. Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa).....	52
3.1.5. Museu de Setúbal.....	53
3.1.6. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.....	54
3.1.7. Câmara Municipal de Grândola.....	56
3.1.8. Museu Municipal Pedro Nunes (Alcácer do Sal)	57
3.1.9. Museu de Évora.....	58
3.1.10. Câmara Municipal de Mafra.....	59
3.1.11. Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras).....	60
3.1.12. Anexo do Palacete Sottomaior (Tróia)	61
3.1.13. Troiaresort.....	62
3.1.14. Outras entidades	64
3.1.15. Colecções privadas	66
3.2. Diagnóstico do acervo	68
3.2.1. Características e tipologia do acervo	70
3.2.2. Aumento das colecções.....	74

3.2.3. Incidência disciplinar e temática	75
3.2.4. Abrangência territorial	76
3.2.4. Dependência administrativa	78
Capítulo 4: Projecto de valorização patrimonial	80
4.1. Necessidades e prioridades do acervo diagnosticado	81
4.2. Museu ou centro de interpretação: o caso de Tróia.....	85
4.3. Definição de missão, visão, vocação e objectivos.....	91
4.4. Programa de investigação	93
4.5. Propostas para as colecções identificadas no levantamento	95
Considerações finais.....	100
Referências Bibliográficas	105
Legislação:	105
Relatórios:	105
Fontes:.....	106
Bibliografia:	107
Outros documentos:	114

- AAI – Arquivo de Arqueologia do IGESPAR
- AFMNA - Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia
- AHAAP - Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses
- AHMNA – Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia
- AJNE – Arquivo da Junta Nacional de Educação (Ministério da Educação)
- CEAUCP – Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
- CPAS – Centro Português de Actividades Subaquáticas
- DGAC – Direcção Geral dos Assuntos Culturais
- DGPC – Direcção Geral do Património Cultural
- DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- ICOM – International Council of Museums
- ICMAH – International Committee for Museums and Collections of Archeology and History
- ICTOP – International Committee for the Training of Personnel
- IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IPA – Instituto Português de Arqueologia
- IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
- MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
- MNA - Museu Nacional de Arqueologia
- PNTA – Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos
- RPM – Rede Portuguesa de Museus
- SAL – Sociedade Arqueológica Lusitana
- UNESCO – United Nations Education Scientific and Cultural Organization
- ZEP – Zona Especial de Protecção

Introdução

No século XVI, os humanistas Gaspar de Barreiros e André de Resende referem-se aos vestígios do povoado romano ao longo do curso do rio Sado, iniciando a história das investigações do sítio arqueológico, onde terão sido realizadas as primeiras escavações no nosso país, sob o patrocínio da infanta D. Maria, mais tarde rainha D. Maria I.

Dado que se menciona um equipamento museológico com acervo de Tróia desde o século XIX e que este espaço se encontra previsto no actual plano de ordenamento daquele território, este projecto procura avançar com a fase de Investigação (Recolha/Análise) do acervo móvel do património arqueológico de Tróia e contribuir para a discussão acerca da programação museológica deste acervo.

Neste projecto procura-se sobretudo contribuir para formular objectivos através da identificação de necessidades e afinar a nomenclatura atribuída ao equipamento museológico decorrente do diagnóstico do acervo. Pretendemos com este projecto explorar as opções de nomenclatura e contribuir para uma proposta adequada ao potencial do sítio arqueológico em estudo.

Este projecto divide-se assim em 3 capítulos essenciais: as investigações e as colecções do sítio arqueológico de Tróia; identificação, diagnóstico e problemática da dispersão de um acervo e projecto de valorização patrimonial, sendo precedido por um capítulo de enquadramento conceptual.

Partimos do diagnóstico do acervo para oferecer uma proposta de valorização do acervo, tendo já sido aprovado um centro de interpretação arqueológico e ambiental em Tróia, ainda que se pretenda no presente projecto equacionar quais as vantagens deste tipo de equipamento para servir o acervo analisado. A existência de colecções, dispersas por dezenas de instituições fora e dentro de portas, não invalida a hipótese da solução de um centro de interpretação, como se analisará, mas é particularmente “definidor” no caso de um museu, já que “Las colecciones constituyen el atributo definidor de un museo” (Lord e Lord 1998: 27) pelo que este projecto se revela crucial em ambos os casos.

Capítulo 1: Enquadramento conceptual

1.1. Colecção, acervo e espólio

Tal como indicado no próprio título do projecto tratamos aqui o “acervo arqueológico romano de Tróia”. O acervo arqueológico é composto por bens imóveis (Apêndice A) e bens móveis arqueológicos, assumindo-se neste projecto a sua definição como

“Bens móveis ou imóveis cuja principal informação resulta da aplicação de métodos de estudo arqueológicos, nomeadamente a escavação, a prospecção, a datação e classificação, assim como todos os das mesmas tipologias, que resultem de achados fortuitos ou da actividade colecionista.” (INE 2009: 13).

Não nos debruçaremos extensamente sobre o tema, mas pensamos adequar-se nesta introdução uma breve reflexão sobre a distinção entre acervo arqueológico e acervo museológico.

Segundo a legislação, deve ser tida em conta a rede nacional de museus para a incorporação dos bens móveis arqueológicos decorrentes de escavações (Art. 16º do Decreto-lei 270/99), o que não significa que este se torne automaticamente acervo museológico. Aliás para Maria José Almeida “a esmagadora maioria dos espólios arqueológicos tem um escasso, se não mesmo inexistente, valor museológico.” (Almeida 2006: 65).

Antes de mais devemos definir o que entendemos por acervo museológico. Seria redutor considerar que se trata apenas daquele que se pode expor. Aliás a larga maioria das colecções diagnosticadas no presente projecto depositadas em museus encontra-se em reserva e não em exposição. Considerando a definição de “musealia”¹, todo o acervo proveniente de escavações arqueológicas, como testemunho do desenvolvimento humano, é efectivamente um objecto museológico. Assim haverá correspondência de ambos os acervos? O acervo museológico já não cumpre a sua função original, tal como o arqueológico, compondo agora um testemunho de cultura, quer esteja em exposição quer em reserva, mas não tem necessariamente valor histórico.

¹ “Musealia (museum objects) are authentic movable objects which, as irrefutable evidence, show the development of nature and society” (Schreiner 1985 *apud Key Concepts*).

Por sua vez, o acervo arqueológico possui características específicas. Todo o acervo proveniente de escavações é protegido legalmente, já que “Os bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional”², tal como já havia sido previsto no Art. 16º do Decreto-lei 270/99 e no anterior enquadramento legal do acervo arqueológico mais genérico, no qual “Os bens arqueológicos, imóveis ou móveis, são património nacional”³.

Do ponto de vista da sua protecção legal não seria necessário musealizar para valorizar um acervo. Contudo, e ainda que estejam inerentes características particulares no objecto museológico, se pensarmos como necessidade a investigação do acervo todo ele é relevante para a produção de conhecimento. Entendemos que mesmo o material actualmente considerado menos relevante do ponto de vista da investigação deve ser devidamente guardado em reserva, dado que poderá representar futuras linhas de investigação. É exemplo o caso do material anfórico, tradicionalmente descurado e por vezes descartado no âmbito das escavações arqueológicas e hoje considerado de extremo valor para a compreensão do comércio e economia da época.

Neste projecto considerar-se-á o termo acervo para o conjunto de colecções arqueológicas pertencentes a diversas entidades. O termo colecção, segundo o ICOM

“defined as a set of material or intangible objects (works, artefacts, mentefacts, specimens, archive documents, testimonies etc.) which an individual or an establishment has assembled, classified, selected, and preserved in a safe setting and usually displays to a smaller or larger audience, according to whether the collection is public or private” (Desvallées e Mairesse 2010: 26),

será aplicado aos conjuntos de bens incorporados nas entidades (públicas ou privadas), quer expostos quer em reserva e cuja ligação se refere à sua proveniência do sítio arqueológico de Tróia.

O espólio, terminologia exclusivamente adoptada pela legislação nacional dos trabalhos arqueológicos (Decreto-lei 270/99), inclui todos os bens do conjunto das Ruínas Romanas de Tróia, quer os que foram identificados no presente projecto, quer

² Art. 74º da Lei-base 107/2001.

³ Art. 36º da Lei nº 13/85, de 6 de Julho.

aqueles cujo paradeiro é actualmente desconhecido, bem como aqueles que surgirão em novas investigações, sendo assim o conceito mais abrangente deste projecto, abarcando o sítio arqueológico e as suas colecções e formando no seu conjunto um acervo de bens móveis e imóveis.

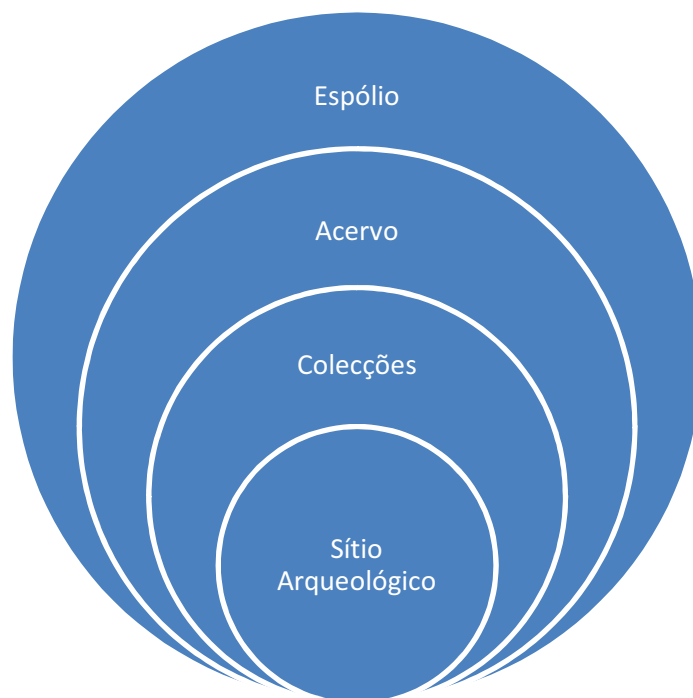


Fig. 1 - Relação dos conceitos utilizados no presente projecto.

1.2. Breve dissertação e interpretação do conceito de museu

“O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.”⁴

(ICOM 2007)

Em tão curto capítulo analise-se em detalhe a definição de museu tal como actualmente elaborado pelo *International Council of Museums* (ICOM).

No panorama de instabilidade actual a permanência de instituições é cada vez mais posta em causa por questões financeiras. No entanto, um museu é uma instituição dedicada ao património comum e a sua dissolução, ainda que com legislação de protecção, condicionará o usufruto público do património, que se pretende que seja **permanente**.

⁴ Definição adoptada na 21ª Conferência Internacional do ICOM em Viena (Áustria) em 2007.

Um museu é uma instituição **sem fins lucrativos**, ainda que tal não queira dizer que não possa ter receita, devendo essa receita ser considerada apenas como reinvestimento no próprio museu. Assim um museu não deve ter como propósito a geração de lucro, ainda que deva ter preocupações económicas e de sustentabilidade, enquadrando-se na sociedade actual e suas preocupações. Desde que não comprometa a sua missão o museu pode ser utilizado como espaço cultural, como no caso do aluguer de auditórios e pode inclusivamente constituir-se uma marca de qualidade cultural, como é o caso do Louvre.

Na sequência do que se vem enunciando um museu deve estar **ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento**, sendo a cultura parte essencial do desenvolvimento da sociedade. O museu deve ser visto não como uma instituição estática e conservadora, mas como um pólo dinamizador e de desenvolvimento local e regional, não apenas na vertente cultural de desenvolvimento do conhecimento, mas potenciando também o desenvolvimento de outras actividades económicas, nomeadamente no segmento do turismo, uma vez que se pode tornar um factor atractivo de uma região.

“Aberta ao público”, conforme definição do ICOM e da legislação nacional, afasta a noção do museu como um mausoléu fechado, defendendo-se a fruição cultural dos diversos públicos. Sem esta premissa o museu não poderia ser considerado ao serviço da sociedade e seu desenvolvimento como anteriormente foi observado. A Associação Americana de Museus (AAM) mantém muitos dos elementos enunciados pelo ICOM na sua definição de museu⁵ e destaca-se particularmente na questão da acessibilidade dos públicos, defendendo que apenas é um museu a instituição que esteja aberta um mínimo de 120 dias por ano.

Importa, no entanto, distinguir qual a relação com os públicos que um museu procura, ainda que não seja facilmente generalizável. Segundo a afirmação de Jacobi e Meunier

⁵ “organized as a public or private nonprofit institution, existing on a permanent basis for essentially educational and aesthetic purposes, that cares for and owns or uses tangible objects, whether animate or inanimate, and exhibits these on a regular basis (...) that has at least one professional staff member or the full-time equivalent (...) is open to public on a regular basis (...) at least 120 days per year” (1994:18-19).

“le musée est par nature un espace immuable pour des spectateurs le plus souvent immobile en de longues stations devant les pièces les plus remarquables rassemblées à cette intention” (Jacobi e Meunier 2009: 27).

Estes autores apresentam uma visão muito estática de museu, mais associado ao conceito historicista de museu como templo sagrado. Na realidade muitos museus se têm modernizado, sem que deixem de caber na definição de museu proposta pelo ICOM.

Sem dúvida o museu tem como condição *sine qua non* a existência de uma colecção física, que **adquire, conserva, investiga, comunica e expõe**. A existência desta instituição está dependente na sua origem de uma colecção, aliás a sua própria história está associada ao coleccionismo de objectos. Esta dependência da colecção física é um elemento importante, sobretudo quando se procurar distinguir do centro de interpretação, definido seguidamente, uma vez que, como considera a dupla Lord, a colecção é o seu elemento definidor (Lord e Lord 1998: 27).

É importante compreender que um museu é sempre um local de escolha sendo seleccionados objectos muitas vezes sob critérios estéticos, daí a afirmação “Le musee resulte du processus de collecte, recollement, analyse, sélection et filtre, puis, mise en exposition qui focalise l’attention sur un nombre limité d’unités-vedettes” (Jacobi e Meunier, 2009: 28).

No entanto, um museu não é apenas um local de exposição de objectos, sendo que as funções museológicas partem e centram-se em torno precisamente da valorização das suas colecções, destacando o ICOM três funções principais: **educação, estudo e fruição** e considerando a legislação nacional que estas funções devem ser repartidas em: estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação e exposição e educação.

Do levantamento efectuado neste projecto destacaria o exemplo de dois museus cuja **investigação** é parte central do seu funcionamento: o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), ainda que em escalas territoriais distintas. Em termos de educação, nas palavras do fundador do Museu Etnológico Português “Criar um Museu é abrir uma escola, é rasgar um parenteses de luz na vida de uma terra” (Vasconcelos 1903: 18). Quanto à fruição, um museu permite o usufruto e visitação da escolha efectuada, já

que é uma instituição aberta ao público, ao contrário do que sucede no caso das colecções privadas.

Há, no entanto, diversas tipologias de museus, entre os quais aqueles que lidam em particular com o património arqueológico, sendo que os museus de temática arqueológica têm naturalmente características particulares. Segundo definido no estudo de 2009 um museu de arqueologia é um “Museu que se distingue pelo facto de as suas colecções terem origem, em grande parte ou na totalidade, em escavações.” (INE 2009: 14).

No caso destes museus não pode ser esquecido que o contexto e a proveniência são elementos cruciais, tratando a arqueologia como ciência, e não se reduzindo à descoberta de objectos para incorporação em colecções, como historicamente foi nos séculos XVIII e XIX. Logo, num museu de arqueologia a colecção de objectos é fundamental e o museu depende dela, mas não se deve nunca desvalorizar o seu contexto, correndo o risco nesse caso de se tratar apenas de um museu de arte ou de achados sem contexto. Não devemos também esquecer que a visão sobre o passado é sempre interpretada sob o olhar do presente e de tudo quanto sabemos até à data, assim “el discurso sobre el pasado que transmiten los museos de arqueología, es siempre, aunque en forma diferida, un discurso sobre el presente” (Delfino e Rodríguez 1997: 7).

Um museu com colecções de arqueologia é um museu de ciência, no qual a investigação é essencial à compreensão das colecções, sendo essencial a documentação e contextualização associada aos objectos.

Aqui não é apenas o objecto pelo objecto, mas a peça enquanto elemento de estudo. Segundo o estudo recente de Luís Raposo (2009:75-103) existem no caso português 4 categorias de museus com colecções de arqueologia: museus de arqueologia, museus mistos, colecções visitáveis de arqueologia e sítios musealizados.

No primeiro caso temos o paradigmático MNA, como será analisado, e cuja vocação é de síntese do registo arqueológico nacional, ou o MAEDS, com maior enfoque no distrito de Setúbal. No caso dos museus mistos apresenta-se uma diversidade de colecções compostas com muita frequência por bens arqueológicos, que, como iremos analisar, correspondem à maioria dos museus com bens móveis arqueológicos provenientes de Tróia.

Devemos distinguir a musealização de sítios de “**museu de sítio**”. No caso da musealização de sítios privilegia-se a conservação, aplicando-se regras museológicas na apresentação do sítio aos visitantes. A valorização do sítio pode, por sua vez, ser apoiada por 3 tipos de museu de sítio (ecológico, etnográfico e histórico e arqueológico), sendo particularmente relevante o último no caso do presente projecto. A definição de museu de sítio vem sendo construída desde o Congresso do ICMAH (Comité do ICOM dedicado aos museus e colecções de arqueologia e história) de Varsóvia em Setembro de 1966 podendo-se considerar definitiva a seguinte definição :

“site ou ensemble de sites archéologiques de toutes périodes et de tout type, y compris l’archéologie industrielle, comportant des vestiges conservés et montrés au public, disposant d’un musée présentant des collections originales provenant du site et, le cas échéant, des reconstitutions réalisées selon des critères scientifiques” (Morel-Deledalle 2001: 9).

Mais simplesmente definido por António Nabais como um museu que “recolhe, conserva, estuda e divulga e tem como objecto principal o sítio e os bens móveis” (Nabais 1993: 75).

Para alguns o museu de sítio representa inclusivamente vantagens relativamente aos museus nacionais,

“En este sentido los museos de sitio son más propicios que los grandes museos metropolitanos debido a que se prestan más a la integración con actividades locales como la artesanía, para constituir museos integrales cooperativos, u otros centros de actividad comunal.” (Delfino e Rodríguez 1997: 2).

Outra categoria particular de museu, que se deve analisar no âmbito da sua aplicabilidade a acervos como o presente, são os **museus de ar livre**. Genericamente correspondem à definição de museu, mas têm, segundo Thomas Agonti, as seguintes características distintivas:

“(a) it is a collection of at least several buildings; (b) the buildings are representative of a previous historical period; (c) the buildings are essentially exhibits that are open to the public on a regular schedule; and (d) the major function of the museum is educational.” (Agonti 1982: 182).

Os museus de ar livre têm o objectivo de salvaguardar uma identidade cultural muitas vezes ameaçada, detendo-se nos particularismos locais através da valorização

da função educativa. De certa forma, e tendo em conta esta definição, as Ruínas Romanas de Tróia são já um museu de ar livre.

Por outro lado, “La méconnaissance de la mission scientifique et éducative des musées de plein air fait courir de grandes risques à l’institution, à l’heure actuelle plus que jamais.” (Jong e Skougaard 1992: 156). Há uma dicotomia entre a autenticidade e a finalidade e utilidade do museu, uma vez que ele deve “rendre l’histoire vivante d’une manière divertissante tout en veillant au respect de l’authenticité et de la science” (Jong e Skougaard 1992: 153), mas por outro lado não deve ser transformado num parque temático⁶.

O primeiro museu deste tipo foi criado em Skansen, no final do séc. XIX, para recolher e salvaguardar o património cultural tradicional, sob o princípio de que é pela experiência que se aprende. Este tipo de museu foi inicialmente mais aplicado nas sociedades rurais e mais associado aos museus de temática etnológica. A sua inovação consistia em transferir as construções para as preservar para a posteridade e ilustrar a cultura pré-industrial. Este fenómeno, por vezes associado ao movimento neoromântico, tem origem no norte da Europa e alastra-se aos Estados Unidos, tendo pouca difusão na Europa mediterrânica, África e Ásia.

Integrados na indústria do turismo, estes museus mudam rapidamente, adaptando-se à sociedade moderna. Esta tipologia museológica cresceu para a abrangência de temáticas como a arqueologia industrial

“concerned as it is with objects and monuments which cannot easily be assimilated to the older kind of museum system, because of their very subject, partly because of their site or relative complexity.” (Attikinson 1970-71: 99).

1.3. Contributos para uma definição de centro de interpretação

“un espace sans collection / à visée de mise en valeur et de diffusion / d’un patrimoine / destiné à accueillir un large public.” (Chaumier e Jacobi 2008: 5)

Partindo da definição dos autores franceses Serge Chaumier e Daniel Jacobi, onde a premissa inicial do centro de interpretação aqui expressa é a **inexistência de coleção**, que Chaumier, Jacobi e Meunier precisam ao dizer que se trata de

⁶ “Plus la reconstitution du passé est concrète, plus on court le risque de donner une image fautive, qui peut avoir du succès auprès du public, mais qui compromet la réputation de sérieux du musée.” (Jong e Skougaard, 1992: 156).

inexistência de colecção no sentido físico (Chaumier e Jacobi 2008: 5 e Jacobi e Meunier 2009: 24). Mélanie Bessard e Nolwenn Robine esbatem ainda mais este conceito, referindo que não se trata de não ter colecção, mas antes de não depender dela. Na mesma linha de pensamento Sylvie-Marie Scipion refere que “Avec ou sans collections, le centre d’interprétation exprime de nouveaux centres d’intérêts.” (1999: 25).

A questão da inexistência de colecção física num centro de interpretação parece ser posta em causa no caso português por vários exemplos. No Centro de Interpretação dos Lanifícios (instalado num núcleo do Museu dos Lanifícios, na Covilhã) existe inclusivamente uma reserva de qualidade para os instrumentos relacionados com a indústria têxtil de lanifícios. No caso do Centro de Interpretação do vulcão dos Capelinhos, existe por exemplo uma colecção de amostras geológicas. Poder-se-á argumentar, no entanto, que a colecção não tem a mesma pertinência central nos centros de interpretação que nos museus, já que “ne s’articulent pas autour des préoccupations propres aux collections ou aux fonds” (Jacobi e Meunier 2009: 25), nem têm de obedecer à legislação existente para os museus.

O centro de interpretação deve **valorizar e difundir um património** que não cabe fisicamente no interior de um edifício. Em termos de funções, a missão central é a transmissão pedagógica do conhecimento adquirido. O estudo e a investigação não são centrais nesta tipologia de espaço museográfico, concordando unanimemente Chaumier, Jacobi, Varine e afirmando Bessard e Robine “Les missions de recherche ne font normalement pas partie des vocations du centre d’interprétation” (Bessard e Robine 2008: 13).

Para Sylvie-Marie Scipion o centro de interpretação é visto de uma perspectiva territorial e colectiva, tendo uma relação com o exterior mais forte do que a de museu, onde o património não fica completamente adquirido sem a visitação do local. Neste sentido na visão de Georges Henri-Rivière, o centro de interpretação é um precursor do eco-museu. Tem em comum com este a eminente **territorialidade e relação à comunidade** e serve, de facto como “outil de développement durable d’un territoire”(Bessard e Robine 2008: 12), mas distingue-se

“à la différence de l'écomusée qui raconte un territoire sous toutes ses formes au travers de collections représentatives, le centre d'interprétation semble se déterminer par rapport à un thème dominant.” (Scipion 1999: 25).

A grande particularidade do Centro de Interpretação será, portanto, o **tema**?

O conceito de interpretação está conectado com a mediação, mas é errado considerar que a interpretação apenas existe no centro de interpretação e não é função do museu. Não se pode, no entanto, falar de interpretação de património e sítios sem referir a obra de Freeman Tilden *Interpreting Our Heritage*, originalmente publicado em 1957.

Concluimos assim que ainda que o conceito de centro de interpretação esteja muitas vezes associado à inexistência de acervo, este conceito é indefinido: “ce que l'on désigne par «centre d'interprétation» cherche à se distinguer du musée classique, mais la porosité des genres et le flou des définitions rendent difficile une délimitation incontestable du genre.” (Chaumier e Jacobi 2008: 5).

As indefinições deste conceito de “Centro de Interpretação” estão relacionadas com o facto deste termo não estar fixado na legislação nacional ou numa definição internacional. No entanto, de acordo com os autores franceses Jacobi e Meunier, genericamente o centro de interpretação encaixa na definição de museu proposta pelo ICOM⁷, uma vez se trata também de uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que pode ter uma colecção de testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente que comunica e expõe. O centro de interpretação parece no entanto concentrar-se mais nas duas últimas funções definidas no ICOM e deixar de parte o estudo das colecções, como se observou anteriormente.

Finalmente, se observarmos a definição legislativa relativa ao desporto de natureza⁸ propomos que se defina centro de interpretação como uma **infra-estrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado do**

⁷ “La définition de la notion de musée, telle qu'elle a été initialement proposée par l'ICOM...ne permet pas d'affirmer qu'un Centre d'interprétation n'est pas un musée” (Jacobi e Meunier 2009 : 29).

⁸ Art. 2º DR 18/99 “Centro de interpretação” - infra-estrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado da AP de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica que, para além da simples descrição dos fenómenos, permite a sua compreensão no tempo e no espaço”.

património cultural de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica que, para além da simples descrição dos fenómenos, permite a sua compreensão no tempo e no espaço.

1.4. Metodologia

Neste projecto pretendeu-se contribuir para uma “Programação Museológica”, seguindo-se a premissa de que “la programmation est avant tout un mode de pensée et une méthode d’étude. Le programme est un instrument de transmission d’information et de directives (résultat d’études conduites scientifiquement)” (AA. VV. 1979: 76). Conforme definido a programação museológica é um instrumento científico de reflexão, de formulação de objectivos e identificação de necessidades.

Como referimos trata-se de uma contribuição para a “Programação Museológica” do sítio arqueológico de Tróia, tendo-se procurado recolher/analisar elementos de investigação que proporcionem a construção de soluções sobre um tema delimitado.

A primeira parte deste trabalho consistiu assim no diagnóstico do acervo, tendo-se por base os *Criterios para la elaboración del Plan Museológico* desenvolvidos pelo *Ministerio da Cultura* de Espanha (AA. VV., 2005). Foi essencial um levantamento bibliográfico das diversas referências a este acervo que rapidamente permitiram identificar que este se encontrava disperso por dezenas de instituições.

Tendo em conta o significativo número de instituições com colecções de Tróia optou-se pela criação de uma “Ficha de Entidade” (Apêndice E), utilizando-se o termo *entidade* ao invés de *museu*, uma vez que nem todas as instituições analisadas neste projecto são museus⁹. Procurou-se identificar e descrever sumariamente as entidades e por outro lado caracterizar-se o acervo, com particular atenção à colecção proveniente de Tróia, bem como fazendo o levantamento da publicação e estudo de cada colecção. Assim para cada entidade definiu-se uma grelha de questões que se reuniram na “Ficha de Entidade”, entre as quais *Entidade jurídica/tutela; dependência administrativa do acervo; endereço/contacto; documento de criação* e ou *regulamento; política de incorporações; sistema de inventário e responsável técnico e*

⁹ Conforme listado no capítulo III deste projecto

científico pelo acervo, sendo particularmente relevante a análise da missão ou vocação de cada entidade.

Capítulo 2: Antecedentes: as investigações e as colecções do sítio arqueológico de Tróia

Uma contribuição para uma programação museológica não pode ser proposta sem contextualizar devidamente as condições da constituição do acervo arqueológico em questão. Este capítulo pretende ilustrar o interesse suscitado pelas Ruínas Romanas de Tróia, desde as primeiras referências no século XVI, e elencar as intervenções de que este sítio arqueológico foi alvo, fornecendo o contexto histórico para a criação das colecções que analisaremos em capítulo subsequente.

Não se pretende com este capítulo uma listagem exaustiva (Apêndice B) de todos quantos criaram colecções com objectos das Ruínas Romanas de Tróia, mas tão somente destacar várias figuras da cultura portuguesa e europeia que contribuíram para o progresso do seu conhecimento, alguns dos quais contribuindo activamente para a constituição de colecções dispersas de espólio proveniente deste sítio.

No caso dos trabalhos mais antigos, foram utilizados um conjunto de fontes, tendo por base o estudo de Fernando Castelo-Branco (1965) que já identificava a maioria das referências a investigações. Foi também essencial a investigação desenvolvida pela restante equipa de arqueologia que actualmente trabalha no sítio, nomeadamente a sua consulta do Arquivo Arqueológico do Igespar (AAI). Assim organizámos este projecto em cinco sub-capítulos principais associados à investigação de Tróia que por vezes se sobrepõem temporalmente.

As Ruínas Romanas de Tróia são já mencionadas há largos séculos, tendo os **humanistas** Gaspar de Barreiros e André de Resende escrito sobre elas, em 1561 e 1593, respectivamente. Despertaram o interesse da **Casa Real**, nomeadamente nos reinados de D. Maria I e de D. Carlos e foram vários os ilustres visitantes que passaram por Tróia, designadamente Frei Manuel do Cenáculo, José Cornide e Hans Christian Andersen. É de destacar ainda o trabalho da *Sociedade Archaeologica Lusitana* (SAL), fundada em **Setúbal** em 1849 com o propósito exclusivo de escavar as Ruínas Romanas de Tróia e do arqueólogo setubalense António Inácio Marques da Costa. Mais recentemente desempenharam papéis de relevo na história da investigação destas ruínas os primeiros directores do actual **Museu Nacional de Arqueologia**, tais como Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno e D. Fernando de Almeida. Por fim, desde a

década de 70 realizaram-se diversos trabalhos, nomeadamente os da equipa dirigida por António e Judite Cavaleiro Paixão e da empresa privada **TroiareSORT**, responsável pela valorização do sítio após protocolo assinado em 2005 com as entidades públicas responsáveis pelo património arqueológico.

2.1. A visão dos humanistas sobre as Ruínas Romanas de Tróia

“a experiência é a madre das cousas, por ela soubemos radicalmente a verdade”

(Pereira 1988: 236)

O Renascimento é uma época de valorização do conhecimento, sobretudo um conhecimento prático através da experiência. À imagem do que se passa na Europa, também em Portugal nesta época, caracterizada pelo individualismo, humanismo e o espírito crítico, se buscavam as formas clássicas. A paixão pela arqueologia e os monumentos de que Itália está repleta levam ao estudo da proporção e das regras dos antigos e em Itália os vestígios de casas romanas, ainda que não inicialmente associados a Pompeia, são mencionados por um arquitecto em 1600, procedendo-se à sua escavação em 1748.

É nesta conjuntura temporal que surgem as primeiras intervenções e publicações acerca das ruínas de Tróia. Estas foram um local de particular interesse para nomes como Gaspar de Barreiros, André de Resende e João Baptista Lavanha, que nos seus relatos de viagens e memórias descritivas não deixam de mencionar o lugar que mais tarde veio a ser apelidado de “Pompeia de Setúbal” por Hans Christian Andersen.

No começo os vestígios achados em Tróia foram atribuídos a *Salacia* (Castelo-Branco 1954: 703), e depois a Cetóbriga. Assim, a história das investigações em Tróia está inicialmente associada sobretudo ao estudo de Cetóbriga, nome latino que consta no Itinerário Antonino e atribuído a estes vestígios romanos por Gaspar de Barreiros. Considerava-se também inicialmente que a ocupação romana de Tróia era anterior à de Setúbal e que a população de Tróia se teria mudado para a outra margem posteriormente, o que difere da informação que o registo arqueológico veio a conferir em termos de ocupação da cidade de Setúbal.

A primeira menção das Ruínas Romanas de Tróia publicada é de Gaspar de Barreiros, um antiquário e homem de grande cultura, que produziu duas obras

principais: *Censuras sobre quatro livros* e *Chorographia*, ambas publicadas em 1561. A segunda (Anexo A), mais importante no âmbito deste trabalho, relata uma viagem a Milão e contém a primeira menção às Ruínas Romanas de Tróia¹⁰, destacando a grande riqueza em recursos piscícolas necessários para abastecer os tanques de salga, a que Gaspar de Barreiros e outros de seu tempo chamavam de salgadeiras, havendo já nesta altura vestígios sob a água. Pensa-se ainda que terá sido Gaspar de Barreiros que terá deixado por publicar a *Suma Descrição de Lusitania* onde também se referem os vestígios de casas e outros edifícios em Tróia.

André de Resende, contemporâneo de Gaspar de Barreiros que o considera “baram mui docto em todo género de disciplinas e grande investigador de cousas antigas” (Barreiros 1561: 27), na sua obra póstuma, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, de 1593 (Anexo A), refere a destruição das ruínas pelas frequentes tempestades de areias e pela irrupção marítima, associando também estes vestígios à Cetóbriga referida por Ptolomeu.

André de Resende identifica ainda a Capela de Nossa Senhora do Rosário de Tróia erradamente como um templo gentílico e refere-se a alguns achados nas ruínas como uma “cabeça de carneiro com seus chifres retorcidos”, hoje desaparecida; uma “estátua de mármore com brial e degolada” e a epígrafe de Lúcio Júlio Valente.

Também Duarte Nunes Leão e João Baptista Lavanha dedicaram algumas linhas à “povoação chamada Cetobriga” (Castelo-Branco 1965: 11-12). O primeiro, na sua obra de descrição do Reino de Portugal (Anexo A), publicada após a sua morte em 1610, refere a salga de peixes grandes como o atum e a corvina neste local.

João Baptista Lavanha mencionou as Ruínas Romanas de Tróia, sobretudo na perspectiva mais uma vez da riqueza piscícola da região e o cariz portuário de Setúbal e menciona ainda a colecção arqueológica proveniente de Tróia do Duque de Aveiro (Anexo A).

¹⁰ “reteue (Setubal) o nome corrupto de Cetobrica, o qual nome de Cetobrica corrõepo em Cetobra & depois em Troia onde ella foi, & onde a vestígios de huas salgadeiras em que curauam o pescado, por causa da grade carregaçam que d’elle se alli fazia, & onde debaixo d’ágoa se mostra inda agora ruínas de edifícios.” (Castelo-Branco 1965: 1).

2.2. A Casa Real, o poder eclesiástico e alguns visitantes ilustres

O interesse da Coroa portuguesa pelo que actualmente designamos como “património cultural” ficou registado, no reinado de D. João V, pela primeira legislação desta temática e com a fundação em 1720 e publicação de estatutos em 1721 da Academia Real da História Portuguesa, da qual resultou muita informação que se perdeu com o terramoto de 1755, sobrevivendo parte dela na publicação do *Dicionário Geográfico* de Luis Cardoso.

Neste contexto as Ruínas Romanas de Tróia eram naturalmente vistas como “notícias da venerável antiguidade” (Almeida 1965: 103) que atraíam diversas personalidades da cultura não apenas nacional, mas da restante Europa, como por exemplo Carl Israel Ruders, pastor protestante sueco, que por aqui passou no final do séc. XVII e observou que “devem aparecer, com frequência, nestes sítios, conhecedores deste género de coisas” (Ruders 1981: 63), tais como os que adiante enunciaremos.

Ao Renascimento sucede o Iluminismo. A aliança entre o iluminismo e a política realça a importância dada às Ruínas Romanas de Tróia a partir do período pombalino.

Mais tarde, D. Maria I tem um papel de destaque na história das investigações das Ruínas Romanas de Tróia. Ainda infanta procede à instrução do início das escavações do sítio romano de Tróia na área residencial, que em sua homenagem ficou conhecida por “Rua da Princesa”, como nos transmite António Inácio Marques da Costa¹¹. De acordo com a mentalidade da época as peças recuperadas foram distribuídas entre os nobres que acompanhavam a Corte, o que contribuiu para uma colecção dispersa e em parte de propriedade privada, que iremos analisar de seguida em capítulo próprio.

É no tempo de D. Maria I que se cria a Real Bibliotheca Pública da Corte e Reino, em 1796, onde, por Alvará de 4 de Fevereiro de 1804 se institui o Gabinete de

¹¹ “Esta fileira de casas impressionou tanto a princesa que mais tarde foi a rainha D. Maria I, na ocasião em que ia pelo Sado de viagem para a Herdade do Pinheiro, nesse tempo pertencente à Casa do Infantado, que, na viagem de regresso, quis observar de mais perto as ruínas, e por isso, desembarcando em Tróia, aí mandou fazer escavações, que deram em resultado acharem-se muitos espécimes arqueológicos, alguns dos quais foram distribuídos pelos fidalgos da corte que a acompanhavam.” (Costa 1933: 19).

Antiguidades e Numismática, com o intuito de guardar algumas antiguidades e onde se contam algumas peças de Tróia, como adiante apresentaremos.

Foi ainda esta rainha que fundou a Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, sendo Frei Manuel do Cenáculo, sócio honorário da referida Academia. Este bispo franciscano, natural de Lisboa e figura eminente do iluminismo, fundou várias bibliotecas, estando muito associado à governação pombalina e atravessando o conturbado período do terramoto de 1755 e das invasões francesas.

“o esforço de Frei Manuel do Cenáculo insere-se num contexto internacional em que os membros da Igreja demonstravam interesse em apoiar e estimular a arqueologia, como forma de legitimação da sua própria instituição, como dever público de promoção do conhecimento” (Morais 2010: 13).

Frei Manuel do Cenáculo desenvolveu escavações em Tróia, que identifica como Cetóbriga, tendo aí recolhido, entre muitos outros objectos, moedas e uma célebre lucerna (ME 3389), actualmente no Museu de Évora, e recebe também recolhas de objectos de Tróia de outras pessoas como Thome Evaristo Vidal, que lhe promete, numa carta de 1779, medalhas e uma ânfora.

Ao ser nomeado arcebispo de Évora, leva consigo algumas das antiguidades que havia reunido em Beja, entre as quais se contavam algumas peças provenientes de Tróia, acerca da qual escreve que “Pelo espaço de legoa de terra, que o mar banha no prolongo do Sitio da Troia achão-se ruínas de muita antiguidade sepultadas pela maior parte em pezados montões de areia” (Castelo-Branco 1963: 14-15).

Aluno de Fr. Manuel do Cenáculo, e tal como ele franciscano e natural de Lisboa, Fr. Vicente Salgado partilhou o seu interesse pelas Ruínas Romanas de Tróia. Este frade, copista da obra de Domingos Vandelli, publica uma obra (Anexo A), em 1784, intitulada *Conjecturas sobre huma medalha de bronze com caracteres desconhecidos, e com os latinos Vetto, achada no lugar da Troya defronte da villa de Setuval* onde indica que muitas moedas provenientes de Tróia fizeram parte das colecções de Gabinetes de Curiosidades e de Monetarios¹². Deixou ainda um manuscrito *Collecção dos*

¹² “Troya, terreno fertilíssimo destes achados, de que os Curiosos da Nação tem augmentado os seus Monetarios, e Gabinetes de outras muitas Antiguidades...”, (Salgado 1784: 25)

Monumentos Descobertos, onde refere a epígrafe de Lúcio Júlio Valente encontrada em Tróia.

Não são, contudo, estes os primeiros frades a debruçarem-se sobre Tróia. Antes deles já Fr. Bernardo de Brito as menciona ao longo da sua obra *Monarchia Lusitana* (Anexo A), tendo como referência as teses de Floriano del Campo, que na maioria dos casos prefere em relação às de Resende. Para este autor as ruínas de Tróia eram os vestígios duma “notavel grandeza” (Brito 1597:7) da cidade de Cetobriga, à qual associa “opulencia e fausto” (Brito 1597:7) e indica que a população de Cetóbriga teria atravessado para a outra margem e constituído assim a cidade de Setúbal, tal como já havia indicado Duarte Nunes Leão.

No *Santuário Mariano*, em 1700, refere-se Agostinho de Santa Maria à monumentalidade da então chamada Cetóbriga, indicando que aqui havia sido descoberto um templo gentílico, segundo indicação do Vereador de Setúbal. Indica também, talvez copiando a informação de João Baptista Lavanha, a ligação à casa dos Duques de Aveiro onde diz estarem conservadas várias inscrições provenientes de Tróia.

Também o padre Raphael Bluteau refere o templo gentílico, mais uma vez replicando as indicações do Vereador de Setúbal, na revisão do *Vocabulário* (Anexo A), publicado entre 1712 e 1718.

Entre os visitantes de Tróia que publicam as suas viagens conta-se José Cornide, que por aqui passa a 14 de Outubro de 1799, conforme indicado na descrição das suas viagens por Espanha e Portugal (Anexo A). Cornide descreve e publica ilustrações de vários achados, como a inscrição de Lúcio Júlio Valente, guardada no Convento de Santo Domingo de Setúbal; uma estátua levada para Lisboa pelo Conde de Lipe; uma outra inscrição, de Mario Antioco, então no Gabinete do desembargador António Ribeiro dos Santos (actualmente na Biblioteca Nacional) e um vaso de cobre. Avança a dúvida acerca da localização de Cetóbriga, dizendo “Yo no me atrevo a decidir si estas ruinas serán de Cetobriga o si esta antigua población deberá reducirse a Setúbal” (Abascal e Cebrián 2009: 566).

Félix Lichnowsky também visitou a região, mencionando Tróia nos relatos intitulados *Portugal. Recordações do anno de 1842* (Anexo A). Aqui refere uma ocupação fenícia de Setúbal e nada refere em relação à nomenclatura de Cetóbriga. Menciona também uma colecção de medalhas e uma caixa com objectos fenícios achada em 1818.

Por sua vez, no seu relato de viagem em 1858, Carlos Ribeiro, mais associado ao estudo da pré-história no nosso país, apresenta-nos uma pormenorizada descrição das Ruínas Romanas de Tróia (Anexo A), já então em processo de degradação pela movimentação das marés. Refere ainda que nesse ano foi encontrada dentro de um recipiente cerâmico uma urna de vidro com ossos queimados, uma moeda do imperador Cláudio e duas redomas lacrimatórias de vidro. No seu artigo de 1872, intitulado “Descrição da Costa Marítima compreendida entre o Cabo de S. Vicente e a foz do rio Douro”, refere uma urna de vidro com cinzas que corresponderá porventura à descoberta anunciada por Manuel da Gama Xaro, que adiante contextualizaremos, de uma “Urna cineraria, pomiforme, de vidro branco, ordinário” (Xaro, 1860, p.88), que seria possivelmente acompanhada pela inscrição de Lúcio Víbio Calistrato.

Também Hans Christian Andersen na sua visita a Portugal em 1866 (Anexo A), não deixa de passar por Tróia e refere a “antiga cidade de pescadores” para onde toma um barco com a família O’Neill. Andersen menciona a fundação fenícia de uma povoação com vestígios de casas, muralhas, uma rua, um balneário, com um chão de mosaico e paredes de mármore, onde os Romanos colhiam sal; faz referência ao espólio que se encontra submerso e menciona a escavação da *Sociedade Archaeologica Lusitana*, que iremos tratar seguidamente e que diz ter sido abandonada por falta de fundos.

No grande inventário de inscrições, o *Corpus Inscriptorum Latinorum*, o epigrafista Emile Hübnner que também visitou Tróia, em 1861, publicou várias epígrafes provenientes deste sítio, nomeadamente a de Lúcio Júlio Valente, que André de Resende, Fr. Vicente Salgado e José Cornide já haviam publicado; Licínio Fabiano; Lúcio Víbio Calistrato; Lúcio Cornélio Boco; Licínia Gala e Mário Antíoco, todas elas de paradeiro desconhecido à excepção da última que se encontra na Biblioteca Nacional

de Lisboa e da penúltima que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia. Propõe ainda Hübner a localização de Cetóbriga em Setúbal.

Oswald Crawford visita Tróia em 1879 e na sua obra *Portugal Old and New* refere que se encontraram aí “muitas coisas curiosas: o esqueleto dum homem, um cofre de chumbo contendo objectos de prata, uma patera, um candelabro todo de prata...” (Castelo-Branco 1963: 27).

D. Fernando II, apoia as escavações em Tróia ao tornar-se protector da *Sociedade Archeologica Lusitana*, que trataremos no capítulo seguinte, a 1 de Dezembro de 1849.

Há notícia ainda de, em 1897, o rei D. Carlos ter vindo a Tróia e ter encontrado quatro moedas (Vasconcelos 1897: 265), segundo indicação do jornal *O Século*. Existem inclusivamente desenhos com vistas destas ruínas feitos por este rei.

O apoio da Casa Real Portuguesa é ainda demonstrado pela classificação das Ruínas Romanas de Tróia, entre tantos outros sítios, como Monumento Nacional por decreto de 16 de Junho de 1910, meses antes da implantação da República Portuguesa.

2.3. Setúbal e a investigação em Tróia

Na história da investigação da muitas vezes chamada “Tróia de Setúbal” há que referir o interesse e a relação com esta cidade, ainda que administrativamente pertencente tradicionalmente ao sul, actualmente ao concelho de Grândola e no Alto-Império ligada a *Salacia* (Alcácer do Sal). Como José d’Encarnação indica “Tróia (...) está por tradição ligada a Setúbal” (Encarnação 1984: 275), não apenas pela proximidade geográfica, mas também pela menção associada dos dois locais desde os autores do Renascimento, que já abordámos.

A *Sociedade Archaeologica Lusitana*, com o fim de “promover e effectuar uma escavação nas ruínas da antiga Cetobriga, para a aquisição de conhecimentos sobre antiguidades deste Paiz, com proveito para a historia delle” (Estatuto da *Sociedade Archaeologica Lusitana*: 11), como assinala a rainha D. Maria II¹³, foi fundada em Setúbal, a 9 de Novembro de 1849. Um dos apoiantes desta Sociedade foi o Duque de Palmela que a financiava, mas que faleceu no decorrer da 2ª campanha de escavações,

¹³ que assina o Alvará desta Sociedade

a 12 de Outubro de 1850. Os seus sócios fundadores foram Manuel da Gama Xaro, Domingos Garcia Peres, Anibal Alvares da Silva, Sebastião Pedroso Gamitto, Jorge Torlades O'Neill e João Carlos Almeida Carvalho.

Observando o relatório que precede os estatutos desta sociedade, redigido pelo Padre Manuel da Gama Xaro, sugere-se uma origem fenícia de Tróia, revelando inclusivamente que fora encontrado um pequeno caixão de chumbo em 1814 com antiguidades fenícias, que já fora referido por outros autores, como vimos. Estão documentados achados diversos nas ruínas no *Archivo Pittoresco*, periódico publicado entre 1857 e 1868 e para o qual contribuíram entre outros o Padre Manuel da Gama Xaro.

Inserindo-se no “período fundador da arqueologia portuguesa” (Fabião 1989: 12), as campanhas de escavação da SAL decorreram entre 1 de Maio e 14 de Junho de 1850; 4 de Outubro de 1850 e 15 de Março de 1851 e entre 5 de Outubro de 1855 e 12 de Abril de 1856, precedendo os trabalhos de cariz arqueológico desenvolvidos noutros pontos do país por Estácio da Veiga, Martins Sarmento, Nery Delgado, Pereira da Costa ou Carlos Ribeiro, que como vimos também se interessou por Tróia.

Na 1ª campanha de escavação os trabalhos decorreram na área da chamada “casa de dois andares”, correspondendo à já referida “Rua da Princesa”. Mencionam-se ainda nos primeiros dias dos trabalhos o desentulho duma casa junto à Igreja, mas cujos trabalhos não foram continuados por perigo de ruína. Segundo os registos da escavação (Castelo-Branco 1965: 29 a 34) entre os materiais recolhidos contam-se inúmeras moedas e medalhas e outros objectos em metal, ânforas, esqueletos, telhas, lucernas, 2 mós de moinho, 1 “cornija de mármore de Estremoz”, 1 “vaso lacrimatório”, 1 “prato saguntino gateado com chumbo” e estuque pintado (“roxo antigo com faixas de bambinelas”).

Na 2ª campanha continuam-se os trabalhos nas casas da “Rua da Princesa”, atingindo-se o piso inferior das casas. Nesta campanha de escavação não existem os diários de escavação a partir da 10ª semana. Na 3ª escavaram-se as termas e o edifício circular apelidado de “Baptistério”, existindo um Relatório desta campanha de escavação.

Os diários das escavações foram apenas parcialmente publicados. Nas descrições que nos restam referem-se os problemas de conservação provocados pela escavação (“a manhã seguinte veio mostrar-lhes o seu erro, aparecendo desabadas para o interior da caza esta parede...” (Castelo-Branco 1963: 31).

O espólio destas escavações foi depositado pelos diversos sócios na Academia Real de Belas-Artes, entre 26 de Fevereiro de 1869 e 18 de Março de 1883. Esta colecção de materiais foi por sua vez transferida para o Museu Etnológico Português, sendo provável que aqui se encontre incorporada ainda que se tenha perdido esta referência não constando a informação no inventário dos materiais.

Em 1875 veio a fundar-se uma outra sociedade para as investigações de “Cetobriga” por M. Francisco Blin, que em 1876 pôs a descoberto o mausoléu. Entre o espólio recolhido conta-se um anel de ouro ornado de esmeraldas, duas medalhas e uma lucerna, material este de paradeiro desconhecido.

Arronches Junqueiro (1868-1940) figura eminentemente ligada à cidade de Setúbal, considerado por alguns o derradeiro humanista, juntou uma colecção geológica, que no início do século passado foi entregue à Escola Liberal de Setúbal e criou o primeiro Museu de História Natural de Setúbal.

As suas intervenções em Tróia foram muito pontuais, mas a propósito delas dizem ter sido das “mais felizes digressões arqueológicas” (Gonçalves 1965: 12). Desta digressão resultou a recolha de diversos materiais cerâmicos, tais como: uma lucerna; uma “almotolia”; um “phalus”; 6 vasos, um dos quais possivelmente uma urna funerária; material de construção como telhas e tijolos e metais, entre os quais um número indefinido de moedas em bronze, cobre e prata; dois anéis de bronze, um dos quais inteiro; uma sonda cirúrgica; uma espátula; pregos de cobre, tubos de chumbo e escórias de forja. Apenas 3 destes objectos publicados n’*O Arqueólogo Português* foram identificados no Museu de Setúbal, ainda que o próprio tenha referido em carta a Leite de Vasconcelos sem data “Em tempos ofereci à Câmara todas as minhas colecções para o seu museu municipal” (AHMNA, 1662/10727).

Por sua vez, António Inácio Marques da Costa, capitão deslocado para Setúbal em serviço militar, introduz a investigação científica propriamente dita em Tróia. É da

sua autoria a publicação da primeira planta da área das ruínas indicando a localização do túmulo de Gala publicado por Leite de Vasconcelos, as oficinas de salga da orla, incluindo as do Recanto do Verde, a fileira de casas correspondente à chamada “Rua da Princesa”, o mausoléu, 2 “puteus”, o *frigidarium/baptisterium* e as termas.

Os resultados dos seus estudos de Tróia foram publicados entre 1898, 1929 e 1933, na revista *O Arqueólogo Português*, onde desenhou algumas das pinturas murais ainda visíveis no seu tempo, como as que revestiam as paredes da Basílica, entre elas um crísmo, que indicia a prática do culto cristão neste espaço (Costa 1929). É ainda sua a notícia de um relevo mitraico encontrado na Basílica, que testemunha a existência de um templo ao deus persa, Mitra, em Tróia (Costa 1929: 5), cujo original pertence a um proprietário privado.

Para além dos seus artigos n’*O Arqueólogo Português* deixou ainda um manuscrito inédito¹⁴ que permitiu identificar algumas das peças de intervenções anteriores, adiante referidas no diagnóstico do acervo, como o fragmento de mosaico depositado actualmente na Biblioteca Nacional ou a lucerna com a inscrição “PONTAIL” incorporada no Museu de Évora.

António Inácio Marques da Costa mantém estreitas ligações com Leite de Vasconcelos, trocando estes investigadores alguma correspondência (actualmente conservada no Museu Nacional de Arqueologia) e publica em 1933 várias peças de metal (anzóis, agulhas, incluindo agulhas de navetas) e em cerâmica (pesos de rede). Leite de Vasconcelos dá notícia (Vasconcelos 1897: 223) do Sr. Marques da Costa ter encontrado duas epígrafes, em 1897, uma das quais diz poder ser referente a uma Gala, relacionando imediatamente com a célebre sepultura de Gala, por ele encontrada.

2.4. Os directores do Museu Nacional de Arqueologia

A partir do século XX, os trabalhos nas Ruínas Romanas de Tróia estiveram muito associados ao investimento dos directores do primeiramente designado Museu Etnográfico Português, actual Museu Nacional de Arqueologia, com a sua ligação à

¹⁴ Fotocópias na posse da equipa de arqueologia do Troiaresort.

Faculdade de Letras e apoiados pela Junta Nacional da Educação e mais tarde pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Quando **José Leite de Vasconcelos** nasce, em 1858, já haviam decorrido quase dez anos desde a fundação da SAL, que como vimos realizou três campanhas de escavação. O interesse por Cetóbriga, como ainda considera os vestígios de Tróia inicialmente, atrai naturalmente Leite de Vasconcelos, considerado o pai da arqueologia portuguesa. A esta Tróia, já em parte escavada, faz referência ao defender a existência de um Museu Arqueológico em Setúbal¹⁵, ainda que Leite de Vasconcelos defendesse uma centralidade de concentração dos “vestígios do povo português” num museu nacional.

Leite de Vasconcelos dedicou-se, sobretudo, ao estudo das epígrafes achadas em Tróia e em *Religiões da Lusitânia*, sua obra de referência, não deixa de as mencionar. A sua primeira publicação acerca deste sítio data de 1895 (Vasconcelos 1895: 54-62), ano da primeira edição da própria revista científica *O Arqueólogo Português*. Neste artigo publica a inscrição da sepultura de Gala, com a seguinte tradução: “Consagrado aos Deuses Manes, *Galla*, de 35 anos (de idade), está aqui sepultada. A terra te seja leve! *Hypnus*, o marido, mandou fazer à óptima (companheira)”, descoberta em 1875 e actualmente apresentada na exposição “Loquuntur saxa: Religiões da Lusitânia” no MNA.

As escavações de Leite de Vasconcelos em Tróia foram muito pontuais tendo-se dispersado por outros pontos do país, sendo o seu interesse cronológico mais amplo que as estações “lusitano-romanas”. Segundo o Portal do Arqueólogo¹⁶ é responsável por prospecções em Tróia em 1896. Envia a Tróia por diversas ocasiões, o adjunto do Museu, Maximiano Apolinário, como relata nas suas Cartas a Martins Sarmiento (Vasconcelos 1958: 106-131), e ambos publicam a primeira planta das termas n’*O Arqueólogo Português* de 1897.

Para além destas escavações pontuais, Leite de Vasconcelos contribui para as colecções de Tróia do museu adquirindo peças provenientes deste sítio em antiquários

¹⁵ "Setubal, como capital da península da Arrábida, como cidade rodeada de estações archeologicas, entre as quaes avulta a de Troia, que é uma das mais celebres do país, merece bem um Museu Archeologico." (Vasconcelos 1903: 18).

¹⁶ www.arqueologia.igespar.pt.

ou a negociantes, como é o caso do anel *Au 1* (depositado no MNA). Revela-se sempre curioso e atento aos achados feitos neste sítio arqueológico¹⁷.

Quando à questão da identificação de Cetóbriga como Tróia, tal como o seu amigo e contemporâneo António Inácio Marques da Costa, questionou esta ligação juntando-se também às dúvidas de José Cornide e Emile Hübner.

O director que lhe sucede, **Manuel Heleno**, pouco publicou acerca dos seus trabalhos em Tróia, tendo iniciado escavações sistemáticas em 1948. É então criada a chamada “Missão Arqueológica de Tróia”, ainda que apenas referida a partir dos relatórios de 1956.

Para além da área nuclear das Ruínas Romanas de Tróia, composta pelas termas e oficinas de salga, uma das suas principais áreas de escavação foi a da Necrópole da Caldeira, onde começaram os trabalhos e a que dá destaque dizendo “tivemos ocasião de encontrar e explorar uma necrópole assente numa camada do século I e com sepulturas sobrepostas, numa altura de 7 metros, dos séculos II, III, IV e da alta idade média” (Heleno 1956: 231) e que foi recentemente tema de uma tese de mestrado (Almeida, 2009). Mencione-se ainda a sua relação com José Marques da Costa, arqueólogo setubalense, que terá identificado os primeiros enterramentos em ânfora na área da dita Necrópole, segundo proposta de João Almeida (2009: 26).

Os trabalhos eram inicialmente dirigidos no terreno por Fernando Bandeira Ferreira que deixou registos de campo bastante completos e correspondência com o director do museu, actualmente conservados no MNA. Subsistem dois relatórios da sua autoria no Arquivo Histórico do MNA que se referem às termas e à fábrica de salga contígua, um de 1956 e outro de 1957-58.

Sob o patrocínio da Junta Nacional de Educação decorrem entre 1956 e 1958 as escavações nas termas de Tróia e na Oficina de salga 1, descoberta na sequência da escavação das termas, atingindo-se a fiada nordeste desta oficina em 1959.

É neste momento que F. Bandeira Ferreira dá por concluída a sua participação nestes trabalhos. Relativamente à questão de Cetóbriga, afirma “creio não ser possível identificar as ruínas de Tróia com Cetóbriga” (Ferreira 1958-62: 82).

¹⁷ “Tendo estado em Setúbal em 1897, vi nas mãos do Sr. Fragoso uma lucerna de barro vermelho, de tipo cristão com crismão no anverso achada havia pouco nas areias de Tróia, que ficam em frente da cidade.” (AHMNA - Legado de Leite de Vasconcelos, Apontamentos arqueológicos época romana, 1).

Nos anos 60, por sua vez, é Jaime Pereira Roldão, que já havia participado nas escavações de Tróia, sob a anterior supervisão de F. Bandeira Ferreira e de Manuel Heleno, que continua as escavações na Necrópole da Caldeira e na Necrópole do Mausoléu. Nesta década é Manuel Farinha dos Santos que fica encarregue dos trabalhos de escavação, desenvolvendo trabalhos na área da oficina de salga 2 e também no mausoléu e na sua necrópole.

É ainda sob a égide de Manuel Heleno, em 1958, que são acompanhadas as recolhas efectuadas pelo CPAS no fundão de Tróia, tendo este deixado de dirigir o museu em 1964.

O terceiro director do então recém designado Museu de Etnologia e Arqueologia foi D. **Fernando de Almeida** e também ele se interessou pelas explorações nas Ruínas Romanas de Tróia. É nomeado chefe da “Missão Arqueológica de Tróia” por Diário de Governo de Janeiro de 1968, ainda que a sua participação nas investigações deste sítio se tenha iniciado antes desta data, tendo colaborado ainda com Manuel Heleno.

Foi sob a sua direcção que decorreram trabalhos noutra necrópole, com sepulturas tipo *mensae*, e ainda na basílica paleocristã e nas oficinas de salga circundantes, após a remoção das escadas de acesso à capela de N^a Sr^a do Rosário de Tróia em 1968. Por despacho ministerial de 14/1/1968 é ainda encarregue de prosseguir escavações no porto romano. Do ponto de vista da valorização do sítio é de destacar a vedação de parte das ruínas e o estabelecimento da Zona Especial de Protecção (ZEP), publicado em Diário de Governo em 1962 e que engloba todo o norte da península, limitado a este por uma linha recta que atravessa o marco geodésico da Malha de Quesília.

Em carta ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, D. Fernando de Almeida fala em resultados muito apreciáveis das escavações por si dirigidas em Setembro de 1968. Algumas das suas escavações em Tróia foram realizadas com subsídios da Fundação Calouste Gulbenkian atribuídos em 1969 e 1971. Naturalmente, o material encontrado nestas campanhas de escavação foi levado directamente para o Museu de Etnologia e Arqueologia, actual MNA.

Foi por indicação de D. Fernando de Almeida que o Prof. José Luis de Matos escavou na Basílica entre 1968 e 1969, conforme publicado (Almeida e Matos, 1971).

Foi também sob sua orientação que se realizaram três teses de licenciatura com base nas colecções de materiais depositadas no MNA (*terra sigillata*, lucernas e moedas), da autoria de Maria Adelaide Garcia Pereira, em 1971; Maria Elisabeth Figueiredo Costa e Maria Luisa Ribeiro de Abreu Nunes, ambas em 1973. Também Manuel e Maria Maia participam nas suas escavações, tendo publicado na década de 70 estudos sobre diversos materiais de Tróia, como ânforas (1974-77: 355-358 e 1975: 155-158) e *terra sigillata* (1975: 159-162, 1974/77: 365-381 e 1976/77: 411-418), conservados no MNA.

Entre 1 de Setembro de 1974 e provavelmente até Maio de 1975, D. Fernando de Almeida, no âmbito do “Projecto de Revitalização da Estação Romana de Tróia”¹⁸, ordena trabalhos de consolidação de estruturas praticamente em todas as estruturas do sítio arqueológico, entre outras na “Rua da Princesa” e em inúmeras sepulturas; a limpeza de cetárias e de três poços romanos. Em termos de conservação encarregou ainda um técnico do museu de fazer trabalhos de consolidação no mosaico das termas e foram efectuados trabalhos de protecção dos frescos da Basílica paleocristã.

Quanto a escavações foi concluída a escavação da basílica paleocristã e do mausoléu e foram ainda detectadas novas estruturas. É também nestes anos que se escava a área designada por “Cemitério das Calotes” onde se encontram as já referidas sepulturas de tipo mesa, que vêm a ser publicadas por D. Fernando de Almeida, Judite e António Cavaleiro Paixão (1978).

Acompanha, tal como o anterior director, novas recolhas efectuadas pelo CPAS no fundão de Tróia.

Em 1975, D. Fernando de Almeida conclui a sua actividade em Tróia, não deixando de se sentir a sua influência na prossecução dos trabalhos por parte da equipa seguinte que já aqui colaborava com este director.

2.5. Trabalhos recentes: a equipa do IPPAR e do Troiaresort

António Cavaleiro Paixão, que havia participado em trabalhos em Tróia sob a direcção de D. Fernando d’Almeida, é o responsável pela equipa que prossegue os trabalhos em Tróia a partir de 1976. Juntamente com Judite Paixão, ambos foram inicialmente contratados pela empresa Torralta, anterior empreendimento turístico instalado na península de Tróia, deixando de fazer parte da empresa em 1974.

¹⁸ Conforme referido no Portal do Arqueólogo (www.igespar.pt).

Prosseguem aqui trabalhos nos anos subsequentes sob a tutela da Direcção Geral dos Assuntos Culturais (DGAC).

O “Projecto de Revitalização da Estação Romana de Tróia” decorre de 1983 a 1986¹⁹. Neste âmbito efectua-se a desmatação e limpeza das ruínas, acções de conservação, inventário de materiais e o primeiro levantamento topográfico das Ruínas Romanas de Tróia. Em 1984 e 1986 as campanhas de limpeza foram desenvolvidas com apoio de programas Ocupação de Tempos Livres (OTL) e Ocupação Temporária de Jovens (OTJ). Em 1986 desenvolvem-se acções de conservação e valorização nas Ruínas Romanas de Tróia, como a colocação de nova rede de protecção, desmatação, limpezas e elaboração de painéis explicativos, que nunca chegaram a ser colocados no sítio e a preparação de um roteiro que indica a escavação da sepultura tipo cupa que se encontra junto às termas.

Em particular, entre 15 e 21 de Setembro de 1985 realizou-se uma “Intervenção Antropológica Aplicada à Arqueologia na Estação Romana de Tróia” (AAI, S2, Vol.4), dirigida por José Carlos de Almeida Oliveira, Carlos Cândido Pedro, Luís Filipe Bastos e João Luís Santos, subsidiado pelo Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural e em colaboração com a Câmara Municipal de Beja, a Câmara Municipal de Grândola, o Campo Arqueológico de Mértola e o Museu Distrital de Beja.

As áreas intervencionadas foram a Necrópole de sepulturas tipo mesa e a Necrópole do Mausoléu, postas a descoberto pelas campanhas de escavação entre 1974 e 1976, que tinham como co-responsáveis António Cavaleiro Paixão, Judite Cavaleiro Paixão e Susana Helena Bastos Correia da Fonseca, e foram designadas como Sector 1 e 2.

O resultado desta intervenção encontra-se repartido entre o Museu de Beja, o MNA e o armazém junto às Ruínas Romanas de Tróia. No primeiro está depositado o espólio osteológico, no segundo encontra-se material da sepultura 3 e 21 e no terceiro material de algumas das restantes sepulturas, sobretudo espólio cerâmico.

Entre 1 e 30 de Setembro de 1988 intervém nestas ruínas Carlos Beloto, do Museu Monográfico de Conimbriga, que efectua trabalhos de conservação e restauro. É também neste ano que decorrem trabalhos de limpeza com o apoio dos Fuzileiros, das Instalações militares de Tróia.

¹⁹ Portal do Arqueólogo (www.igespar.pt).

Entre 1 e 15 de Outubro de 1990 (AAI, S.2, Vol.5) procede-se ao levantamento e estudo arquitectónico das Oficinas de Salga 1 e 2, efectuando-se uma limpeza desta área, com recolha selectiva de materiais, e algumas sondagens, num trabalho conjunto entre a equipa de António Cavaleiro Paizão e de Robert Étienne. No ano seguinte, entre 16 de Setembro e 11 de Outubro de 1991, continuam-se os trabalhos de 1990 agora no âmbito do Projecto “Garum-Sado - Indústrias de Salga na Lusitânia durante o Império Romano” (AAI, S.2, Vol.5) surge a interpretação dos franceses Robert Étienne e Françoise Mayet, tendo-se publicado a primeira e única monografia dedicada ao sítio arqueológico de Tróia (1994). Este estudo publica materiais, especialmente a *terra sigillata* depositada no MNA, mas também os materiais resultantes da intervenção deste projecto, como fragmentos ânforas e de cerâmica comum, actualmente no Armazém junto às Ruínas Romanas de Tróia.

Também entre 1990 e 1991, sob direcção de António e Judite Cavaleiro Paixão decorrem trabalhos na Basílica Paleocristã, estando a colecção depositada no Armazém junto às Ruínas.

Entre 14 de Julho e 15 de Setembro de 2000, no âmbito do Projecto “Valorização da Estação Arqueológica de Tróia (1ª fase)”(AAI, S.2, Vol.5), foram efectuados trabalhos em diversas áreas. Uma nova campanha de desmatação e limpeza das oficinas de salga, com um levantamento fotográfico e trabalhos de consolidação provisórios; na basílica paleocristã trabalhos de conservação e limpeza das pinturas murais; na necrópole com sepulturas de *mensa* o levantamento e monitorização do estado de conservação com aterro de algumas sepulturas; na oficina de salga 4, a cobertura de três muros com manga plástica e implantação de linhas de referência para o desenho de tanques e fornos aí existentes; no mausoléu e sua necrópole um registo gráfico; na rua da princesa acções de salvamento em vários pontos; em algumas das oficinas da orla a monitorização regular da evolução do estado de preservação das estruturas e no núcleo fabril da ponta do verde a recolha de espólio de algumas cetárias e de um poço. Aqui é realizada a chamada “Sondagem do Poço I/2000” (AAI, S.2, Vol.6). Este trabalho foi assinado por Armando Sabrosa e José Luis Monteiro e o caderno de campo encontra-se actualmente no AAI. O material desta intervenção encontra-se no Armazém junto às ruínas.

Em 2004, desenvolve-se “Tróia, Projecto de conservação e valorização” (AAI, S.2, Vol.8). Mencione-se neste âmbito duas campanhas de escavação nos verões de 2004 e 2005, na necrópole do mausoléu, na qual foram identificadas duas novas sepulturas, uma das quais foi aberta e cujo espólio osteológico incompleto foi recolhido por Álvaro Figueiredo e depositado no MNA.

Ao longo dos trabalhos dos anos 80 e 90, vários investigadores colaboram no estudo deste sítio arqueológico e vão publicando recolhas selectivas de materiais, sobretudo material anfórico. Em 1978, Guilherme Cardoso publica 29 ânforas recolhidas em Tróia e conservadas no Museu do Mar em Cascais. Élvio Sousa e Eurico Sepúlveda, em 1997, estudam um conjunto de ânforas de paradeiro actualmente desconhecido. No ano seguinte, publicam-se estudos da autoria de António Dias Diogo e Laura Trindade sobre ânforas encontradas em Tróia e depositadas em diversas entidades. António Dias Diogo, que já tinha publicado materiais de Tróia em anos anteriores colabora em 2001 com António Cavaleiro Paixão publicando mais um conjunto de ânforas romanas provenientes de Tróia, e que ainda hoje se encontram num armazém próximo das Ruínas Romanas de Tróia.

Como veremos também no capítulo seguinte, Cristóvão Pimentel estuda a colecção de *terra sigillata* de Tróia depositada no CPAS, que publica em 2004. Quanto ao acervo imóvel, nos anos 90 é de destacar a investigação de Justino Maciel acerca do cristianismo na antiguidade tardia que ajuda a completar o conhecimento deste sítio arqueológico, em particular da basílica paleocristã.

Fizeram também parte dos trabalhos recentes no sítio diversas acções de prospecção. António Afonso dirige trabalhos de prospecção geoelectrica e magnética, realizados entre 16 e 25 de Novembro de 1989 (“Prospecção Geoelectrica e magnética na península de Tróia – Aplicação à Arqueologia”, AAI, S2, Vol.5). Em Novembro de 1993, é a vez do projecto de prospecção geofísica, “Nondestructive cultural heritage assessment for Europe”, com a colaboração da Universidade de Amesterdão, sendo responsável R. W. Brandt. Entre 2 e 17 de Outubro de 2000, realizam-se novos trabalhos de prospecção geofísica, por Benno Zickgraf e Martin Posselt. Em 2005 realizam-se novamente trabalhos de prospecção geofísica por Posselt & Zickgraft Prospektionen GbR (AAI, S.2, Vol.9) em Fevereiro e Março no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental da UNOP 4.

A partir de finais de 2006 começa-se a constituir a equipa de arqueologia do Troiaresort, dirigida pela Dra. Inês Vaz Pinto, no seguimento do protocolo firmado entre a empresa de desenvolvimento turístico da península e o IPA e IPPAR (as instituições então responsáveis pelo património arqueológico nacional). A equipa, encarregue da salvaguarda, conservação e valorização destas ruínas, para além do acompanhamento arqueológico das intervenções realizadas no empreendimento turístico, elaborou estudos de impacte patrimonial (da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Tróia e da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 4) e desenvolveu trabalhos de prospecção, limpeza e escavação, nas seguintes áreas: oficina de salga 1 a 3, 5 a 10 e 15, armazém das ânforas, basílica paleocristã e numa sepultura na orla.

Para além do acompanhamento arqueológico das obras de requalificação da península de Tróia, um dos primeiros trabalhos da equipa de arqueologia do Troiaresort no perímetro das Ruínas Romanas de Tróia foram as Sondagens Preventivas na zona *non edificandi* da zona especial de protecção da estação arqueológica de Tróia (Pinto e Magalhães 2007), que tinha como objectivo comprovar os resultados da prospecção geofísica realizada em 2005 e determinar a presença ou ausência de vestígios arqueológicos na área *non aedificandi*. As sondagens demonstraram a inexistência de vestígios romanos em 11 das 12 sondagens e ajudaram a confirmar os resultados das prospecções geofísicas anteriormente realizadas. Entre o pouco abundante espólio resultante apenas da “Sondagem 11” destacam-se fragmentos de ânforas béticas e de tipo Dressel 14, uma tigela de mesa de cerâmica comum e uma terrina de época moderna (que foi objecto de restauro).

Seguidamente realizou-se o “Levantamento arqueológico do núcleo romano do Recanto do Verde (Tróia)” (Pinto e Magalhães, 2008), a fim de conservar pelo registo um núcleo em processo de destruição pelas marés. Este levantamento permitiu aferir a planta conservada desta fábrica de salga, com as denominadas “oficinas de salga 12 e 13” e que terá sido abandonada no século II, possivelmente já devido a uma alteração do nível médio das águas. Deste trabalho resultaram uma colecção de peças de materiais diversos, como cerâmica de construção (telhas e tijolos de quadrante) e fragmentos de ânfora.

Uma vez que a subida do nível médio da água, porventura já sentida no século II, continuava no século XXI a ameaçar este património edificado e aproveitando-se as areias resultantes das construções na área nuclear do projecto turístico do Troiaresort foi desenvolvido um projecto enchimento de praia (Silveira *et alli*, no prelo) de modo a proteger uma primeira área das ruínas, a da zona envolvente da Basílica. Este projecto, concebido e acompanhado pelo Instituto do Mar (IMAR) afectou várias oficinas de salga, resultando no levantamento fotográfico e descritivo de 11 oficinas e implicando a escavação de um tanque de salga da oficina de salga 6, que preservava ainda uma última camada de produção, que revelou fragmentos de ânfora, *terra sigillata* e cerâmica comum.

Para a valorização do sítio arqueológico e sua abertura ao público iniciaram-se um conjunto de trabalhos arqueológicos de modo a preparar o sítio para a fruição pública. As áreas receberam a atribuição de sectores.

A escavação da Oficina de salga 2 decorreu em três campanhas de escavação, a primeira em 2007, a segunda em Março, Junho e Julho de 2008, e a terceira em Julho e Agosto de 2009 e as áreas de escavação foram divididas em 3 sectores (Sector 1, Sector 2 e Sector 4).

Em 2008 iniciou-se ainda o desafogamento da área da Oficina 1 (Pinto, Magalhães e Brum, 2011), definida como Sector 3. Nesse ano foi apresentado e aprovado pelo IGESPAR um PNTA (Plano Nacional de Trabalhos Arqueológico) com o acrónimo VALTRÓIA. No âmbito do “Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia” e continuando as intervenções anteriormente descritas realizaram-se em 2009 os seguintes trabalhos: escavação de parte do armazém de ânforas (Sector 5); escavação de parte da lixeira da oficina de salga 1 (Sector 3) e conclusão da escavação do compartimento anexo à oficina de salga 2 (Sector 4). Do Sector 3 resultou uma colecção muito diversa de material com peças típicas como ânforas, *terra sigillata*, cerâmica comum e cerâmica de construção, mas também com inúmeras peças de destaque como anzóis, pregos, moedas, alfinetes de cabelo, amuletos em osso, vidro e fauna diversa, sendo destacável a fauna ictiológica. Algumas das peças desta colecção estão expostas actualmente no *troia golf*.

Em 2010 prosseguiu-se a escavação do “armazém das ânforas” (Pinto, Magalhães e Brum, 2011), área que ficaria afectada pela colocação de estacas para passadiço de

acesso ao mausoléu e cuja escavação já tinha sido iniciada por anteriores arqueólogos como tratámos. Passou a denominar-se a área por “sector 5”, identificando-se ânforas, *terra sigillata*, cerâmica de construção e cerâmica comum e destacando-se esta colecção por corresponder cronologicamente à mais antiga colecção de materiais resultantes dos trabalhos da equipa de arqueologia do Troiaresort. Ainda neste ano realizaram-se as “Sondagens dos Trabalhos Preparatórios de Valorização” (TPV) (Pinto, Magalhães, Brum, 2011), seleccionando-se as áreas que seriam afectadas pela implantação do percurso de visita e áreas que auxiliavam na conservação de estruturas. A sondagem A, a sudoeste do extremo noroeste da parede de delimitação sudoeste da Oficina 2; a sondagem B, a sudeste do poço da Oficina de salga 1; a sondagem C, na continuação para sudoeste da área de lixeira da Oficina de salga 1; a sondagem D, no interior de uma eira moderna e a sondagem E, uma pequena sondagem na oficina de salga 1 na base de uma parede que necessitava de restauro. Entre o material destas intervenções destaca-se um prato de *terra sigillata* com a decoração de um golfinho, actualmente em exposição no *troia*golf.

Uma importante peça (6372) da colecção de materiais da equipa do Troiaresort foi incluída na colecção em 2010. Trata-se de uma pintura mural identificada em 2009 e que foi destacada da parede onde se encontrava originalmente na orla do estuário, por correr o risco de se perder pela invasão das marés naquela área.

Em Outubro de 2010, é recolhida a peça (8748), também na orla o estuário. Trata-se de uma árula funerária em mármore róseo do tipo Estremoz/Vila Viçosa, descoberta num núcleo de função desconhecida. A sua inscrição foi interpretada da seguinte forma: "Consagrado aos deuses Manes. Aqui jaz Trofime (?). (Viveu?) 60 anos. Que a terra te seja leve.", conforme publicada (Encarnação *et alli*, 2012).

O Projecto “Necrópole Romana de Tróia”, doutoramento da autoria de João Almeida, foi também integrado nos trabalhos arqueológicos do sítio, procedendo-se à escavação do Sector 7, denominado “Oeste da Necrópole do Mensa” (ONM), em 2011. Mais tarde, em Dezembro desse ano, desenvolveu-se ainda a escavação de emergência de uma sepultura localizada na orla do estuário do Sado que ficou parcialmente exposta pela acção das marés e foi escavada de modo a prevenir a sua violação.

Mais recentemente em 2012, realizaram-se duas sondagens na área da “Rua da Princesa” que tiveram como objectivo a identificação do piso térreo dessa área residencial.

Todos estes trabalhos têm sido completados com trabalhos de conservação, consolidação e conservação de estruturas, da empresa Nova Conservação e que resultam por vezes na recolha de um número muito reduzido de novas peças, devidamente inventariadas e incluídas na colecção do Troiaresort.

Capítulo 3: Identificação, diagnóstico e problemática da dispersão de um acervo

O acervo arqueológico romano de Tróia, objecto de estudo do presente projecto, é composto por dois tipos de acervos fundamentais: os **vestígios estruturais *in situ*** e os **bens móveis arqueológicos**. Estes dois acervos são representativos da presença romana no local e ambos constituem património nacional, como enunciámos no capítulo de “Enquadramento conceptual”.

Para além deste “acervo principal”, deve-se ainda considerar o **acervo documental**, legalmente exigido para o património arqueológico, conforme expresso na legislação referente à arqueologia²⁰. Este acervo, tal como é também entendido pelo regulamento do Museu Monográfico de Conimbriga²¹, é essencial e indissociável do restante acervo, já que permite contextualizar e dar significado aos vestígios da cultura material provenientes de escavação. Para além dos exemplos mais recentes dos relatórios e artigos exigidos pela legislação, não esquecemos neste projecto a documentação mais antiga como a correspondência trocada entre investigadores acerca deste sítio, alguma da qual no Arquivo Histórico do MNA ou a documentação relativa à SAL arquivada na Academia de Belas Artes.

Mencione-se ainda também o acervo não propriamente referente às Ruínas Romanas de Tróia, mas antes à história da sua **investigação**, como é o caso dos vestígios materiais de carris e vagonetes utilizadas nas escavações do século passado, que terão sido introduzidas no sítio por Fernando Bandeira Ferreira nos anos 50 e utilizadas também por outros investigadores, como D. Fernando de Almeida, subsistindo uma junto à área da R. da Princesa ou da máquina fotográfica utilizada pelo Coronel Marques da Costa para tirar fotografias em Tróia, que se encontra actualmente no Arquivo Américo Ribeiro (em Setúbal).

²⁰ Art. 5º do Decreto-lei 270/99, “A concessão de autorização para trabalhos arqueológicos depende das seguintes condições: cumprimento por parte do requerente, das obrigações fixadas em anteriores autorizações, nomeadamente a entrega de relatórios, a publicação dos resultados nos prazos acordados, (...)”.

²¹ “Art. 16: 2 – Consideram-se parte indissociável do acervo de Conimbriga, ainda que não tecnicamente parte da sua colecção, os registos, publicações, informações e outros dados de natureza científica ou empírica que permitem contextualizar os bens.” *Regulamento do Museu Monográfico de Conimbriga*.

Tendo em conta que a própria arqueologia é uma ciência interdisciplinar não devemos esquecer ao identificar este acervo a sua ligação ao **património natural** da região, sendo de referir em particular a exploração dos recursos marinhos, que se conecta directamente com a ocupação humana histórica. Tróia está inserida numa região ligada a esta actividade e cujas características naturais, de riqueza piscícola e de localização potenciaram o próprio estabelecimento de uma indústria conserveira em Tróia em época romana e que mais tarde foi também particularmente destacável no âmbito da própria revolução industrial da cidade vizinha de Setúbal. Aliás em Plano de Pormenor da Câmara Municipal de Grândola está previsto a junção destas duas matérias num Centro de Interpretação Arqueológico e Ambiental, como se analisará no capítulo final.

3.1. Levantamento de colecções provenientes de Tróia

“Desconhecem-se ainda muitos dos aspectos da civilização romana em território português, quer porque grande parte dele não foi ainda objecto de uma exploração metódica e cientificamente orientada, quer ainda porque muito do material já recolhido (quantas vezes mais com espírito de coleccionador de «antiquidades» ou «curiosidades», do que de arqueólogo), que se encontra inédito e mesmo esquecido em colecções particulares ou em armazéns de museus.” (Pereira 1971: 145)

Quarenta anos depois da sua publicação esta afirmação é ainda verdadeira e particularmente adequada no caso de Tróia. A maioria do acervo de Tróia foi apenas publicado sob a forma de artigos em revistas científicas ou objecto de estudo de teses de licenciatura, mestrado e doutoramento. Recentemente, no âmbito do “Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia”, as colecções depositadas em museus, nomeadamente no MNA, não têm sido descuradas e tem havido um esforço de publicação destas, constituindo um considerável acervo, que vem sendo constituído em colecções privadas ou depositado em museus ao longo de vários séculos, como pudemos já indiciar em capítulo anterior.

Actualmente o Museu Nacional de Arqueologia é considerado pela DGPC a instituição oficial de depósito das intervenções realizadas no código nacional de sítio 2, ainda que o material das intervenções mais recentes não tenha sido aqui depositado, mantendo-se em armazéns localizados junto às ruínas.

O acervo móvel das Ruínas Romanas de Tróia encontra-se, assim, disperso por colecções privadas para além de dezenas de entidades, que trataremos de seguida neste levantamento. No âmbito deste projecto não foram analisadas todas as entidades que tínhamos indícios possuírem materiais de Tróia²², ainda que referidas no capítulo outras entidades, tendo sido consultadas as seguintes 13 entidades (Apêndice C):

- Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa);
- Museu Municipal da Vida Subaquática e da História Submersa (Lisboa);
- Biblioteca Nacional (Lisboa);
- Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa);
- Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal;
- Museu de Setúbal;
- Museu Municipal Pedro Nunes (Alcácer do Sal);
- Museu de Évora;
- Câmara Municipal de Mafra;
- Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras);
- Câmara Municipal de Grândola;
- Anexos do Palacete Sottomaior;
- Troiaresort.

Desde as pequenas colecções, como é o caso do Museu Municipal de Mafra, de Torres Vedras ou de Setúbal, até à impressionante colecção do Museu Nacional de Arqueologia, sendo Tróia a jazida mais bem representada deste museu, procuraremos neste capítulo muito sumariamente caracterizar as colecções e a sua integração nas respectivas entidades.

²² Câmara Municipal de Cascais, Laboratório Marítimo da Guia, Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, Associação de estudos Arqueológicos e Etnológicos, Clube Naval de Peniche, Museu Oceanográfico Professor Luís Saldanha, Quinta da Bacalhôa, liceo Marítimo de Bouzas, Centro de Arqueologia de Almada, Museu Regional de Beja, domus de Santiago, Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra, Museu Municipal de Santiago do Cacém e Museu de Aveiro.

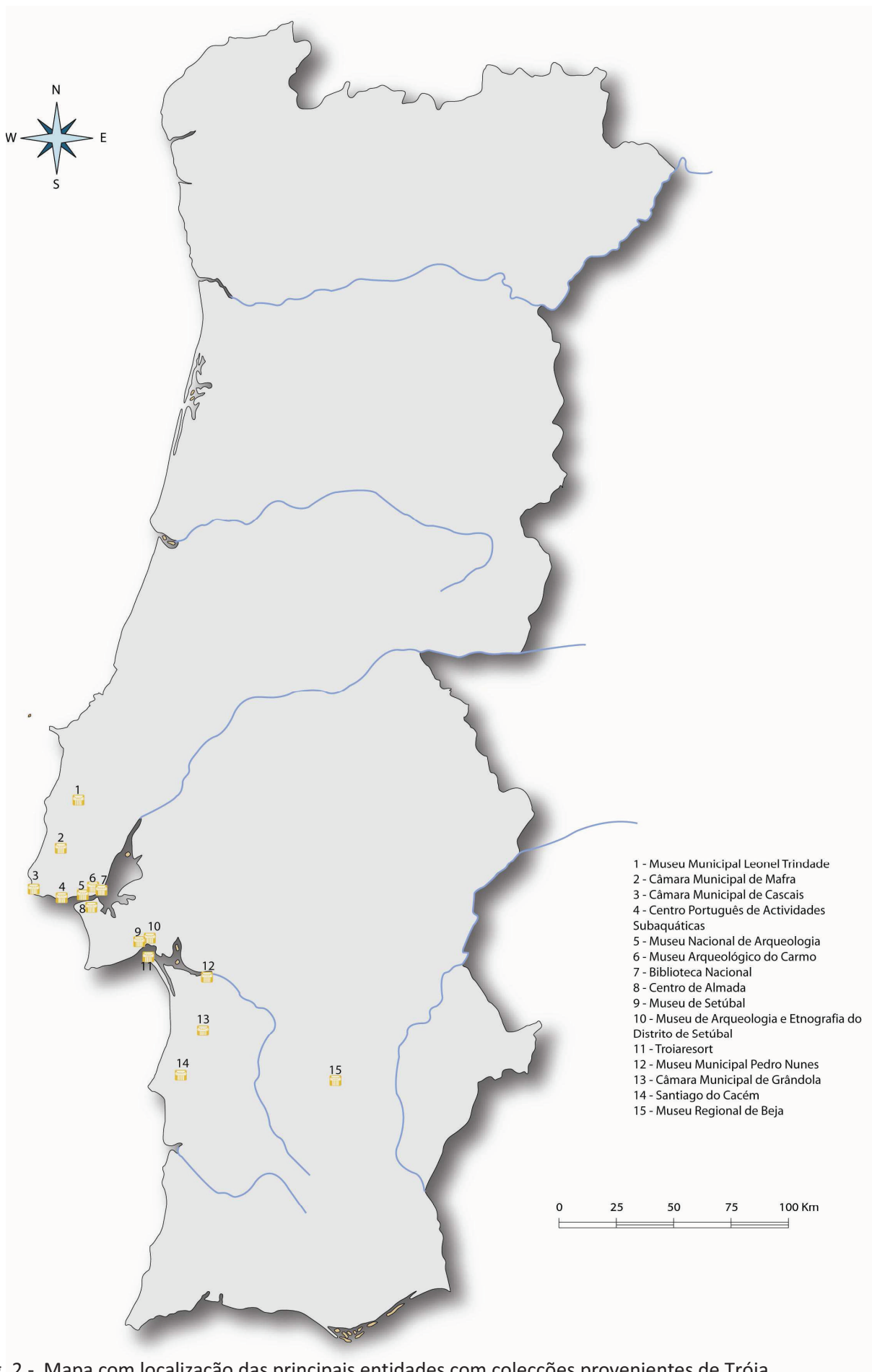


Fig. 2 - Mapa com localização das principais entidades com colecções provenientes de Tróia.

3.1.1. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)

Na história do Museu Nacional de Arqueologia Dr. Leite de Vasconcelos pode-se recuar até 1893, quando foi criado o “Museu Etnográfico Português”. De 1897 a 1929 funcionou com o nome de “Museu Etnológico Português” e é enquanto tal que é inaugurado em 1906, no Congresso Internacional de Medicina, numa ala do Mosteiro Jerónimos para onde fora transferido da Direcção dos Trabalhos Geológicos em 1903 e onde ainda se encontra, partilhando espaço com o Museu da Marinha.

Em 1929 passa a ser conhecido como “Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos” e em 1965 é denominado “Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, aquando da reorganização nacional dos museus. Durante um curto período de tempo, entre 1976 e 1980, o museu esteve parcialmente encerrado. Nos dias de hoje tem o nome de “Museu Nacional de Arqueologia Dr. Leite Vasconcelos” atribuído em 1989, e é actualmente conhecido pela sigla “MNA”.

Indissociável da história deste museu é a figura do Dr. Leite Vasconcelos seu fundador. Um museólogo (Gonçalves 1959), mas antes de mais um coleccionador. A missão do museu era para este médico o arquivo de “documentos que servem para o estudo da vida do povo português”²³.

Para além de José Leite de Vasconcelos intimamente relacionado com a própria história da arqueologia portuguesa o MNA contou já com 9 directores. Manuel Heleno foi director entre 1930 e 1964 e dirigiu diversas escavações sobretudo no sul do país, recolhendo o espólio destas para o museu, colecções estas que em grande parte ainda se encontram por estudar; D. Fernando de Almeida preocupou-se com a reorganização do museu, suas colecções e o seu pessoal; Manuel Bairrão Oleiro foi director num curto intervalo de tempo entre 1975 e 1977; Francisco Alves; Luís Raposo, arqueólogo especialista em pré-história antiga que modernizou as exposições do museu e teve um importante contributo na organização do acervo e, por fim o actual director, António Carvalho, que recentemente assumiu funções e se propõe dinamizar o museu localizado no Mosteiro dos Jerónimos. Refira-se ainda Manuel Viegas Guerreiro, director entre 1974 e 1975, mais ligado à etnologia à qual, como vimos anteriormente,

²³ MNA, Arquivo Pessoal de José Leite de Vasconcelos, Cx. História do Museu.

o museu esteve inicialmente ligado a João Saavedra Machado que dirigiu o museu num curto espaço de tempo, ainda que não oficialmente, entre Manuel Heleno e D. Fernando de Almeida. Muitos dos directores foram também professores na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo inclusivamente o museu estado pedagogicamente anexado a esta instituição, pelo que a função didáctica é inerente a este museu.

Hoje em dia o MNA localiza-se num edifício emblemático, acima referido, declarado Monumento Nacional em 1907, estando em curso há já largos anos um projecto de remodelação e transferência que até hoje não teve lugar. Este museu tem actualmente 2 pequenas salas para exposições permanentes, onde se encontram expostas apenas uma parte das colecções egípcia, em “Antiguidades Egípcias” e de ourivesaria, em “Tesouros da Arqueologia Portuguesa” e 3 salas de exposições temporárias, estando patentes nestes espaços as seguintes exposições: “Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa”; “Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e a Conquista Romana do Vale do Tejo” e “Neolítico Antigo em Portugal”.

No entanto, para além do que se observa exposto, o MNA tem a larga maioria do seu material arqueológico numa reserva²⁴, onde alberga uma colecção composta pelos materiais adquiridos pelo seu fundador Leite de Vasconcelos; pela incorporação de diversas colecções como as da Casa Real portuguesa, a colecção de arqueologia do antigo Museu de Belas Artes, a colecção de antiguidades do Algarve de Estácio da Veiga e pelas doações de coleccionadores privados. A colecção de material arqueológico do MNA está ainda em constante alargamento pela inclusão do espólio das escavações realizadas por todo o país²⁵.

São diversos os elementos de divulgação do museu que aproximam a sua relação com os seus públicos, nomeadamente a página na internet, em versão trilingue, que foi distinguida pelo ICOM em 2002 com o prémio “Web d’art d’or”; a revista de arqueologia, *O Arqueólogo Português*, publicada desde 1895; os catálogos de exposições, obras de referência na bibliografia da arqueologia portuguesa; a própria biblioteca do museu e o activo Grupo de Amigos do MNA (GAMNA).

²⁴ Não esqueçamos que “a maior parte do acervo de um museu de arqueologia estará sempre em reserva” (Raposo 2009: 100).

²⁵ Conforme Capítulo II do Decreto nº559/1914.

Como vimos através dos seus ilustres directores a proximidade entre este museu e a investigação científica, bem como a sua constituição como pólo de ensino constituem ainda hoje características essenciais no funcionamento deste museu. A importância deste associa-se então à proximidade de relação com o meio científico que representa, tornando-se assim uma instituição fundamental no panorama da arqueologia portuguesa.

A colecção de material proveniente do sítio arqueológico que é o presente caso de estudo acompanha a própria história do museu que acaba de se enunciar. O inventário deste material foi iniciado em 1983 tendo sido criados complexos conforme cada área/campanha de escavação dentro do próprio sítio de Tróia. Assim o número de inventário indica geralmente este ano sob forma dos seus últimos três dígitos, seguidos de um outro código com o máximo de três dígitos e no final o número irrepetível (ex.: 983.46.1).

A primeira colecção de materiais de Tróia a ser incorporada foi a da sepultura de Gala, em 1895, ano também da publicação n' *O Arqueólogo Português* desta sepultura. Esta colecção inclui material cerâmico, fauna, osso trabalhado, metal, vidro e pedra. Exceptuando-se o caso de alguma cerâmica comum, metal e fauna, estas peças encontram-se presentemente na exposição "Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa".

A colecção desta sepultura deu entrada no MNA em Julho de 1895 (Vasconcelos 1895: 221), doada pelo proprietário das ruínas Francisco Maria Cabral d'Aquino Mascarenhas, que autoriza escavações do museu em Tróia. Por sua vez, a sua mulher oferece algum espólio a Almeida Segurado, parte do qual (um capitel iónico, um fragmento de inscrição, estuque, ânforas e uma lança) este deposita no MNA (Segurado 1920: 215).

Outros são os doadores de colecções de peças provenientes de Tróia a este museu. António Inácio Marques da Costa conta-se entre eles, tendo, em Julho de 1905 aqui entregue fragmentos de uma ânfora (Vasconcelos 1906: 92). Em Setembro de 1907 oferece uma "reprodução de uma candeia de barro da época visigótica" (Carvalhaes 1908: 377). Em Setembro de 1905, Anselmo Braamcamp Freire doa ao museu um fragmento de mármore branco com inscrição, encontrado em 1874 em Tróia (Campos 1906: 285).

Existe também um conjunto de peças recolhidas no rio, sobretudo ânforas inteiras ou bem conservadas, algumas das quais se encontram na reserva de ânforas. Correspondem a recolhas de diversos investigadores. Em 1975 por Vítor Cruz e Henrique Jordan, que possuem ainda algumas das ânforas recolhidas. As entregas de Francisco Reiner a este museu correspondem a recolhas suas; de mergulhadores liderados por Ricardo Costa, em 1973; do grupo dos fundadores do Museu do Mar, Mário Jorge Almeida, Martinho Rangel, João Pedro Cardoso e Francisco Reiner e de Miguel Lacerda e João Pedro Cardoso nas dunas de Tróia (Cardoso 2013: 20). Partes destes conjuntos foram publicados por António Dias Diogo e Laura Trindade (1998: 198).

Mais recentemente há ainda uma pequena colecção de achados avulsos, doada por André Rocha Varela Estremoros e algumas recolhas de João Viegas Varela Estremoros, na sequência da utilização de um detector de metais.

Para além das doações o acervo de Tróia deste museu é também composto por transferências como será o caso duma parte dos materiais com indicação de proveniência de Tróia, mas sem qualquer outra indicação, que em parte deverão estar relacionados com o material das escavações da Sociedade Arqueológica Lusitana e que deram entrada neste museu em 1904, após transferência do Museu Nacional de Arte Antiga que o havia recebido, por sua vez, da Academia de Belas Artes. Também parte da colecção de Frei Manuel do Cenáculo terá sido transferida para este museu (Patrocínio 2006: 33).

Contudo, a colecção não é composta apenas por doações nem transferências, sendo a maior parte da colecção proveniente de escavações realizadas pelo próprio museu.

É o caso das intervenções de Manuel Heleno que, como vimos, aumentou o acervo do museu com espólio de diversas escavações realizadas sobretudo no sul do país e do qual se destacam, no âmbito do presente projecto, as campanhas sistemáticas realizadas a partir de 1948 em Tróia.

Com mais de 140 contextos funerários identificados, com cerca de 39 incinerações (Almeida 2009: 29), a Necrópole da Caldeira é significativa parte do

espólio conservado neste museu. Esta colecção foi sendo incorporada nos anos de 1948, 1949, 1954 e 1955 e foi estudada por João Almeida na sua tese de mestrado (2009), nomeadamente os cinzeiros A, B, C, E, F, G, H, I, J, L, M, N O e sob a sepultura 40 e as sepulturas 1A, 2B, 3, 3A, 3B, 4, 4A, 5, 6, 7, 8, 9A, 9B, 9C, 9 inferior, 9 superior, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 17A, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 24 inferior, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 33A, 34, 36, 36A, 36B, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 45 inferior A, 45 inferior B, 47, 48, 50, 50 inferior, 52, 52A, 53, 53A, 54, 54A, 55, 56, 56A, 57, 57A, 58, 59, 60, 61A, 62, 62A, 63, 64, 64A, 65B, 66, 67, 67A, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 74A, 75, 76, 77, 78, 81, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 101, 101A, 102A, 103, 103A, 105, 106, 107, 114, 115, 116, 119, 120, 123 e 265. Algumas das sepulturas correspondiam a enterramentos em ânfora e a sepultura 22 destaca-se pelo seu espólio, publicado em 2012 (Almeida: 39-52). Deste conjunto de peças apenas a epígrafe de Mersina não se encontra no MNA, tendo sido cedida para exposição no Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS).

Foi também sob a direcção de Manuel Heleno, cujas intervenções arqueológicas eram controladas em campo por alguns adjuntos do museu, entre eles Fernando Bandeira Ferreira e Jaime Roldão, que deram entrada materiais provenientes das escavações nas termas, e nas oficinas de salga, materiais estes incorporados em 1956, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962 e 1972. O material das termas, compostas pelas Salas A (ou grande), C, D, E, G e J, foi parcialmente estudado por Cristina Verdasca, no âmbito da sua tese de mestrado (2010). Por outro lado das oficinas de salga, designadas “Fábricas” no inventário do MNA, distinguem-se, das cetárias R.1, 7, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22 e 23, ainda que com pouco material, para além dos depósitos de abandono/destruição da sala H ou comprida, K, L e viela norte, de onde veio a maioria do meu conjunto. A cetária R.22 foi já estudada e publicada por Ana Patrícia Magalhães (no prelo) e em específico a cerâmica de mesa (“*terra sigillata*”) da oficina 1 foi estudada pela mesma investigadora, no âmbito da sua tese de mestrado (2010).

A Jaime Roldão atribui-se a entrega de materiais provenientes do Mausoléu, então chamado “columbário”, em 1962. Da área a NW do Mausoléu existe referência a material das salas M e N. Desta intervenção no “columbário” existe um relatório no Arquivo Histórico do MNA (Roldão, 1963) que identifica a abertura de talhões,

divididos por secções, que estão indicados no inventário do material. Manuel Farinha dos Santos, nos anos 60, realizou escavações entre a zona da Oficina 2 e o Mausoléu, e terá sido este investigador a dirigir as escavações no interior do Mausoléu, que já teria sido escavado anteriormente. Há algum material com indicação do interior do columbário que deverá corresponder a esta intervenção. Este material está presentemente em estudo, no âmbito da tese de doutoramento de João Almeida.

Quanto às intervenções de António Cavaleiro Paixão encontra-se aqui depositado algum espólio de sepulturas, como a 3 e a 21, ainda que a maioria do espólio das suas intervenções se mantenha num armazém junto às ruínas.

Refira-se ainda que parte desta colecção indica a sua proveniência de Tróia, sem qualquer outra descrição, sendo normalmente assinalado no inventário com o complexo “003” e podendo aqui estar incluídas as peças recolhidas nas intervenções da SAL.

Em termos de materiais, a colecção do MNA é composta por uma grande diversidade de materiais e com muito bom estado de conservação em muitos casos, sendo a sua grande maioria cerâmica.

Do material cerâmico foram já publicados diversos conjuntos de *terra sigillata*, que representam uma significativa parte do total de cerâmica, o que indicia uma recolha selectiva do material, comparando com as quantidades recolhidas no âmbito dos trabalhos recentes. Para além dos trabalhos recentes de Ana Patrícia Magalhães, já Robert Étienne e Françoise Mayet (1994) haviam publicado uma parte da colecção de *terra sigillata* bem como Maria Maia havia publicado diversos artigos na revista *Setúbal Arqueológica* (1975: 159-162, 1974/77: 365-381 e 1976/77: 411-418) e no Congresso Nacional de Arqueologia (1974: 333-341).

A colecção de ânforas deste museu, para além de alguns artigos publicados por Manuel Maia (1974-77: 355-358 e 1975: 155-158) e a recente publicação de João Pedro Cardoso (2013) está presentemente em estudo por Rui Almeida, no âmbito da sua tese de doutoramento, com o apoio da equipa de arqueologia do Troiaresort (Almeida *et alli*, no prelo). A colecção de lucernas é também significativa, encontrando-se algumas delas inteiras e tendo sido estudadas 271 por Maria Elisabeth Figueiredo

Costa (1973), que identifica lucernas de oficinas de Itália, destacando as produções norte-africanas.

A colecção de epigrafia de Tróia pertencente a este museu é composta por 9 inscrições, estudadas e publicadas por José d'Encarnação na sua tese (1984), para além de vários fragmentos incompletos. Várias foram encontradas na Necrópole da Caldeira, distinguindo-se os seguintes nomes: Lúcio Átio Helviano, Emérita, Gala, Libério, Licínia, Marciana, Mersina, Gaio Servílio Clarano e a placa com inscrição em ambos os lados de Partenopeu/Mistra.

No que respeita os metais, a colecção de bronzes figurativos, publicada por António Pinto (2002), é composta por 4 apliques em bronze e uma haste com cabeça de javali (encontrada na sepultura de Gala). Foram também publicados 16 anzóis, que se encontravam em exposição no museu, por Margarida Ribeiro (1970: 221-236).

A colecção de numismática de Tróia deste museu foi estudada por Maria Luisa Abreu Nunes (1973), Milagros Sienes Hernando (2000) e José Ruivo (2008). A segunda, na sua tese acerca de imitações de moedas no séc. IV, publica 4 tesouros, um com 15 moedas encontrado numa concha num tanque de salga de peixe, um segundo, das escavações de Manuel Farinha dos Santos, que havia sido estudado por Maria Luisa Abreu Nunes na sua tese (1973); o terceiro com 501 numismas e um último com 1551 moedas. José Ruivo apresenta os mesmos quatro tesouros na sua tese, e acrescenta ainda um conjunto inédito de moedas do séc. III, compondo assim um conjunto de mais de 3500 moedas.

Nenhuma peça da colecção de numismática está classificada como de interesse nacional, sendo apenas classificados os conjuntos numismáticos do MNA do tesouro de Borrallheira, de Guiães, de Pancas e de *solidi* de Conimbriga. Por outro lado, estão classificadas como de Interesse Nacional, pelo Decreto de rectificação 62/2006 peças de Tróia de ourivesaria e uma travessa de vidro (Au 1; Au 578; Au 579; Au 580; Au 582; Au 585; Au 655; Au 691; Au 842 e 983.458.5 (No decreto inicial nº19/2006 erradamente com nº983.27.30).

Para o período romano é muitas vezes seleccionado material deste sítio arqueológico, uma vez que, como já foi referido, a sua maior colecção de materiais

provém deste sítio arqueológico. Para além das peças expostas actualmente, algumas das quais já mencionadas, peças de Tróia estiveram expostas nas seguintes exposições temporárias: Portugal - das Origens à Época Romana (1989-10-16 a 1993-12-21; Um Gosto Privado, Um Olhar Público. Doações (1995-01-01 a 1997-05-11); Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais (1997-07-17 a 1998-04-19) e Vita Vitri - O Vidro Antigo em Portugal (2009-11-11 a 2010-04-30).

Actualmente encontram-se na exposição permanente “Tesouros da Arqueologia Portuguesa” algumas peças de ourivesaria, classificadas bens de Interesse Nacional (Au 1, Au 578, Au 579, Au 580, Au 582, Au 585 e Au 655).

Na exposição temporária “Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa” estão expostas várias epígrafes e peças associadas a rituais funerários, tais como o espólio da já referida sepultura de Gala. Temos assim as seguintes peças: lucernas (50.016, 983.3.3253, 983.404.1, 983.439.1, 983.21.111, 983.28.38, 983.3.3353, 983.3.3358, 983.40.3 e 50.024), urnas (983.433.1 e 50.057), púcaros (983.11.42, 983.16.16, 983.16.23, 983.16.26 e 983.424.2), espólio osteológico (983.16.22), um copo de vidro (983.24.51), as epígrafes de Lúcio Átio Helviano (999.139.1), Caio Servílio Clarano (E.8218A), Libério (E.8219), Gala (21524) e o friso de sarcófago (994.10.1) e a réplica do relevo mitraico, sendo que também existe cópia desta peça na Câmara Municipal de Grândola.

Está ainda exposta na entrada deste museu a estátua feminina mutilada (994.10.2) proveniente de Tróia, que deu entrada no museu por depósito do Museu Nacional de Arte Antiga em 1951.

Para além destas peças é de mencionar ainda a existência de uma maquete do engenho elevatório de água, utilizado na exposição “Portugal Romano: A exploração dos recursos naturais”.

A colecção de Tróia é assim ilustrativa da presença romana no actual território português, sendo estas peças são também importantes na medida em que proporcionam material didático para a realização de cursos e workshops, ilustrando uma tipologia diversificada de materiais que pode ser utilizada como referência.

Do ponto de vista do acervo documental, o Arquivo Histórico e Fotográfico do MNA é de extrema importância para a compreensão das intervenções mais antigas em Tróia. Através de Cadernos de campo e relatórios, correspondência pessoal, correspondência oficial, plantas de escavação, desenhos, fotografias e recortes de jornais aqui arquivados temos conservada importante documentação acerca da história da investigação em Tróia, que permite por vezes contextualizar material em depósito neste museu.

Pela análise da colecção conservada no MNA e uma vez que muito material mencionado se encontra em grande parte por publicar e estudar o potencial de conhecimento justifica um esforço de investigação, tendo dado origem a algumas teses de licenciatura, mestrado e doutoramento, nomeadamente as já referidas de Maria Adelaide Garcia Pereira, Maria Luisa Abreu Nunes e Maria Elisabete Figueiredo Cabral e as mais recentes de Ana Patrícia Magalhães, João Almeida e Cristina Verdasca, todas pela Faculdade Letras da Universidade de Lisboa. Esta colecção é também incluída em teses não dedicados apenas ao sítio arqueológico em específico, mas acerca de categorias específicas de materiais, como os instrumentos médico-cirúrgicos, tese de Joana Gomes, ou de numismática, teses de José Ruivo e Milagros Sienes Hernando.

Este museu reserva ainda muitas linhas de investigação, com material inédito ainda, que permitirá um melhor conhecimento do sítio arqueológico de Tróia. São de destacar os conjuntos de osso trabalhado, presentemente em estudo pela equipa de arqueologia do Troiaresort e o conjunto de cerâmica de cozinha africana, entregue para publicação no início deste ano.

Sem qualquer dúvida este conjunto deve aqui permanecer, devendo o MNA manter a representatividade da investigação arqueológica nacional, pelo que é de extrema pertinência a manutenção destas colecções nesta entidade que assegura as condições para a boa preservação do espólio e proporciona a acessibilidade dos fundos aos investigadores.

3.1.2. Centro Português de Actividades Subaquáticas (Lisboa)

O CPAS foi fundado em 1953 e tem como missão o duplo objectivo de formar para as “técnicas de penetração no mundo subaquático” e auxiliar na “preservação do

património histórico submerso”²⁶. Uma das componentes desta entidade é o denominado “Museu Municipal de História Submersa e Vida Subaquática”.

Sem política de incorporações definida o seu acervo é composto por três secções (Arqueologia Subaquática; Biologia Marinha e Equipamento de Mergulho). Na colecção de arqueologia deste Centro para além das peças provenientes de Tróia há ainda peças de intervenções em Cabo Verde, na Ericeira e na Trafaria.

O inventário dos materiais de arqueologia foi efectuado entre 1999 e 2003 por Maria Luisa Blot e Cristóvão Pimentel. Trata-se de um inventário realizado manualmente que foi digitalizado (em *Microsoft Database*) em 2005. As peças de Tróia estão marcadas com a sigla “TRO” seguido por uma combinação de 3 dígitos, tendo-lhes sido acrescentados 4 novos dígitos, aquando da conversão do inventário de manual a digital.

A colecção de peças de Tróia é composta maioritariamente por recolhas subaquáticas, quer doadas por pescadores quer por elementos do CPAS, tais como Dantas Guimarães; Henrique Trovão e o seu filho Herculano Paulo Trovão; António Martinho; M. Cambeiro; J. Manuel e Manuel Lucena Ferreira. Efectuaram-se campanhas de recolhas em 1958 (com Manuel Heleno) e em 1973 (com D. Fernando de Almeida) que acompanhavam os mergulhadores amadores do CPAS. Estas recolhas foram repartidas pelo CPAS e pelo MNA, segundo informação oral da Dra. Margarida Farrajota. Não sendo materiais provenientes de escavações arqueológicas, registaram-se sob três proveniências: “fundão de Tróia”; “praia fluvial de Tróia” e “estuário do Sado”.

Tendo em conta esta sua proveniência algumas das peças foram submetidas a um processo de estabilização (dessalinização e consolidação). Em termos de conservação foi efectuada limpeza (mecânica e química); colagem; reconstituição volumétrica; reintegração pictórica e camada de protecção e a humidade é controlada na reserva das ânforas.

A maioria da colecção é de cerâmica, sobretudo ânforas bem conservadas, consideravelmente completas, mas existem também peças em cerâmica comum, onde

²⁶ http://www.cpas.pt/index.php?seccao=instituicao&p=quem_somos, capturado em 10/02/2013.

se destacam os almofarizes béticos completos, um conjunto de *terra sigillata* e cerâmica de construção. Há ainda espólio de metal (nomeadamente moedas e agulhas), fragmentos de mosaicos, vidro e até espólio osteológico. Neste último caso temos o exemplo de um enterramento infantil em ânfora, publicado em 2003 por Cidália Duarte (270/1).

António Dias Diogo foi director do Departamento de Arqueologia do CPAS e publicou as ânforas com os números TRO 184, 192, 110, 450 e 129 (Diogo 1994: 15). Recentemente João Pedro Cardoso publicou parte desta colecção de ânforas (2013: 21). Actualmente decorre ainda o estudo do material anfórico, no âmbito da tese de doutoramento de Rui Almeida, com o apoio da equipa de arqueologia do Troiaresort (Almeida *et alli*, no prelo). A colecção de *terra sigillata*, por sua vez, foi publicada por Cristóvão Pimentel em 2004 na Revista Portuguesa de Arqueologia.

Segundo Critóvão Pimentel Fonseca (2004), a colecção de *terra sigillata* do fundão de Tróia é composta quer pelas formas típicas dos sítios arqueológicos ocidentais quer pelas formas raras, correspondendo temporalmente a um largo espectro entre meados do séc. I e inícios do séc. V.

Nesta instituição encontram-se expostas na Sala António Martins Gomes Ramada Curo 2 ânforas, 1 moeda, 1 *terra sigillata*, 1 anforeta, 1 peso de rede, 1 agulha e 1 anzol de Tróia, tendo 3 das ânforas estado expostas na Escola Pedro Arrube (Lisboa).

Em termos de propriedade o espólio aqui depositado pertence à Câmara Municipal de Lisboa, desde 1969. Dado enquadramento actual da programação museológica deste concelho e a própria disponibilidade do Centro na entrega destes materiais, consideramos que este conjunto poderá futuramente vir a integrar a futura reserva de material arqueológico a criar junto ao sítio arqueológico.

3.1.3. Biblioteca Nacional (Lisboa)

Originalmente fundada com o nome de Real Biblioteca Pública da Corte, por Alvará de 29 de Fevereiro de 1796, foi apenas oito anos depois que nela se criou o Gabinete de Numismática e Antiguidades, pelo Alvará de 4 de Fevereiro de 1804, para recolher e conservar antiguidades. Actualmente designada por Biblioteca Nacional,

aqui se conservam pelo menos 3 peças provenientes de Tróia, 2 das quais actualmente expostas na Sala de Reservados.

Segundo o Catálogo publicado por Manuela Delgado e Jorge d'Alarcão (1969), existe neste Gabinete um fragmento de mosaico e uma ânfora Dressel 14 provenientes de Tróia. Não foi identificado pelos autores a proveniência da inscrição a Mario Antioco, como já havia sido alertado por Cardim Ribeiro em 1977 (333).

A inscrição a Mario Antioco, em exposição na vitrina da Sala dos Reservados, é mencionada pela primeira vez por José Cornide. Esta peça incorporou a colecção do Gabinete de Numismática e Antiguidades logo desde a sua criação uma vez que se encontrava no Gabinete de António Ribeiro dos Santos, bibliotecário da Real Biblioteca.

O fragmento de mosaico identificado, e em exposição na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional, corresponde a um fragmento desenhado por Inácio Marques da Costa no seu manuscrito.

Quanto à ânfora que surge referida no *Archivo Pittoresco* (Xaro 1860: 376) como depositada na Biblioteca Nacional após ter pertencido a Frei Manuel do Cenáculo, poderá tratar-se da referida em 1869 por Augusto Filipe Simões da colecção de Frei Manuel do Cenáculo. Sabemos que este doou livros, uma colecção de 3000 medalhas e pinturas à Biblioteca Publica da Corte em 1797 (Cenáculo 1797), mas não possuímos elementos da transferência desta ânfora para o Gabinete de Numismática e Antiguidades, excepto a menção de Gama Xaro. Esta não está exposta na Sala de Reservados.

É ainda possível que um fragmento de lucerna seja também de proveniência de Tróia, uma vez que nela está marcada a palavra “Cetóbriga”, que inicialmente fora atribuída ao sítio arqueológico de Tróia, como vimos em capítulo anterior.

A colecção de numismática do Gabinete foi entregue ao Banco de Portugal, que actualmente prepara o seu museu, podendo inclusivamente encontrar-se entre esta colecção materiais achados em Tróia. Por esta razão, consideramos que no caso das peças que aqui se encontram de Tróia é de considerar a reavaliação da localização

desta colecção, uma vez que na missão da Biblioteca Nacional²⁷ deixou de fazer parte a conservação de antiguidades, como no âmbito da fundação do Gabinete fora pensado.

Não esqueçamos, no caso da Biblioteca Nacional o seu investimento na digitalização de documentos, alguns dos quais as primeiras referências às Ruínas Romanas de Tróia.

3.1.4. Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa)

O Museu Arqueológico do Carmo, tutelado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses e dirigido pelo presidente da mesma, José Morais Arnaud, foi criado em 1864.

Foi Joaquim Possidónio da Silva, da Comissão Geral dos Monumentos Históricos que promoveu o primeiro curso de arqueologia no nosso país. Este pretendia com a inauguração do Museu do Carmo a divulgação do conhecimento científico, contrariando a falta de apoio institucional, dificuldade sentida pelo próprio museu no seu início, sendo suportado por doações privadas. Incentiva desde logo as escolas a visitarem o museu, considerando o museu um local de recolha de património em perigo. Inicialmente via neste museu, à semelhança do que mais tarde veio a criar Leite de Vasconcelos, um museu centralizador, depositário das antiguidades achadas em diversos pontos do país. Efectivamente mais tarde aprovaria a criação de museus regionais. Segundo Ana Cristina Martins (2003: 154) o Museu Arqueológico do Carmo constituiu um “museu arqueológico-tecnológico”.

A variedade de colecções neste museu inclui sarcófagos, múmias, túmulos, objectos etnológicos da América do Sul, estelas hindus e quadros dos diversos sócios. Aqui se encontra, por exemplo, o túmulo de D. Fernando II, que apoiou a SAL, como vimos.

A única peça possível de identificar como proveniente de Tróia é uma ânfora Dressel 14, sem fundo, bordo ou asas, que foi recolhida em 1833 no estuário e doada pelo Sr. Francisco da Silva Vidal. A ânfora encontra-se actualmente em exposição após

²⁷ “proceder à recolha, tratamento e conservação do património **documental** português” (Art. 2º do Decreto-lei 78/2012).

a remodelação do museu, em 2001, e foi publicada em 2003 pelos arqueólogos António Dias Diogo e Leonel Trindade (2003: 191²⁸)

Ainda assim, no *Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos civis e Archaeologos Portuguezes* (1891: 241) menciona-se um “fragmento com duas cores, achado nas ruínas de Tróia (Setúbal)”. No entanto, foi contactada a responsável pela colecção Dr. Célia Pereira, que nos informou no inventário efectuado há 7 anos atrás não foi identificada esta peça. Pela descrição sumária da peça não poderemos afirmar com toda a certeza onde se encontra, mas é possível que a peça tenha sido transferida e se trate do fragmento de mosaico, que anteriormente relatámos conservado na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional.

Pela contextualização histórica desta instituição, associado à tentativa de preservação dos sítios de memória colectiva, consideramos que a única peça identificada como sendo proveniente de Tróia não justifica a sua transferência para um futuro espaço em Tróia.

3.1.5. Museu de Setúbal

A criação de um museu em Setúbal bastaria como tema de uma tese académica. Na óptica deste projecto bastará mencionar que a constituição de um tal espaço nesta cidade é mencionada desde a fundação da SAL, em 1849, em cujos estatutos se refere que aqui deveria ser fundado um museu para colocar as colecções arqueológicas recolhidas em Tróia. Também Leite de Vasconcelos defende a criação de um museu nesta cidade, ainda que o fundador do Museu Etnológico fosse defensor da criação de um museu nacional e não da fundação de vários museus regionais, mas

"Setubal, como capital da península da Arrábida, como cidade rodeada de estações archeologicas, entre as quaes avulta a de Troia, que é uma das mais celebres do país, merece bem um museu archaeologico." (Vasconcelos 1903: 18)

Efectivamente, o primeiro museu desta cidade data de 2 de Outubro de 1897, quando se constitui uma exposição na Biblioteca Municipal, com a colecção numismática de Barbuda Cabral. Em 1899 esta colecção passa para os Paços do

²⁸ “do tipo Lusitana 2. Foi recolhida em 1883 pelas redes de pesca no estuário do rio Sado, frente às ruínas de Tróia, e oferecida pelo Sr. Francisco da Silva Vidal. Sendo o seu fabrico abundante no curso inferior do Sado, trata-se do tipo de achado mais comum no fundeadouro do povoado industrial de Tróia, segundo a colecção daí proveniente conservada no Centro Português de Actividades Subaquáticas que nos encontramos a estudar... compreendida entre cerca de 20 e os finais do séc. II d.C.”

Concelho. É também importante o momento em que se cria a “Sala Museu da Misericórdia”, em Outubro de 1917, que dá origem durante estas décadas a um esforço na constituição de um “Museu da Misericórdia”. Até que a 20 de Fevereiro de 1958 se propõe a instalação no Convento de Jesus do Museu da Cidade, onde ainda hoje permanece.

A colecção de Tróia neste museu é composta apenas por um fragmento de *terra sigillata*, com uma estampilha de uma ave; um jarro com asa completa e um peso trapezoidal de rede. As duas primeiras peças haviam sido publicadas por Arronches Junqueiro n’*O Arqueólogo Português* (1899/1900 e 1903). Nenhum dos objectos está actualmente exposto, tendo sido publicados por Maria Seromenho, em 2006.

De acordo com a missão do Museu de Setúbal de “incorporar, conservar, documentar, estudar e interpretar, comunicar e divulgar *testemunhos* abrangidos pela sua vocação, ou seja, pela Arte, pela Arqueologia e pela História, contribuindo para a preservação e difusão do património, da memória e da cultura” (Ribeiro 2011: 13), a colecção de apenas 3 objectos provenientes de Tróia é incluída na vocação do museu de preservação de património arqueológico.

Contudo, de acordo com a vocação mais específica definida pelo ex-director Fernando António Baptista Pereira de “um museu pluridisciplinar de Arte e de História, que articularia dois grandes circuitos: o da História da Cidade, desde as origens à actualidade (...) elegendo como temáticas estruturantes o crescimento urbano e a construção da sua monumentalidade patrimonial (...); e um circuito artístico (...)” (Pereira 2011: 9) esta colecção apenas se adequa como testemunho do coleccionismo de uma personalidade da cidade (Arronches Junqueiro) associada à própria história da museologia da cidade de Setúbal.

3.1.6. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

Este é dos poucos museus deste levantamento que se enquadram na reforma pós-25 de Abril, tendo sido criado em Dezembro de 1974 pela Junta Distrital de Setúbal. Também ao contrário da maioria (de tutela municipal) este museu tem uma escala mais alargada tratando o território respeitante ao distrito de Setúbal e abarcando assim o sítio arqueológico que é o presente caso de estudo. Trata-se assim

de um museu regional que é visto pela sua directora como um “agente cultural integrador das políticas de desenvolvimento” (Soares 2010: 19).

Como o próprio nome indica possui espólio arqueológico e etnográfico, mas também algumas peças de arte contemporânea, realizando por vezes exposições de fotografia. Nas colecções de etnografia destacam-se peças relacionadas com a pesca, a salicultura, agricultura, fição, tecelagem, arte popular e artesanato.

No caso da arqueologia possui peças desde o paleolítico inferior até ao período islâmico, pelo que o período romano, presente caso de estudo, está também incluído. A maioria da sua colecção é resultante dos trabalhos arqueológicos do Centro de Estudos Arqueológicos (CEA). A investigação, que como analisaremos no capítulo seguinte é uma das componentes definidoras de um museu, traduz-se na organização de conferências e cursos e também na publicação das revistas “Musa” e “Setúbal Arqueológica”.

Para além das exposições temporárias o museu tem duas exposições permanentes: uma de etnografia e outra de arqueologia. A segunda, que mais nos interessa no âmbito do presente projecto foi inaugurada em 2010 e procura ilustrar a evolução humana e sua adaptação à região desde o paleolítico inferior até ao período romano.

Há quatro colecções provenientes de Tróia depositadas no MAEDS: a doação do Clube Naval de Setúbal, composta por ânforas béticas e lusitanas (Cardoso 2013: 26); 3 lucernas da colecção de Arronches Junqueiro; peças recolhidas por João Viegas e uma pequena colecção de peças diversas, cedidas pelo MNA para a exposição permanente. A maior parte desta colecção está actualmente em exposição.

É de salientar ainda que este museu organizou em Tróia uma exposição sobre o sítio em 1980, do qual resultou inclusivamente a publicação de um catálogo (Soares 1980: 34).

Tendo em conta os objectivos deste museu, que já se vêm em parte realizados através da constituição dum exposição de arqueologia, tem todo o enquadramento a existência dum colecção, maioritariamente em exposição, proveniente de Tróia neste museu, incluindo-se como uma das jazidas mais importantes do distrito.

3.1.7. Câmara Municipal de Grândola

A Câmara Municipal de Grândola possui um Setor de Museu e Património Cultural, que se encarrega do património cultural do concelho. De acordo com o documento “Programação Museológica do Museu Municipal Polinucleado de Grândola” prevê-se a criação de um

“Espaço de acolhimento e difusão de memórias e identidades locais, promotor da participação e da envolvimento da comunidade nos seus projectos, de forma interactiva, procurando encontrar os meios adequados para a satisfação das necessidades culturais da população.”

Ainda que o museu não tenha sido criado até à data, foi montada uma exposição temporária na Biblioteca de Grândola entre 21 de Outubro e 16 de Novembro de 2011, na qual foram cedidos materiais de Tróia das colecções do MNA e dos trabalhos mais recentes da equipa de arqueologia do Troiaresort e em 26 de Outubro de 2012 foi dado novo espaço (Casa Frayões Metello) à exposição que se tornou permanente intitulada “História Arqueológica de Grândola – Vestígios e Artefactos” que procura ilustrar o rico património arqueológico do concelho.

Enquadrando-se administrativamente as Ruínas Romanas de Tróia no concelho de Grândola também aqui foram entregues peças provenientes deste sítio arqueológico, nos anos 80. Esta colecção é composta por dois conjuntos de doações. O primeiro corresponde a 132 peças de recolhas efectuadas por Hugo Marques e Paulo Rodrigues em 1983 e primeiramente depositadas na Universidade Livre. Foi doado à Câmara em 1989 e inclui ânforas quase completas, algumas delas actualmente expostas no Setor de Museu e Património Cultural da Câmara Municipal de Grândola. Este conjunto foi em parte publicado no estudo de António Dias Diogo e Laura Trindade de 1998 (187-220). O segundo foi doado por António Faria. Pensamos tratarem-se de peças recolhidas temporalmente durante a direcção dos trabalhos no sítio por António Cavaleiro Paixão, mas que não devem corresponder a trabalhos de escavação concretos. Há ainda a mencionar uma réplica do relevo mitraico, tal como no MNA, actualmente em exposição.

De Tróia estão em exposição as seguintes peças: 3 ânforas, 1 almofariz, 4 pesos de rede, 1 anel, 10 moedas, 1 mascarão de sítula, 1 conta de colar de vidro, 1 cabeça de alfinete de cabelo e 1 réplica do relevo mitraico.

Existe um inventário manual das peças, efectuado na década de 80, estando algumas das peças marcadas, no entanto nem sempre os números de inventário correspondem ao registo manual que se encontra na posse do Setor de Museu e Património Cultural da Câmara Municipal de Grândola. O inventário digital irá ser terminado com a aquisição do programa de inventário da Sistemas de Futuro, “InPatrimonio”.

Mais uma vez, tal como no caso da entidade anteriormente analisada, a existência de peças do sítio arqueológico de Tróia está perfeitamente enquadrada pela ilustração da riqueza arqueológica do concelho, ao qual o sítio pertence.

3.1.8. Museu Municipal Pedro Nunes (Alcácer do Sal)

Ainda que este museu se conte entre os primeiros a serem fundados da lista que consta neste levantamento, a par da criação do Museu Etnográfico Português e também este com o apoio de Leite de Vasconcelos, o Museu Municipal Pedro Nunes encontra-se presentemente encerrado ao público e o seu processo de inclusão na RPM suspenso.

Foi possível, no âmbito deste projecto, visitar a reserva provisória onde se conserva a colecção arqueológica do museu, sob a responsabilidade da equipa de arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Relativamente à colecção de Tróia conservada neste conjunto foi apenas possível identificar no registo manual 2 pesos de rede, doados em 1981 (identificados como MMPN3696 e MMNP3697). Encontra-se, no entanto, uma parte da colecção por inventariar, nomeadamente um *dolium* completo e restaurado que nos informaram ter sido recolhido em Tróia.

Consideramos, no entanto, que o museu deve possuir mais materiais provenientes da jazida arqueológica de Tróia, tendo sido apenas publicada uma peça deste conjunto, uma ânfora Dressel 14 completa (Diogo e Trindade, 1998: 218).

Dado o contexto actual deste museu, sem missão nem exposição definida não queremos para já pronunciar-nos quanto ao enquadramento destes materiais nesta instituição.

3.1.9. Museu de Évora

O Museu de Évora é aquele no qual mais podemos recuar na história das colecções provenientes de Tróia, uma vez que aqui se encontram os primeiros objectos expostos e recolhidos em investigações neste sítio. Para aqui são transferidas as colecções de Frei Manuel do Cenáculo, que começa a reunir a sua colecção em Beja criando aqui um dos primeiros museus do nosso país em 1791, o Museu Sizenando ou Sesinando Pacense, onde terão sido expostos pela primeira vez objectos de Tróia.

O bispo de Beja leva parte da sua colecção, composta em grande parte por objectos de arte, para Évora, quando é nomeado arcebispo da cidade, em 1802. Constitui assim a Biblioteca Pública de Évora, em 1805, para onde vai sendo transferida a sua colecção. Com as invasões francesas, Évora e o seu paço foram saqueados entre 29 e 31 de Julho de 1808, tendo sido levadas colecções de numismática (principalmente as moedas de ouro e prata) e outros objectos da colecção do museu da biblioteca. O que restou da sua colecção permanece no Museu de Évora, fundado em 1915, cuja colecção foi aqui sendo incorporada por transferência, a partir desta data. No caso das colecções de arqueologia, conhecido sob o nome de Museu Arqueológico, as peças deram entrada em 1936.

Outra parte da sua colecção foi entregue na Biblioteca Publica da Corte (Patrocínio 2007-2008: 110), conforme mencionado no “Catálogo da Doação do Bispo de Beja” assinado por Frei Manuel do Cenáculo em 1791 e também nesta ocasião deverá ter sido entregue uma ânfora Dressel 14 proveniente de Tróia. Terão também sido entregues peças desta colecção no MNA (Patrocínio 2006: 33).

No inventário deste museu a única peça identificada com proveniência de Tróia é a célebre lucerna mencionada por Frei Manuel do Cenáculo (ME 3389), mas a colecção de peças de Tróia é seguramente mais numerosa.

Haverá outras peças neste museu provenientes de Tróia, tendo sido identificadas neste projecto as peças ME 3329 e ME 5041. A primeira, um escopro de vidro, desenhado por José Cornide e identificado como proveniente de Tróia por Mário Cruz

e a segunda uma lucerna com inscrição *P·ONT(...?...)L*, que corresponde à lucerna referida no manuscrito de António Inácio Marques da Costa indicando “PONTAIL”. Haverá, ainda, uma segunda lucerna também referida por este manuscrito como estando depositada no Museu de Évora, com a inscrição “POP”, sendo que não foi identificada nenhuma lucerna com marca que lhe pudesse corresponder.

Augusto Filipe Simões, director da Biblioteca, publica uma listagem de objectos do museu do Cenáculo em 1869, onde refere uma ânfora semelhante a uma recolhida em Tróia (Simões 1869: 19). Pensamos tratar-se da ânfora que se encontra na Biblioteca Nacional, ainda que também no Museu de Évora existam diversas ânforas romanas que pudessem corresponder à descrita por Augusto Filipe Simões.

A peça ME 3389 foi por várias vezes cedida para exposições temporárias a outros museus (entre Novembro de 2005 e Janeiro de 2006 no Museu Nacional de Arte Romano (Mérida); entre Maio e Dezembro de 2006, na Casa do Arco, em Vila de Frades, entre 2007 e 2008 no Convento dos Remédios e no Museu D. Diogo de Sousa (Braga), entre Julho e Dezembro de 2008) e desde Março de 2013 encontra-se em exposição no corredor de arqueologia do museu.

Este é um caso em que o historial e integração em colecção justifica o seu depósito.

3.1.10. Câmara Municipal de Mafra

O Gabinete de Arqueologia, da Câmara Municipal de Mafra, propõe-se dinamizar o património cultural do concelho, possuindo uma forte componente didáctica. Ainda que não pertencente ao concelho, também aqui se encontram depositados materiais provenientes de Tróia.

Ao contrário do que era expectável a colecção de ânforas publicada por Elvino Sousa e Eurico Sepúlveda (1997) não se encontra actualmente neste local e não identificámos no presente projecto o seu paradeiro.

A colecção aqui representada diz respeito a uma colecção etnológica de pesos de rede encontrados no fundão de Tróia, publicada no âmbito da colecção de arqueologia subaquática do Mestre Soares Branco²⁹ (Martinho e Loureiro 2001: 261-280). “A consciência da importância deste património [espólio arqueológico de recolhas

²⁹ Domingos Soares Branco, nascido em Lisboa em 1925, escultor muito ligado a Mafra.

fortuitas] para a História nacional levou o Mestre Soares Branco, na sequência de um primeiro protocolo, assinado com a Câmara Municipal de Mafra, a 25 de Julho de 1990, a doar, entre Fevereiro e Março de 2001, esta colecção ao Gabinete de Arqueologia de Mafra (sendo integrado na colecção Soares Branco), desde então responsável pelo seu estudo e posterior divulgação à comunidade.” (Martinho e Loureiro 2001: 261).

A colecção foi inventariada em 2001 em *Filemaker*, tendo já sido convertida em *InPatrimonio* (Sistemas de Futuro), software utilizado juntamente com o *Inarte*.

A colecção aqui guardada é um dos casos cujo espectro cronológico é mais largo que o período considerado para o sítio arqueológico de Tróia, tendo sido recolhidas peças pertencentes também a períodos mais recentes, como o prato SB.002. ou algumas bóias em cortiça. Como as próprias autoras mencionam “a par de pesos de rede mencionados foram recolhidos vários fragmentos de ânforas romanas” (Martinho e Loureiro 2001: 249), um conjunto de 5 ânforas, algumas das quais béticas.

É de ressaltar a ligação desta entidade a outra entidade anteriormente analisada, também com colecção proveniente de Tróia, o CPAS, sendo que “Uma parte deste conjunto [Cabo Verde] foi salvaguardada e doada há alguns anos pelo mergulhador à Sociedade Portuguesa de Actividades Subaquáticas (SPAS), encontrando-se actualmente em estudo.” (Martinho e Loureiro 2001: 280).

A colecção de materiais provenientes de Tróia integra-se numa colecção mais vasta deste museu ligada à figura do Mestre Soares Branco.

3.1.11. Museu Municipal Leonel Trindade (Torres Vedras)

O nome de Leonel Trindade, director do museu entre 1969 e 1992, foi atribuído a esta instituição em 1997. No Museu Municipal Leonel Trindade, criado em 21 de Junho de 1929 e aberto ao público no mês seguinte, está depositada uma diversidade de colecções desde paleontologia, arqueologia, arquitectura, escultura (séculos XVI-XVII) a pintura (séculos XV-XVII).

Ainda que o museu tenha como propósito a compreensão das “origens e evolução histórica do Homem no Concelho de Torres Vedras”³⁰, a colecção de arqueologia do museu tem uma abrangência regional mais alargada, relacionada com

³⁰ retirado do site: <http://www.cm-tvedras.pt/cultura/museu-municipal/enquadramento-museu/>.

a inexistência de outras instituições deste tipo na região e pelo facto dos seus directores, desde o Dr. Aurélio Ricardo Belo, terem sido simultaneamente delegados regionais da antiga Junta Nacional de Educação, organismo que detinha a tutela dos museus, património e arqueologia, o que os levava a realizarem e superintenderem trabalhos arqueológicos numa vasta região envolvente do concelho.

De Tróia neste museu encontra-se depositada uma pequena colecção de materiais romanos recolhidos na orla do estuário do Sado, doados por Anabela Frasão, Rui Frasão e Eurico Sepúlveda, em 1999 e outra colecção adquirida a Delfim Santos em 1989. As peças não possuem um inventário e apenas algumas delas estão marcadas. Trata-se de um conjunto de 83 peças, exclusivamente composto por cerâmica, na sua grande maioria fragmentos de bordos, fundos e asa de ânforas regionais e béticas, com apenas 1 fragmento de *terra sigillata* e 13 peças de cerâmica comum.

Foi feita uma exposição destes materiais no museu entre Maio e Dezembro de 2000 intitulada “As ânforas de Tróia”, homenageando os doadores desta colecção. Na sequência desta exposição foi criada uma maleta pedagógica, que ainda hoje é utilizada na sensibilização do público escolar do concelho para o património cultural.

Esta pequena colecção, ainda que territorialmente deslocada e fora do próprio propósito do museu enunciado na sua missão (definida no site), pretende completar a colecção deste museu em termos tipológicos, sendo tratada como colecção de referência.

3.1.12. Anexo do Palacete Sottomaior (Tróia)

Na área das Ruínas Romanas de Tróia foi construído um edifício, apelidado Palacete Sottomaior, nos inícios do século XX. Nas áreas anexas deste Palacete encontra-se instalado um depósito provisório de materiais arqueológicos provenientes das intervenções da equipa do IPPAR nas ruínas e como tal comumente designado “Armazém do IPPAR”. Tratam-se de intervenções realizadas entre 1968 e 2004. Estão aqui depositados entre outros, parte dos materiais do projecto luso-francês que, como mencionámos em capítulo anterior, se inseriram no período de direcção de trabalhos de António Cavaleiro Paixão.

Administrativamente este espólio pertence à actual entidade responsável pelo património cultural da região, a DRCA. Foi-nos gentilmente cedido um inventário, ainda por completar em *word*, deste Armazém por Esmeralda Gomes. Este inventário compreende 80 contentores numerados, com material separado em: ânforas, cerâmica comum, material de construção, “diversos” (nomeadamente vidro), amostras de salga de peixe, telhas, tesselas e ossos.

Em 2012, num estudo concertado entre a equipa de arqueologia do troiaresort e o investigador Rui Almeida, foram marcadas as ânforas deste conjunto. Nesta altura, verificou-se que muitas das etiquetas estavam destruídas e não estando as peças marcadas a informação acerca deste material é muito escassa.

Parte deste espólio, em particular no que respeita às ânforas, foi publicado por António Dias Diogo e António Cavaleiro Paixão (2001: 117-140) e estão expostas deste conjunto uma ânfora de tipo Sado 1 e duas bilhas de cerâmica comum no Hotel Aqualuz, em Tróia.

Em 2001, já havia sido dado um parecer relativamente a este espaço (“A instalação onde se encontram armazenados os materiais e nas quais a equipa despende a maior parte do tempo, um anexo localizado no Palácio Sottomaioir, são muito deficientes, deixando os materiais «à mercê das intempéries e vandalismos».” (AAI, S. 2, Vol. 5, Informação nº11/IPA/2001).

3.1.13. Troiaresort

O depósito provisório do Troiaresort, empresa privada que se ocupa da salvaguarda, conservação e valorização do sítio arqueológico objecto de estudo, começou a ser constituído em 2007, na sequência dos primeiros trabalhos de escavação, conforme descrito no capítulo anterior.

O depósito localiza-se no chamado “Armazém da Caldeira” e recentemente foi parcialmente transferido para instalações no complexo turístico de Tróia. Quanto a alguns elementos de destaque (peças em osso, alguns metais, vidros e algumas peças de cerâmica), encontram-se no gabinete de trabalho da equipa de arqueologia do Troiaresort.

Actualmente com 11540 números de inventário, utilizando-se o software Filemaker Pro 11, para o qual foram criados os campos que se adequavam às investigações a decorrer.

A colecção é composta na sua larga maioria por cerâmica. No entanto, tal como no caso do MNA, existe uma grande diversidade de materiais que inclui amostras, sedimentos, estuque, metal, pedra, osso, osso humano, fauna e vidro. A linguagem utilizada no inventário é controlada, tendo sido criado um documento interno intitulado “Manual de Procedimentos” no qual se definem os vários termos a utilizar.

As áreas incluem os trabalhos de escavação na Oficina 1, Oficina 1 (TPV), Oficina 1 e área a SE da Oficina 2, Oficina 2, Oficina 2 – Pátio 2A (em campo mencionado como Pátio B1), Oficina 2 – Pátio 2B (em campo mencionado como Pátio B2), Oficina 2 – E1, Oficina 2 – E2, Oficina 2 – E3 – Canalização 1, a NW da Oficina 2, a SE da Oficina 2, Comp. a SE da Oficina 2, Oficina 6, Basílica, Rua da Princesa, Rec. Verde, Sond.1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e a Oeste da Necrópole das Sepulturas de Mesa (ONM). Mas também há recolhas/achados de superfície a N do núcleo I, Oficina 7, 8 e 9 (Núcleo Xa), Oficina 10 (Núcleo Xb), Oficina 2/Mausoléu, Ponta do Verde, Porto Romano, Canto com dois muros (à esq. antes de se chegar à est.), Junto ao poço das termas, Junto às termas, Estação Arqueológica, Necrópole do Mausoléu - Extremidade NW e Orla.

O material vem sendo publicado em diversos artigos. As primeiras intervenções no Recanto do Verde (Pinto, Magalhães e Cabedal, no prelo) e em algumas das oficinas de salga localizadas junto à orla (Silveira, Andrade, Pinto, Magalhães, e Cabedal, no prelo) foram já entregues para publicação, com os respectivos materiais. Três cetárias da Oficina de salga 2 foram já publicadas (Pinto, Magalhães e Brum, 2010b). No caso do Sector 3 (Oficina de salga 1) publicaram-se as unidades estratigráficas correspondentes a uma lixeira (Pinto, Magalhães e Brum, 2012) e no Sector 5 as unidades estratigráficas mais antigas que se conhecem actualmente no sítio (Pinto, Magalhães e Brum, 2011). Parte do material da sondagem B, realizada no âmbito dos Trabalhos Preparatórios de Valorização, foi também publicada (Pinto, Magalhães e Brum, 2010a). No caso dos achados fortuitos a árula funerária foi já publicada (Encarnação, 2012) e a pintura mural da Cruz Pátea apresentada em duas conferências, uma das quais resultará na sua publicação.

Um conjunto de peças destaca-se em particular, uma vez que se trata do conjunto mais antigo proveniente de contextos estratigráficos selados, composto por um fragmento indeterminado de parede de vidro itálico policromo; oito pequenos fragmentos de *terra sigillata* de tipo itálico, dois dos quais integráveis no tipos Consp. 22 e 25.1; dois bordos de ânforas Dressel 2-4, uma itálica de fabrico aparentemente da Campânia outra do baixo Guadalquivir; também do Guadalquivir um pequeno *dolium*; um bordo com arranque superior de asa de ânfora da baía de Cádiz, de forma indeterminada; de fabrico regional dois bordos de ânfora Dressel 14 da variante A; três fundos de ânfora Dressel 14, provavelmente também da variante A; três fragmentos de *opercula*; um bordo de *dolium*; uma tigela de cerâmica comum e três fragmentos de bordo de tampas de cerâmica comum (Pinto, Magalhães e Brum, 2011).

Duas exposições de longa duração resultaram destes trabalhos arqueológicos. A primeira “Tróia Romana” foi montada em 2010 no golf de Tróia, procurando dar uma perspectiva geral do sítio arqueológico e oferecendo a possibilidade de se observarem alguns dos materiais provenientes destas intervenções mais recentes, organizados por ordem cronológica. A segunda, instalada em 2012, na recepção do Hotel Aqualuz em Tróia, apresenta uma diversidade de materiais entre anzóis, moedas, cerâmica comum, ânforas e a ara funerária recolhida em 2011. Foram ainda realizadas exposições temporárias como a “O Jogo Romano”, no Hotel Design, em Março de 2013, no âmbito da programação turística do Troiaresort da “Páscoa Romana”.

A instituição não possui uma “Política de Incorporações” oficial, mas fazem parte desta colecção os materiais recolhidos nas Ruínas Romanas de Tróia desde 2007, quer por trabalhos científicos quer por achados fortuitos, no âmbito do Projecto de Valorização em curso, e ao abrigo da responsabilidade das arqueólogas que trabalham na equipa.

Esta é uma das principais colecções que justifica a criação de um espaço museológico em Tróia, sobretudo na sua previsão de aumento, que será de seguida analisada.

3.1.14. Outras entidades

Para além dos museus e outras instituições anteriormente analisadas há ainda um conjunto de entidades, que não foram consultadas no âmbito do projecto, mas

cuja pesquisa bibliográfica efectuada neste projecto permitiu identificar possuir também peças provenientes de Tróia. Na sua maioria são conjuntos de ânforas recolhidas no estuário do Sado, próximo das Ruínas Romanas de Tróia.

A **Câmara Municipal de Cascais** possui um conjunto de 29 ânforas, publicadas por Guilherme Cardoso (1978). Esta entidade não foi visitada e há uma indicação que menciona a transferência de ânforas aqui depositadas para o MNA (Diogo e Trindade 1998: 190), ainda que em publicação deste ano se mencionem 14 ânforas no Museu do Mar (Cardoso 2013: 25). Também em Cascais, no **Laboratório Marítimo da Guia** se encontra uma ânfora Haltern 70, recolhida por Armando Almeida, em 1980 (Cardoso, 2013: 23).

Por sua vez, em Lisboa, no **Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática** encontram-se depositados 3 fragmentos de ânforas romanas lusitanas e béticas e uma ânfora Mañá C2 recolhida em Tróia (Cardoso 2013: 25), mas cujo âmbito cronológico não se insere no âmbito deste projecto conduzindo a um período anterior ao do documentado pelo acervo imóvel de Tróia. Segundo o artigo de António Dias Diogo e Laura Trindade (1998) a **Associação de estudos Arqueológicos e Etnológicos** tem também um conjunto de 12 ânforas de recolhas ocasionais e originárias de diversas províncias romanas (greco-italica, Dressel 1, Dressel 18, Beltrán I, Haltern 70, Dressel 20 e Gaulesa 4).

O **Clube Naval de Peniche** possui um fragmento de ânfora bética Beltran IIB. No **Museu Oceanográfico Professor Luís Saldanha**, no Portinho da Arrábida, encontra-se também um conjunto de 5 ânforas recolhidas no estuário do Sado (Cardoso 2013:25). Novo conjunto de ânforas foi identificado na **Quinta da Bacalhôa** em Azeitão (Cardoso, 2013:25). Por fim, há também registo de colecções fora do actual território português. No **liceo Marítimo de Bouzas**, em Vigo existem dois fragmentos de ânfora de proveniência de Tróia, publicadas por Pedro Dias Alvarez em 1981.

Para além de ânforas, há ainda outras instituições que possuem outro tipo colecções de materiais arqueológicos romanos. O **Centro de Arqueologia de Almada** possui uma colecção de *terra sigillata* proveniente de Tróia. Este conjunto foi em parte publicado na revista do centro (Baltazar 1984-85: 15-16). No caso do **Museu Regional de Beja** aqui deverão ter estado depositadas colecções de Manuel da Gama Xaro, mas em correspondência de Abel Viana este refere que no séc. XIX já não se encontrava

qualquer espólio de Tróia nesta instituição. Novas colecções vieram a depositar-se mais tarde no âmbito da “Intervenção Antropológica Aplicada à Arqueologia na Estação Romana de Tróia” aqui se encontrando depositados os restos osteológicos de sepulturas das necrópoles do mausoléu e da necrópole de sepulturas de tipo mesa. Na **domus de Santiago** em Braga existe uma réplica de um amuleto osculatório de Tróia em exposição. No **Museu de Arqueologia do Instituto de Coimbra**, designado por Museu de Antiguidades a 26 de Abril de 1896, existia um fragmento de mosaico preto e cinzento sobre fundo branco proveniente de Tróia. Esta informação consta apenas no Catálogo de 1883 (1883: 7, nº25), não mencionado no de 1877, uma vez que foi retirado do sítio em 1879 e oferecido ao Instituto de Coimbra em Dezembro de 1882, por António Cardoso Borges de Figueiredo. As peças terão sido depositadas no Museu Nacional Machado de Castro, mas actualmente não há qualquer registo de peças provenientes de Tróia nesse museu.

Para além das entidades cujas referências bibliográficas nos indicaram comporem o conjunto de entidades depositárias de acervo móvel proveniente do sítio arqueológico de Tróia, pensamos ainda que com alguma probabilidade também se encontrarão colecções no **Museu Municipal de Santiago do Cacém**. O **Museu de Aveiro**, no Convento de Jesus foi consultado e não possui qualquer peça de proveniência de Tróia.

3.1.15. Colecções privadas

“Troja, terreno fertilíssimo destes achados, de que os Curiosos da Nação tem augmentado os seus Monetarios, e Gabinetes de outras muitas Antiguidades”

(Salgado 1784)

São comuns os relatos de visitantes que levaram bens móveis arqueológicos deste sítio, sendo inumerável a quantidade de colecções privadas geradas. No entanto, são de assinalar algumas colecções privadas na sua maioria actualmente de paradeiro desconhecido.

Aquando das escavações patrocinadas pela rainha D. Maria I foram distribuídos materiais entre vários nobres, nomeadamente o Marquês de Abrantes e o Duque de Aveiro. O **Duque de Aveiro** teria uma colecção arqueológica proveniente de Tróia composta por estátuas, colunas, inscrições e outras antiguidades. Segundo menção de

João Baptista Lavanha e Fr. Agostinho de Santa Maria, é a primeira de que temos notícia em inícios do séc. XVII, organizada com materiais provenientes de Tróia, mas que se perdeu completamente.

Há registos de que tenham sido entregues objectos das escavações promovidas pela infanta D. Maria aos museus do **Marquês de Angeja**. No entanto, como é sabido, as únicas peças que se conhece o paradeiro da colecção do Marquês de Angeja são a múmia egípcia actualmente no Museu Nacional de Arqueologia e os dois projectos do Museu de História Natural (Guedes 1993-1994: 367-390).

Também as investigações proporcionadas pela SAL geraram várias colecções privadas. O **Duque de Palmela** possuía entre outras peças que compunham a sua colecção uma patera achada em 1814, e mencionada nos “Annaes da SAL”.

A colecção de materiais de Tróia de **João Carlos de Almeida Carvalho**, um dos sócios da SAL e fundador do centenário jornal *O Setubalense*, era composta por moedas, pregos, canos de chumbo, alfinetes, agulhas, vidros, recipientes de cerâmica, lucernas, cimalhas e cornijas de mármore e a inscrição de Cornélio Boco³¹, material este de paradeiro desconhecido, ainda que tenha sido em parte entregue à Academia de Belas Artes a 26 de Fevereiro de 1869.

Os proprietários dos terrenos das ruínas também constituíram as suas colecções com materiais provenientes do sítio arqueológico. **Francisco Cabral Mascarenhas**, proprietário dos terrenos e a quem a SAL pede também autorização para escavações no seu terreno, doa não só a colecção de peças da sepultura de Gala, actualmente no MNA, mas também um anel de Tróia a D. Pedro V, em 1861, de paradeiro desconhecido.

Constituída na sequência da aquisição e construção do Palacete adjacente às ruínas a colecção de **Joaquim Soto Maior**, proprietário do Palacete possui uma diversidade de materiais que incluía alguns elementos arquitectónicos, como colunas. Sobre esta colecção deu parecer Diogo de Macedo, vogal da Comissão Superior de Belas Artes, mencionando que se deviam considerar Móveis de Interesse Público e relatando que o proprietário pretendia entregar a sua colecção ao Museu

³¹ Material este enunciado por Carlos Ribeiro. “máscara, em bronze, de um Sátiro (...) moedas de bronze (...) pregos (...) canos de chumbo, alfinetes, agulhas de fazer redes, diferentes partes de objectos de bronze (...); muitos pedaços de vidro de diversas cores, (...) vasos e taças; e lâmpadas sepulcrais de barro (...) De mármore encontraram-se alguns fragmentos de cimalhas, cornijas, etc.” (Ribeiro 1872: 381).

Arqueológico do Carmo, ainda que neste levantamento tenha sido possível verificar que tal colecção não chegou a ser aqui entregue.

Outro dos proprietários de Tróia foi **José Narciso**. A este pertence o original do relevo mitraico achado em Tróia, pretendendo este em 1967 constituir um pequeno museu no Lumiar com a colecção de materiais romanos que reunira em Tróia.

D. Rodrigo de Lencastre, governador de Setúbal, possuía na sua colecção a caixa de chumbo com antiguidades fenícias, referida por Félix Lichnowsky, Oswald Crawford e pelo Padre Manuel da Gama Xaro.

Jorge Almeida Segurado depositou parte dos objectos recolhidos no início do séc. XIX no MNA, outra parte doou ao Museu da Universidade Popular Portuguesa e manteve consigo um tijolo e uma peça de cerâmica comum (Segurado, 1920).

Mais recentemente, muitas são as referências a recolhas efectuadas na orla do estuário e mesmo a intervenções subaquáticas. Vítor Cruz e Henrique Jordan possuem ânforas béticas e lusitanas recolhidas em 1975.

3.2. Diagnóstico do acervo

Por diversos motivos no ha sido una práctica común la de conservar los materiales arqueológicos en instituciones próximas a sus lugares de procedencia.

(Delfino e Rodríguez 1997: 3)

Após o levantamento de algumas das dispersas colecções de bens móveis provenientes do sítio arqueológico de Tróia podemos desde já retirar algumas conclusões.

No caso das intervenções mais antigas a documentação escasseia e tal como era esperado muitas vezes não foi identificado o espólio correspondente às referências dos trabalhos mais antigos. A colecção mais antiga de Tróia de que há registo é a de Frei Manuel do Cenáculo, incorporada no Museu de Évora.

O espólio das escavações da SAL foi desejado por várias das entidades que possuem colecções do sítio arqueológico de Tróia, como a Câmara de Setúbal, a Associação de Architectos Civis e Archeologos Portugueses e a Biblioteca Nacional, mas acabou por ser depositado na Academia de Belas Artes. O conjunto de peças recolhidas por Arronches Junqueiro, no início do século passado, foi apenas parcialmente identificado no Museu de Setúbal e no MAEDS.

Uma das problemáticas deste acervo são as transferências que sofreram ao longo dos tempos. São de destacar o exemplo da colecção de Fr. Manuel do Cenáculo primeiramente depositadas no Museu Sizenando Pacense, transferidas para a Biblioteca Pública de Évora e por fim parcialmente identificadas no Museu de Évora, que apenas possui 3 objectos duma colecção que terá tido maiores dimensões ou ainda o caso paradigmático da deposição dos objectos de escavações da Sociedade Archeológica Lusitana na Academia de Belas-Artes de Lisboa, donde foram transferidas para o Museu Etnológico, actual MNA (Apêndice D).

As intervenções mais metódicas, e cujo estudo da colecção se revela mais interessante do ponto de vista do potencial de conhecimento científico, encontram-se no MNA, não apenas pela quantidade e qualidade do espólio recolhido, mas também por muitas vezes lhe ser possível associar contextos de escavação, como foi o caso paradigmático da Necrópole da Caldeira (Almeida 2009). No entanto, a maioria do acervo recolhido nas entidades analisadas reporta-se a conjuntos de recolhas em contexto subaquático, não provenientes de escavações.

A constituição de colecções de Tróia tem diversas origens. Na sua grande maioria são recolhas em meio subaquático, que foram depositadas ou doadas a diversas entidades (Museu Municipal Leonel Trindade, Gabinete de Arqueologia de Mafra, Câmara Municipal de Cascais, Centro Português de Actividades Subaquáticas, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Grândola). As doações foram muitas vezes efectuadas por investigadores que recolheram peças na orla do estuário do Sado, junto ao sítio arqueológico, como foi o caso de Eurico Sepúlveda (Museu Municipal Leonel Trindade e Museu Municipal Pedro Nunes). Em alguns casos as recolhas de peças foram repartidas entre entidades, por exemplo as recolhas do CPAS que foram repartidas entre esta entidade e o MNA.

Em termos de trabalhos recentes, para além dos bens provenientes dos trabalhos efectuados no sítio arqueológico desde 2007, encontrando-se mesmo alguns deles já em exposição, há um significativo conjunto de materiais das escavações realizadas pela equipa do IPPAR.

É curioso notar que alguns dos museus que contêm acervo móvel de Tróia foram fundados ainda antes do grande impulso de museus estatais na 1ª República, o que mais uma vez revela a antiguidade de investigações em Tróia.

Das 13 entidades analisadas fazem parte da RPM o MNA, o Museu Arqueológico do Carmo, o Museu de Setúbal e o Museu de Évora. De todas as entidades consultadas 8 apresentam exposições com colecções de Tróia.

O presente caso de estudo é assim composto por um grande volume de acervo móvel disperso por diversas entidades. Esta dispersão está relacionada com a própria antiguidade das investigações e a origem do investimento para as escavações no sítio, mas sobretudo com a falta de determinação de um projeto museológico para este sítio arqueológico. A multiplicidade de entidades que o salvaguardam dificulta trata-lo como um conjunto único. São distintos os seus tratamentos a nível de inventário, havendo colecções bem documentadas, como é o caso do Gabinete de Arqueologia de Mafra e outros casos nos quais as peças não estão tão pouco marcadas.



Fig. 3 - Causas e consequências da dispersão do acervo.

3.2.1. Características e tipologia do acervo

Em termos de tipologia do acervo pode-se ainda muito sumariamente considerar duas grandes categorias: o acervo **imóvel**, no qual se incluem os vestígios estruturais

do povoado romano de Tróia e o **móvel**, composto pelos bens arqueológicos decorrentes das escavações realizadas no acervo imóvel; os bens relacionados com a história da investigação do sítio arqueológico e os fundos arquivísticos e documentais, provenientes não apenas da investigação através da escavação, conforme legalmente exigido, mas também a documentação produzida pela investigação do sítio e de colecções de outros museus e também legada por anteriores equipas de escavação e autores de estudos, que contribuem para o desenvolvimento do conhecimento do sítio.

O sítio arqueológico de Tróia tem significado cultural, na medida em que auxilia na compreensão do passado, enriquecendo o presente e tendo valor para gerações futuras. Atendendo aos critérios referidos na Carta de Burra e adoptados na legislação nacional³² as Ruínas Romanas de Tróia têm valor histórico, científico e social. Assim o sítio está classificado como Monumento Nacional por Decreto-lei de 16 de Junho de 1910, tendo-lhe sido atribuído o Código Nacional de Sítio 2 e a sua Zona Especial de Protecção constituída em 1968, definida em 1992 e redelimitada em 2009.

O sítio arqueológico não está totalmente escavado conhecendo-se uma extensão de vestígios desde a boca da Caldeira até uma distância de 1,5 km, passando a área das instalações militares. O povoado estendia-se também para Este, sendo que parte do acervo estará submerso, ainda que provavelmente não se encontrem já vestígios estruturais, mas apenas bens móveis sob as águas do rio Sado.

Do que actualmente se conhece do sítio, para além do núcleo central composto por 2 oficinas de salga, 1 necrópole, termas e uma área residencial, existe ainda um núcleo religioso (basílica paleocristã), rodeado por 3 oficinas de salga; um núcleo composto por 1 oficina de salga, 1 necrópole e 1 estrutura hidráulica e, por fim, ao longo da orla vários alinhamentos de estruturas à mercê das marés, onde se inclui o núcleo intitulado por Recanto do Verde e uma área na margem da Caldeira onde nos anos 60 Manuel Heleno desenvolveu escavações e que ficou conhecida como “Necrópole da Caldeira”.

A interpretação do sítio é portanto parcelar, uma vez que não se conhece na sua totalidade e que é expectável que muitas outras áreas revelem novos edifícios e que possam alterar a percepção deste sítio arqueológico, nomeadamente a identificação

³² Decreto-lei 309/2009

de um fórum que permitisse clarificar se este povoado teria sido efectivamente uma cidade em época romana.

Considera-se no presente trabalho que são parte integrante deste conjunto arquitectónico os bens móveis provenientes do sítio arqueológico. Aqui devem-se distinguir dois conjuntos: o espólio recolhido à superfície ou de achados fortuitos e o espólio resultante das escavações arqueológicas.

No primeiro caso inclui-se uma parte do acervo diagnosticado neste projecto, sendo que cientificamente este material não tem o mesmo valor que aquele proveniente do trabalho de campo cientificamente realizado. Como se referiu, uma área do bem imóvel é atingido pelas águas do rio diariamente, sendo que ao longo da praia se encontram bens móveis consideravelmente desgastados. Esta área é extensa e surge muitas vezes referida como “orla”, “fundão de Tróia”, “praia fluvial” ou “estuário” nos inventários consultados, designadamente do MNA, CPAS e do Troiaresort. No âmbito do projecto de valorização apoiado pela Troiaresort há a destacar 2 achados nesta área de excepcional valor científico: uma arula funerária em mármore e uma pintura parietal com 3 cruces páteas. No caso das escavações realizadas, sempre alvo de pedido de trabalhos arqueológicos à DGPC, o espólio possui um regime de protecção, como já foi enunciado no capítulo de “Enquadramento conceptual”.

Alerte-se para o facto de algumas das colecções referidas e consultadas no âmbito deste projecto não possuírem inventário. Em termos de software utilizado, é de notar que a maioria das entidades analisadas, exceptuando-se o caso do MNA e do Museu de Évora, não utiliza a base de dados “matriz”, nem segue os critérios propostos nas *Normas de Inventário – arqueologia – normas gerais* do Instituto Português dos Museus (Raposo Martins e Correia 2000). Poucas entidades apresentavam uma regulamentação dos termos utilizados, não tendo *thesaurus* definidos. O *número de inventário* deve ser um número único e irrepetível, mas no caso deste levantamento de colecções de entidades diversas, podendo-se repetir os números de inventário. Em alguns casos o número era precedido da sigla TRO (abreviatura para Tróia), como se procede no caso do actual “Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia” do Troiaresort.

Os inventários lacunares impossibilitam também a aferição do estatuto de incorporação de algumas colecções nas respectivas instituições. No entanto, dos resultados do presente projecto, temos casos de incorporação por aquisição, depósito, doação, mandato legal, transferência e recolha.

É de realçar ainda como característica do acervo móvel diagnosticado a diversidade de materiais que compõe estas colecções distinguindo-se uma grande maioria de objectos em cerâmica, mas também alguns conjuntos de metal, fauna, pedra, ossos humanos, osso trabalhado, vidro e estuque. Esta diversidade de materiais é completamente representada nos casos do MNA, Anexo do Palácio Sottomaior e colecção do Troiaresort.

Todo este acervo tem uma significativa componente pedagógica, tendo sido identificadas colecções em bibliotecas ou transferidas destas, como são os casos da Biblioteca Nacional de Lisboa, da colecção do Museu de Évora transferida da Biblioteca Pública de Évora e do Setor de Museu e Património da Câmara Municipal de Grândola, transferida da Biblioteca da Câmara de Grândola, que mais uma vez indiciam a precoce reunião deste acervo num momento em que bibliotecas e museus são duas das soluções adoptadas para a conservação dos acervos de cultura material.

Verifica-se ainda a própria utilização Ruínas Romanas de Tróia como local de ensino, desde pelo menos as campanhas de Manuel Heleno, depois com D. Fernando de Almeida e até aos dias de hoje, onde alunos como Maria Luisa Abreu Nunes, Maria Elisabete Figueiredo Cabral Manuel Faria de Sousa, Victor Gonçalves, Carlos Tavares da Silva participaram no conhecimento deste sítio arqueológico e tiveram assim contacto com a experiência do trabalho de campo. E a função pedagógica deste acervo tenderá a ser mantida na medida em que se prevê a colaboração com Universidades e a constituição de uma Escola de arqueologia que potencia o contacto de futuros arqueólogos com o espólio arqueológico de Tróia.

De notar ainda as características também diversas do acervo documental, composto não apenas pelos Relatórios e Inventários, legalmente exigidos, mas por diversos arquivos fotográficos, como o DGEMN; IGESPAR, AFMNA, o de Manuel Farinha dos Santos, de Françoise Mayet e da equipa de arqueologia do Troiaresort, alguns dos quais digitais, e também por um já considerável número de referências bibliográficas, quer genericamente relacionadas com a arqueologia e o mundo romano

quer mais especificamente relacionadas com o sítio arqueológico, mais frequentemente sob a forma de artigos, que foram sendo recolhidos no âmbito da investigação do sítio através do Projecto de Valorização.

Concluindo, quer no caso dos bens imóveis quer no caso dos bens móveis este acervo é composto por património nacional que se pretende valorizar ao expor, preservar *in situ* e acondicionar devidamente em reserva num futuro espaço museal em Tróia.

3.2.2. Aumento das colecções

O que, porém, parece impossível, é que ainda apareça alli alguma antigualha. Pois aparece; hoje descobre-se um vaso, amanhã uma inscrição lapidar; n'um dia acham-se algumas moedas, em outro encontram-se diversas antigualhas, mais ou menos fracturadas, e sempre muitos fragmentos d'ellas. (Carvalho 1896: 53)

No séc. XIX já se mencionava a potencialidade de aumento das colecções de acervo móvel de Tróia e esta imagem mantém-se dois séculos depois. Escavadas desde o séc. XVIII, como já foi referido, prevê-se ainda a existência de uma grande área com estruturas preservadas sob as areias, quer completando edifícios, quer revelando novas tipologias de ocupações. Necessariamente as escavações que se realizarão alargando as áreas já conhecidas proporcionarão, por sua vez, bens móveis decorrentes dos trabalhos arqueológicos.

O Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia, actualmente em curso na sequência do Protocolo estabelecido em 2005 entre a empresa proprietária dos terrenos e as instituições governamentais que então zelavam pelo património arqueológico (IPA e IPPAR), implica o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos nestas ruínas e o material resultante destas intervenções deverá ser integrado num programa museológico em Tróia.

Existe desde já um inventário com mais de 11000 peças, como vimos, mas existem ainda algumas campanhas de escavação por inventariar, fazendo dos 180 contentores já inventariados um número mínimo resultante das intervenções realizadas em 5 anos.

Prevê-se ainda que futuramente outras equipas de investigação possam vir a trabalhar no sítio, cujo espólio ficaria depositado igualmente neste espaço

museológico, uma vez que se pretende a concentração do espólio recolhido, como discutiremos no capítulo seguinte.

Tal como já foi referido anteriormente, não se devem esquecer peças que tenham sido recolhidas em Tróia que possam vir a constituir a colecção de bens móveis da comunidade local, que já recuperou ao longo dos tempos espólio deste sítio arqueológico, alguns com o espírito de salvar achados que se encontraram durante décadas sem protecção e pertencentes actualmente a colecções privadas, cujos proprietários poderão vir a entregar num novo espaço museal em Tróia, com as devidas condições, tal como ocorreu no caso analisado do MNA e já tem acontecido no caso do Troiaresort.

É de prever também a entrega de algumas das colecções identificadas neste projecto, já que no curso deste projecto algumas das entidades tenham assim proposto, ainda que não fosse este o objectivo deste projecto. Contudo, deverão prever-se depósitos destas instituições.

O acervo de Tróia é uma colecção aberta, tendo em conta não apenas o desenvolvimento da investigação do sítio arqueológico, desvendando estruturas, bens arqueológicos e produzindo documentação, mas também a imprevisibilidade de depósitos/doações que um espaço museológico devidamente planeado poderá suscitar.

3.2.3. Incidência disciplinar e temática

Genericamente o principal acervo é o “património arqueológico”, que segundo o ICOMOS “compreende todos os vestígios da existência humana e consiste em sítios relacionados com todas as manifestações da actividade humana, estruturas abandonadas, e vestígios de todos os tipos (incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos), bem como todos os materiais culturais transportáveis que lhes estão associados”³³, constando semelhante definição na legislação nacional do património cultural³⁴.

³³ Art.1º da “Carta sobre a protecção e gestão do património arqueológico”.

³⁴ Art. 74º da Lei-base 107/2001.

Dadas as características do acervo enunciadas anteriormente reportamo-nos, portanto, ao campo disciplinar da **arqueologia**. Muitos dos museus municipais incorporam objectos arqueológicos nas suas colecções, sendo que actualmente destacam-se em Portugal 3 museus do IMC com colecções desta tipologia: Museu Nacional de Arqueologia, Museu D. Diogo de Sousa (Braga) e Museu Monográfico de Conimbriga, donde vimos retirando exemplos.

Para além da arqueologia há que considerar um outro campo disciplinar donde resultam também colecções de bens móveis: a **antropologia**. Referimos as campanhas realizadas em 1985; em 2004/2005, pelo antropólogo Álvaro Figueiredo e há também intervenções recentes, no âmbito do Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia. da autoria de Margarida Figueiredo.

Quanto à temática do acervo este deve ser centrado no próprio sítio arqueológico, que já caracterizámos muito sucintamente, e cujo âmbito cronológico se centra no período romano. No Apêndice H subdividimos o acervo em 4 áreas temáticas: A descoberta de Tróia; o Mundo Romano, subdividido em Exploração dos recursos da região, Economia, Vida quotidiana, Mundo funerário e Religiões; As problemáticas e “O museu imaginário”.

3.2.4. Abrangência territorial

A área que carece de protecção devido aos vestígios arqueológicos do povoado romano está definida pela ZEP, redelimitada em 2009, ainda que não exactamente à área com vestígios identificados. Em termos de abrangência territorial o acervo imóvel que irá compor o espaço museológico é todo aquele que diz respeito ao povoado romano estabelecido na actual península de Tróia, bem como os vestígios que se venham a encontrar submersos. A extensão actualmente conhecida é de 1,5km, sem que esteja comprovada a existência de ocupação romana na totalidade desta extensão. Na realidade assim se crê que fosse uma vez que há edifícios construídos sobre edifícios pré-existentes, o que poderá indiciar uma sobreocupação do espaço.

Tendo em conta que Tróia seria em época romana uma ilha, tudo aponta para que todos os vestígios dessa época sejam oriundos de outras áreas geográficas, sobretudo das áreas circundantes, como é o caso do espólio geológico,

nomeadamente os blocos de brecha da Arrábida, provenientes seguramente desta Serra.

Em termos de materiais de construção identificam-se proveniências distintas desde o revestimento em mármore de Estremoz dos tanques de água fria, as tijoleiras béticas colocadas no pavimento dos *praeefurnia* das termas, o friso de sarcófago (MNA 994.10.1) em mármore branco possivelmente de proveniência italiana (Almeida 1970: 3) até ao mais comum: os tijolos e telhas produzidos nas olarias na outra margem do Sado.

Em termos de cerâmica é muito provável que o grande abastecimento do sítio se fizesse através das olarias localizadas na margem direita do Sado, onde teriam acesso aos barreiros argilosos que necessitavam para a produção de cerâmica, nomeadamente nas já identificadas de Pinheiro e Abul (Cabral 1981: 81). Ainda assim encontram-se também peças de cerâmica comum originárias da província da Bética e cerâmica de cozinha africana, como o próprio nome implica produzidas em oficinas norte africanas.

As ânforas ilustram uma amplitude de abrangência territorial, que indicia contactos com diversas províncias do Império Romano. Da província da Bética seriam recebidas ânforas de preparados de peixe (Dressel 7-11, Beltrán II A e B, Keay XVI, Keay XXII e Beltrán 72) de azeite (Dressel 20, Dressel 23 e Tejarillo 1) e de vinho (Haltern 70 e Dressel 2-4); da Gália também de vinho (Gauloise 4 e 5) e da Tarraconense (Dressel 2-4).

Fora da Península Ibérica, de Itália chegavam ânforas vinárias (Keay LII e Forlimpopoli); do Norte de África as ânforas (Africana II e III, Keay XXVII, XXXV, XXXVI, LIX e Agora M254). Do Mediterrâneo oriental identificaram-se já alguns exemplares (Dressel 2-4, Kapitän 1, Kapitän 2, Agora M54 e Late Roman 1 (Almeida *et alli*, no prelo).

As peças de *terra sigillata* são provenientes de oficinas itálicas, gálicas, hispânicas, orientais e sobretudo africanas. No caso das moedas as suas cunhagens revelam quer oficinas orientais quer ocidentais.

Como abrangência territorial mais distante teremos ainda o caso das religiões cultuadas de origem oriental e de algumas peças daqui provenientes como os numismas e a *terra sigillata* oriental que já mencionámos (Maia 1974: 333-341).

Para além da grande maioria de material de produção local, há materiais romanos de proveniência diversa apresentando-se o sítio de Tróia um porto de activas trocas comerciais (Magalhães 2011: 113), onde influências e materiais chegariam de diversas partes do Império. Há, portanto, uma forte ligação à região em torno do estuário do Sado, mas a abrangência territorial deste acervo pode ainda ser extrapolada até aos limites do Império Romano, para o qual o povoado fornecia a salga e os molhos de peixe e donde conseqüentemente receberia também influências.

3.2.4. Dependência administrativa

De forma muito simplista, enquanto património nacional o sítio arqueológico de Tróia e os seus bens móveis pertencem ao Estado Português, também classificados, como vimos, como património nacional.

Na sequência de Protocolo estabelecido entre a IMOAREIA, empresa proprietária dos terrenos onde se localiza o acervo imóvel, e a instituição estatal então responsável pelo património arqueológico, o IPA e o IPPAR, a “conservação, valorização e salvaguarda das Ruínas Romanas de Tróia”³⁵ ficou a cargo da empresa proprietária dos terrenos, pelo que o seu usufruto turístico-cultural é de administração privada. A colecção proporcionada pelas escavações recentes mantém-se à guarda da equipa de investigação das Ruínas Romanas de Tróia (DL 270/99, Artº16.2).

No caso do restante acervo móvel, como vimos disperso por diversas entidades, a maioria pertence aos municípios, o que não surpreende dado que “os municípios representam uma boa parte dos “fiéis depositários” de património arqueológico móvel em Portugal” (Almeida 2006: 54), nem sempre em museus como é o caso do acervo de Tróia:

- Câmara Municipal de Alcácer do Sal (Museu Municipal Pedro Nunes)
- Câmara Municipal de Cascais
- Câmara Municipal de Grândola (Setor de Museu e Património)
- Câmara Municipal de Lisboa (Centro Português de Actividades Subaquáticas)

³⁵ Protocolo entre o IPPAR, o IPA e a IMOAREIA sobre o sítio arqueológico de Tróia, 2005.

- Câmara Municipal de Mafra (Gabinete de Arqueologia)
- Câmara Municipal de Setúbal (Museu de Setúbal)
- Câmara Municipal de Torres Vedras (Museu Municipal Leonel Trindade)

Há ainda assim museus que pertencem a uma escala territorial mais alargada como são os casos do Museu de Beja (da Assembleia Distrital de Beja) e do MAEDS (da Assembleia Distrital de Setúbal).

Há, por outro lado os casos da dependência administrativa estar mais directamente ligada à Administração Central, como é o caso do Museu Nacional de Arqueologia e da Biblioteca Nacional. Com a recente reformulação administrativa em 2012, o Museu de Évora ficou sob a tutela da Direcção Regional de Cultura do Alentejo. É também colecção sob esta tutela a referida como instalada no “Anexo do Palacete Sottomaior”.

Apenas o Museu Arqueológico do Carmo pertence a uma entidade associativa (APA).

Exceptuando-se o caso do CPAS, no qual a entidade é tutelada pelo Centro, mas a sua colecção foi doada à Câmara Municipal de Lisboa, nas restantes entidades a entidade de tutela e a dependência administrativa da colecção coincidem.

Capítulo 4: Projecto de valorização patrimonial

Após realizada uma breve análise do acervo arqueológico romano de Tróia, o presente capítulo pretende dissertar sobre a sua solução de valorização. Para além de já se ter iniciado o “Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia”, encontrando-se concluída a sua 1ª fase, que abrangia alguns dos núcleos do acervo imóvel mais expostos e escavados, há ainda que considerar a solução a adoptar no caso do acervo móvel, em cujo Projecto não se define concretamente a sua valorização. Está apenas prevista a construção de um “Centro de Interpretação Ambiental e Arqueológico de Tróia”, obedecendo-se ao definido no Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento 4 de Tróia, aprovado pela Câmara Municipal de Grândola. Consideramos no entanto, neste projecto, que o tema não está totalmente encerrado, sendo relevante reflectir sobre outras formas de valorização do acervo móvel, nomeadamente através da solução de museu, sem que esta revisão seja um confronto com a já aprovada situação, como veremos, mas antes pode complementar a reflexão já iniciada.

Esta problemática não é recente, sendo a primeira menção a um projecto museológico em Tróia de 1849, ao desenvolver-se um projecto de escavação nas Ruínas Romanas de Tróia, sob o patrocínio do Duque de Palmela que fundou a Sociedade Arqueológica Lusitana e que pretendia

“efectuar uma escavação na antiga Cetobrica [Tróia], e adquirir luzes e conhecimentos sobre a história, geografia e costumes antigos (...) na villa de Setúbal um **Museu Archeologico** dos objectos que se descobrirem, os quais ficam sujeitos à alta inspecção do governo, para que, em conformidade dos alvarás de 20 de Agosto de 1721 e 4 de Fevereiro de 1802, possa prover a que estes não se deterioreem ou alienem indevidamente” (Estatuto da Sociedade Archaeologica Lusitana: 11).

A preocupação inicial era o estado de conservação e depósito de materiais de escavações de Tróia, mas também se reconhecia já o valor científico deste acervo e a sua exposição³⁶.

³⁶ “Também seria de grande utilidade, para ciência e história, a construção dum edificio destinado a museu, onde se expusessem as preciosidades arqueológicas do local. Tróia é rica” (Almeida, 1920:214).

Em 1968, Artur Nobre de Gusmão, director do serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, propôs o estudo dos materiais recuperados nas escavações de Tróia e pediu auxílio para a criação de uma galeria de exposições, mas tal projecto nunca foi executado.

Nos anos 70, há um novo projecto para um espaço museológico para o sítio arqueológico de Tróia. D. Fernando de Almeida entrega ao arquitecto Frederico George o projecto de remodelação do edifício do Palacete Sottomaior instalado sobre as ruínas romanas para servir como Museu de Tróia. Na criação de um espaço museográfico e de apoio à zona arqueológica de Tróia, da autoria de Rui Pimentel e Luis Pascoal, denota-se uma preocupação com a investigação e os espaços destinados aos investigadores, nomeadamente aos arqueólogos.

Apenas com o Plano de Pormenor da Unidade Operativa de Planeamento 4 da península de Tróia se começa a referir um “Centro de Interpretação Arqueológico e Ambiental” num espaço próximo das Ruínas Romanas de Tróia. No entanto, conforme foi definido no próprio título deste trabalho, o acervo tratado no presente projecto é de tipologia arqueológica e sobre ele especificamente nos debruçaremos no presente capítulo. Contudo deixamos uma nota para a recente proposta de um “Centro de Interpretação do Roaz-corvineiro” em Tróia que aborde mais concretamente a temática ambiental e que deverá ser igualmente alvo de programação e poderá vir a estar ligado à proposta que adiante se apresenta.

Neste projecto, que se pretende um contributo para a constituição de um dossier que possa futuramente ser discutido por um grupo de trabalho, é antes de mais essencial proceder ao levantamento das necessidades e prioridades do acervo diagnosticado, para posteriormente se apresentarem propostas adequadas para a sua valorização.

4.1. Necessidades e prioridades do acervo diagnosticado

O Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia, actualmente em curso, tem vindo a cumprir algumas das funções museológicas que identificamos neste capítulo como necessidades e prioridades deste acervo, pelo que o presente projecto académico pretende ser uma extensão deste.

No caso da conservação, para além de diversas intervenções no acervo imóvel por parte da empresa “Nova Conservação” nas áreas que foram definidas por outra empresa de conservação em caderno de encargos, foi também realizado um enchimento de praia que permitiu criar uma barreira de areia que protege temporariamente o património imóvel junto ao estuário do Sado. O acervo móvel tem sido pontualmente intervencionado do ponto de vista do seu restauro e a sua conservação é assegurada pelo acondicionamento em reserva.

A investigação tem resultado na publicação de diversos artigos em revistas científicas, tendo-se publicado pela primeira vez a capacidade total de produção deste sítio em 2011 (Pinto, Magalhães e Brum 2011). Por outro lado para possibilitar a valorização de parte do acervo imóvel que já se encontra visitável foi necessário criar um documento base de interpretação do sítio arqueológico (Pinto, Magalhães e Brum, 2009).

Para o acervo imóvel em concreto foi já em parte realizado o Projecto de Valorização, pela equipa de arqueologia, que se dividiu em várias fases, encontrando-se já implementada a sua 1ª fase, que permitiu a abertura parcial ao público. Em termos expositivos, para além da cedência de peças para uma exposição temporária realizada em Grândola, criou-se uma pequena sala de exposição na recepção do Golf de Tróia, em 2011, e, no ano seguinte, a equipa desenhou uma vitrina instalada na recepção do Aqualuz Suite Hotel Apartamentos, também em Tróia.

Procurando pensar de forma mais global sobre o acervo arqueológico romano diagnosticado definimos como prioridades a conservação, investigação, difusão, exposição e aquisição deste acervo.



Fig. 4 - Funções museológicas a aplicar ao acervo diagnosticado.

Uma das funções museológicas de extrema importância em Tróia e que foi descurada durante séculos é a **conservação**, sendo que segundo o Art. 4º da Carta de Veneza, “a conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção”. Esta é uma das preocupações da actual equipa de arqueologia que cuida do sítio arqueológico. Para além, do sítio no geral estar exposto às condições naturais que o rodeiam, uma parte da estação arqueológica é diariamente perturbada pela erosão das marés na extensão deste povoado ao longo da orla do estuário do Sado. Por outro lado, a excepcional conservação das estruturas e dos depósitos protegidos pelas areias e do acervo móvel daqui resultante fazem deste sítio um local de conhecimento potencialmente crescente.

É assim fundamental a **investigação e interpretação** do acervo de Tróia. Estas são funções museológicas centrais, que simultaneamente desencadearão um maior conhecimento do acervo já existente e o aumento deste mesmo acervo, conforme já foi abordado. Num sítio aliado à própria história da arqueologia, onde muitas escavações não deixaram documentação, existe a necessidade de criar um projecto científico que se dedique às várias componentes deste acervo, incluindo o estudo de

materiais em outras instituições museológicas, que não foi esquecido no Protocolo firmado entre o Estado e o empreendimento turístico que se ocupa do sítio. É essencial que o projecto científico avance para que se possa ir renovando a interpretação do sítio e assim se constitua um conteúdo cientificamente aprofundado num futuro espaço museal em Tróia.

Por outro lado, uma das obrigações da actividade arqueológica é a devolução ao público do conhecimento adquirido através de trabalhos intrusivos, ainda que pautados por uma metodologia científica. É também prioritária a **divulgação** deste espólio, votado ao abandono durante os últimos séculos, o que contribui para o desconhecimento da importância deste sítio pelo público em geral. É também importante internacionalizar este sítio arqueológico, que é extremamente relevante no contexto do mundo romano, sendo excepcional a sua capacidade produtiva no panorama actual do conhecimento destes vestígios.

Para além das questões relacionadas com a sustentabilidade económica do sítio a sua divulgação será a forma mais segura de contribuir preservar este património cultural, que simultaneamente deverá contribuir para colmatar a sazonalidade do destino, estando o sítio arqueológico situado numa região turística em desenvolvimento com um empreendimento turístico instalado na área envolvente, Troiaresort, para além dos previstos mais a sul (Comporta Links; Casas da Encosta; Comporta Dunes; Pinheirinho Hyatt Golf & Beach Resort e Herdade da Costa Terra).

Dever-se-á ainda considerar as funções **expositivas**, sobretudo ao nível do acervo móvel. A necessidade de criação de um espaço expositivo do acervo móvel de Tróia resultou já na montagem de 4 exposições permanentes principais deste acervo (“Tróia Romana” no golf de Tróia; vitrina no Aqualuz Suite Hotel Apartamentos; “História Arqueológica de Grândola”, Câmara Municipal de Grândola; “Exposição de Arqueologia”, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal). Estas exposições dispersas apenas contribuem para exemplificar a necessidade sentida de expor ao público o material exumado das escavações arqueológicas.

Não podemos concluir esta breve análise das necessidades identificadas através do diagnóstico do acervo sem referir a **aquisição** de novas colecções como analisámos devidamente no sub-capítulo “Aumento de colecções”. Contudo esta função não é

prioritária, mas antes uma consequência do decorrer do estudo e investigação do sítio arqueológico de Tróia.

Ao efectuar o diagnóstico do acervo móvel constatou-se imediatamente a sua dispersão. Esta dispersão dificulta o próprio estudo e investigação do sítio arqueológico de Tróia. Não é conclusão nem objectivo deste projecto a reunião de materiais nas diversas instituições analisadas num novo espaço. Faz parte da história do próprio acervo a sua dispersão e, em casos como o do MNA, é importante que aqui se encontrem reservadas e acessíveis para o estudo, peças com esta proveniência, já que este museu deve espelhar a realidade arqueológica nacional. Noutros casos, e perante a disponibilidade demonstrada por parte de algumas instituições, é de prever o depósito de algumas destas colecções num novo espaço com capacidade para receber os futuros investigadores e os resultados de novos trabalhos no sítio.

No caso do acervo móvel em primeiro lugar destacaríamos a necessidade de criação de uma **reserva**. Existe, para já, uma reserva provisória em Tróia, com insuficientes condições de armazenamento e preservação do espólio exumado, devendo ser destinado um espaço definitivo e com as devidas condições no futuro espaço museológico, prevendo uma área generosa destinada à reserva dos bens móveis, já que, como se apresentou, são uma colecção aberta e a maioria dos acervos museológicos está geralmente em reserva.

Decorrente desta definição de prioridades, conclui-se a necessidade para a existência de espaço museal em Tróia, cuja área de reserva é fundamental. Resta-nos agora contribuir para definir como se pretende devolver ao público os resultados da investigação do sítio. Através de uma entidade programada e denominada museu ou de um centro de interpretação?

4.2. Museu ou centro de interpretação: o caso de Tróia

Nem todos os sítios arqueológicos justificam a criação de um museu ou centro de interpretação, mas Tróia, como se procurou demonstrar no diagnóstico do acervo anteriormente realizado, pelo seu valor histórico, científico e social, justifica e necessita da criação deste espaço.

Não consideramos adequar-se nenhum dos museus constantes neste levantamento como solução definitiva para as necessidades e prioridades deste

acervo, já que em nenhum dos casos se verificou capacidade nem em alguns dos casos adequação à missão assimilar todo o acervo produzido neste sítio arqueológico.

A questão que se coloca neste projecto é qual das soluções a adoptar perante as necessidades analisadas anteriormente e confrontando-as com as condições oferecidas segundo as definições que procurámos obter para museu e centro de interpretação, no primeiro capítulo, uma vez que ambos incorporam já em si soluções diversas, nomeadamente no tratamento expositivo dos objectos e no seu discurso expositivo (Apêndice F).

A indecisão na escolha da denominação museu/centro de interpretação não é um caso particular de Tróia. Ele é bem observável em casos como os do “Museu das Descobertas/Centro de Interpretação à Descoberta do Novo Mundo” em Belmonte ou do mais complexo “MuséoParc d’Alesia”.

No primeiro caso, existe uma colecção de objectos, mas “Mais do que um local com artefactos, este museu faz da história de Portugal, dos Descobrimentos e do Brasil o seu objecto museológico.”³⁷ Assim, na dicotomia entre a valorização dos objectos em exposição e a exposição de um tema que não cabe fisicamente num edifício não se fez uma escolha e optou-se por manter ambas as nomenclaturas de museu e centro de interpretação.

No Projecto do “MuséoParc d’Alesia” (Bessard e Robine 2008) a solução passa pela criação de ambos os equipamentos. Este sítio contará com percursos de visita, um Centro de Interpretação e um Museu Monográfico. O Centro de Interpretação, cuja construção terminou em Março de 2012, centra-se no Cerco de Alesia, um momento crucial da história francesa deixando para o museu a colecção de objectos arqueológicos, desde a ocupação pré-histórica do sítio. O centro pretende concentrar-se num momento concreto da história daquele sítio que será contada como um todo no vizinho museu. A opção de começar por construir o centro de interpretação deve ser analisada no prisma de que, como se afirmou anteriormente, este sítio representa particular valor histórico para a nação francesa.

No caso de Tróia, o acervo é composto, como foi observado, essencialmente por três tipologias: os bens imóveis, ou seja, os vestígios estruturais do *vicus* de Tróia; os bens móveis e achados fortuitos relacionados com este sítio arqueológico e os fundos

³⁷ <http://www.cm-belmonte.pt/site-ADNM/estrategia.html> [8/11/2011].

documentais dos trabalhos de investigação aqui decorridos. Em Tróia dever-se-á dar valor a um espaço territorial, onde estão presentes os vestígios estruturais que são testemunho de uma ocupação romana do século I ao VI. Contudo, não se deve pretender simplesmente interpretar o sítio arqueológico de valor histórico, cultural e social, como se observou, mas também expôr uma colecção de bens móveis e possibilitar o acesso a fundos documentais, tornando-se esta instituição num pólo cultural de referência da investigação arqueológica não apenas nacional.

Como em qualquer museu ou centro de interpretação, o fundamento da existência de um espaço museológico só fará sentido na ligação com o património que pretender apresentar. Em Tróia, muito simplificada, na génese de um projecto museológico estão as Ruínas Romanas de Tróia, no entanto, a necessidade de constituição de uma estrutura expositiva é provocada pelos bens móveis provenientes deste sítio. Assim, em Tróia, é importante escolher um projecto museológico que assista as colecções recém e futuramente geradas.

O espaço museal de Tróia terá seguramente como espaço essencial a sua reserva, como já observámos. Para Maria José Almeida

“Uma “reserva” de bens arqueológicos, fundamental para a preservação documental de um acervo de base científica, não implica necessariamente a constituição de um museu devendo, aliás, ser gerida preferencialmente por profissionais da área da arqueologia e não da museologia” (Almeida 2006: 65).

Por outro lado, apenas no caso de um **museu** se poderá equacionar a existência de uma reserva permanente em Tróia que deverá acolher os bens móveis arqueológicos decorrentes das escavações do Projecto de Valorização das Ruínas Romanas de Tróia, iniciado em finais de 2006 e de futuras escavações neste sítio arqueológico, mas também aqueles decorrentes de doações e eventualmente depósitos de outras instituições aqui analisadas. Para não devolução da colecção resultante dos mais recentes trabalhos arqueológicos à entidade pública que tutela a arqueologia nacional (actualmente DGPG) será obrigatória a existência de um museu, uma vez que “A incorporação de bens arqueológicos provenientes de trabalhos arqueológicos e de achados fortuitos é efectuada em museus” (Art. 14º da lei-quadro 47/2004). É essencial programar um espaço que possa receber o acervo móvel de diversas instituições e particulares que o solicitem, já que deve ser evitada a

“dispersão de espólios provenientes de uma mesma jazida” (Art. 16º do Decreto-lei 270/99). É também essencial neste sentido a definição de uma política de incorporação deste acervo, que permita receber o espólio, caracterizado pela dispersão por dezenas de instituições, como vimos.

Já que a lei não prevê à partida a possibilidade de um centro de interpretação se constituir como instituição depositária de um acervo arqueológico, cujo foco não é tipicamente a sua reserva, mas antes a sua exposição, a grande vantagem de um museu em Tróia seria a possibilidade de constituir este como instituição de depósito do acervo em constante aumento, na medida do desenvolvimento da investigação, e que preveniria assim futuras situações de dispersão de espólio, conforme a lei regista que são de evitar.

A criação de um novo espaço museológico não teria como função a reunião de todo este imenso acervo, fazendo também parte da história destes museus a incorporação de parte do acervo de Tróia, nomeadamente no caso do MNA, tendo os seus directores dirigido escavações em Tróia e levado consigo o espólio, juntamente com cadernos de campo e correspondência, mas à semelhança de Conimbriga onde em 1962 foi inaugurado um museu

“to undertake the tasks of: continuing the excavations; protecting, conserving, studying and exhibiting the ruins and other remains; and offering visitors a place of relaxation and conviviality, a door open wide onto the archeological site and the surrounding countryside.” (Alarcão 1989: 23),

também em Tróia deve ser proposto um museu com as funções de estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação e exposição e educação do seu acervo imóvel e móvel, cumprindo-se a legislação nacional, a definição do ICOM e as necessidades do acervo identificadas no presente projecto.

Pela definição analisada um museu estaria mais dependente dos objectos e efectivamente o que suscita a criação do espaço museológico são os objectos e não as ruínas romanas. Como se observou, há tipologias específicas de museus desta temática, uma vez que “«Cacos e pedras» apenas falam quando se lhes consegue entender o contexto.” (Raposo 2009: 99). Quando se fala de “exposições de arqueologia” trata-se de um discurso histórico através de objectos que o

testemunham. Por um lado não se procura um discurso arqueológico, ou seja, não se aborda a forma como a escavação decorreu, mas antes quais são os dados que esta ciência nos transporta para o período histórico em questão. Assim os objectos são tratados como testemunho desse passado e não têm valor expositivo por si só como objecto. A materialidade do objecto é muitas vezes colocada em segundo plano, dando-se ênfase ao seu significado enquanto símbolo de uma época. A exposição de bens arqueológicos sem contexto seria redutor, mas no caso de Tróia considera-se também acervo os bens imóveis, donde provém o acervo móvel, o que lhes permitirá uma contextualização mais directa.

As completas funções de um museu (aquisição, conservação, estudo, comunicação e exposição) são adequadas quer ao acervo móvel quer imóvel, porquanto a aquisição de bens imóveis possa ser considerada na óptica do desenvolvimento das escavações do sítio arqueológico, que como foi mencionado, potencialmente “adquirirá” novos edifícios deste povoado.

No caso de Tróia a alteração de um projecto constantemente abordado como museu de Tróia, apenas foi revista quando se pretendeu associar as duas temáticas de património cultural e natural. Em Tróia, conforme foi definido no diagnóstico do acervo, a necessidade do equipamento que presentemente debatemos decorre do sítio arqueológico, ainda que este esteja intimamente ligado ao património natural da região e não o deva descurar.

Se considerássemos a definição mais simplista de centro de interpretação como uma instituição sem colecção, então sem qualquer dúvida, realizado o diagnóstico do acervo arqueológico de Tróia, este caso de estudo não se adequaria a esta solução de valorização. No entanto também não definimos aqui centro de interpretação como um espaço museal sem colecção, já que como se apresentou esta não é uma definição consensual. Ao diagnosticar um acervo composto por um sítio arqueológico, que não cabe fisicamente num edifício, e os seus objectos relacionados (bens arqueológicos e fundo documental) esta nomenclatura manter-se-ia aplicável. Aliás, definindo-se centro de interpretação como uma instituição concebida em função de um lugar particular, que pode ser também representado e ilustrado através dos seus objectos na realidade esta denominação seria igualmente possível no caso de Tróia. Se o que

falta ao projecto de Tróia fossem apenas as funções expositivas um centro de interpretação bastaria.

Sendo a reserva um espaço tão fundamental no que respeita o acervo arqueológico de Tróia diagnosticado, poder-se-á sugerir uma solução intermédia com a constituição de uma reserva reconhecida pela DGPC e um centro de interpretação como cartão de visita e complementar à visita do sítio arqueológico.

Contudo, considerando consensual que o centro de interpretação (Apêndice G) não tem como vocação a investigação, recolha e a conservação, mas antes a sensibilização de públicos para o património, esta definição não serve no caso de Tróia. Não se pretende apenas interpretar o território de Tróia, geograficamente distinto em época romana, mas também desenvolver o conhecimento da ocupação deste espaço entre o século I e VI. No caso de Tróia será mais conveniente a constituição de uma instituição que se entende como um pólo de investigação, onde, como foi observado através do diagnóstico do acervo, existe uma colecção aberta, que previsivelmente irá crescendo à medida da própria investigação.

Observando-se as funções museológicas que já decorrem neste espaço, as características do acervo e o potencial a longo prazo de depósitos de outros museus e de desenvolvimento do conhecimento do sítio, a definição de museu de sítio já citada no enquadramento conceptual “recolhe, conserva, estuda e divulga e tem como objecto principal o sítio e os bens móveis” (Nabais, 1993: 75) parece adequar-se particularmente no caso de Tróia.

Assim, propõe-se no presente projecto constituir em Tróia um **MUSEU** (Apêndice F), seguindo-se também a solução adoptada no caso do acervo arqueológico de Conimbriga.

A sua execução poderá ser faseada, sendo recomendado que se constitua em primeiro lugar uma reserva. Como um museu é um organismo em constante construção as suas áreas poderão ser desenvolvidas progressivamente, tal como no caso do sítio arqueológico os diferentes núcleos foram sendo preparados para receber visitantes. De acordo com o faseamento da instalação de um museu dever-se-á também prever os recursos adequados para o seu correcto funcionamento (Apêndice I e J).

4.3. Definição de missão, visão, vocação e objectivos

Este projecto não ficaria completo se não se procurasse contribuir concretamente para a determinação destes quatro vértices da programação museológica. Ainda assim o que procurámos definir para este caso de estudo não foi suficientemente debatido e apresenta-se apenas como uma proposta, sendo que mesmo aceites estes conceitos devem ser periodicamente revistos no funcionamento do museu.

Integrado na empresa Troiaresort que “mantém uma atitude de respeito pelo meio em que está integrado, que se reflecte, por um lado, na protecção dos seus recursos naturais e, por outro, na **conservação do seu património histórico**, permitindo aos que o visitam desfrutar de experiências memoráveis.”³⁸ a missão, visão, vocação e os objectivos de um futuro Museu de Tróia devem ser concordantes com esta concepção.

Acresce que no documento “Reflexão Estratégica 2012 – Ruínas de Tróia” considerou-se como missão “Assegurar a preservação das Ruínas de Tróia, Monumento Nacional; proporcionar a fruição cultural e ambiental das Ruínas de Tróia; contribuir para a sustentabilidade do sítio arqueológico”.

Atentos à missão definida pelos Lord como “declaración objetiva, breve y muy pensada sobre la razón de la existência de un museo, que sustenta todas sus políticas y actuaciones” (Lord e Lord 1998: 246), a razão da constituição deste museu são sem dúvida as Ruínas Romanas de Tróia e o seu acervo associado e como tal este será o centro da sua missão.

A selecção que se efectuará no Museu de Tróia prende-se com a exclusividade do material pertencer ao sítio arqueológico, que deverá ser devidamente assegurada na sua política de incorporação, não se pretendendo que este museu cuide de outras colecções que não provenham deste sítio arqueológico, ainda que no caso por exemplo de exposições temporárias possa vir a integrar objectos doutras proveniências com vista à ilustração do mundo romano e à colmatação de lacunas que esta colecção possa apresentar neste domínio.

³⁸ www.sonaeturismo.com.

Por tudo quanto definimos como necessidades do acervo anteriormente colocámos por ordem de prioridades as funções museológicas mais relevantes para o acervo arqueológico romano de Tróia. Concretizámos ainda de que forma deverá ser efectuada a difusão do acervo, e qual o objectivo último do museu. Assim resulta como proposta a seguinte **missão**:

conservação, interpretação e difusão do acervo arqueológico romano de Tróia, através da sua divulgação, exposição e da publicação de resultados do seu estudo, com o intuito de desenvolver o conhecimento de Tróia e permitir a fruição cultural e ambiental deste Monumento Nacional.

Como aspiração futura e pelo enquadramento geográfico do Museu pretende-se que este se distinga na região servindo tanto a comunidade local como o turismo que se prevê desenvolver na região.

Novamente no documento “Reflexão Estratégica 2012 – Ruínas de Tróia” definiu-se como visão “Tornar as Ruínas de Tróia um sítio de referência do turismo cultural internacional; Transformar as ruínas num polo de animação turística e cultural da península de Tróia; Reforçar as Ruínas como factor diferenciador do Troiaresort”.

Pensamos ser fundamental neste ponto a difusão do acervo, sendo que para cumprir a sua qualidade teremos que ter por base um excepcional cumprimento das funções de conservação e investigação.

Visão: *constituir-se como pólo cultural de qualidade, tornando-se local de referência do turismo cultural internacional, atraindo simultaneamente públicos locais e estrangeiros e actuando como factor diferenciador do Troiaresort.*

Para a formulação da vocação da instituição servimo-nos da legislação do património cultural (Art. 74º do Decreto-lei 107/2001). Aqui o acervo diagnosticado em concreto neste projecto será a particularidade da formulação da vocação deste museu. Assim:

Vocação: *arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação do acervo das Ruínas Romanas de Tróia, quer por forma da realização de trabalhos arqueológicos, quer pelas recolhas e doações de acervo arqueológico romano do sítio.*

Como acções mais concretas e precisas propomos os seguintes **objectivos**:

- *conservação e restauro do sítio arqueológico e bens móveis associados;*
- *proporcionar o progredir do conhecimento do sítio arqueológico, quer através da realização de trabalhos arqueológicos, quer através da divulgação ao público em geral constituindo um plano de actividades anual;*
- *proporcionar a visita e usufruto cultural do sítio arqueológico e suas colecções;*
- *eleva o conhecimento dos públicos da comunidade local e concelhos envolventes (concelhos de Setúbal, Grândola e Alcácer do Sal)*
- *servir como pólo cultural de uma região ainda hoje associada à actividade piscatória;*
- *assumir a coordenação das várias colecções proporcionadas pelo sítio arqueológico de Tróia e sua investigação;*
- *constituir-se como uma instituição sustentável;*
- *assumir o respeito pelo meio ambiente em que se integra (Rede Natura 2000).*

São **objectivos a longo prazo** os seguintes:

- *desenvolver uma Escola de Arqueologia de renome no sítio;*
- *integrar a Rede Portuguesa de Museus;*
- *promover a candidatura do sítio arqueológico de Tróia a Património Mundial (UNESCO);*
- *possibilitar o acolhimento de exposições temporárias produzidas por outros museus (nomeadamente o MNA, British Museum, Louvre, Metropolitan Museum of Art)*

4.4. Programa de investigação

Como vimos, grande parte do acervo arqueológico romano de Tróia permanece até à data inédito e pouco estudado. Ainda que se venham desenvolvendo recentemente (2009, 2010 e em curso) trabalhos de mestrado e doutoramento sobre colecções de Tróia, não existe um planeamento prévio dos temas de investigação a desenvolver. A realização de escavações arqueológicas tem por base os objectivos de conservação e valorização do sítio, que são prioritárias no presente momento.

Até ao momento a investigação do sítio arqueológico vem sendo desenvolvida e liderada pela equipa de arqueologia da empresa que financia o sítio arqueológico,

ainda que se apoie também a investigação de outros investigadores como Filomena Limão, João Almeida ou Rui Almeida, por exemplo.

Fará todo o sentido alargar e promover a investigação do sítio em parceria com outras instituições, como já vem sendo feito. Mencione-se até à data o apoio do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e mais recentemente da Universidade do Arizona, com a qual se criará o programa “Tróia Summer School”, um curso de Verão que pretende proporcionar a estudantes de arqueologia o contacto com o sítio arqueológico, participando estes nos trabalhos de escavação e inventário.

A investigação realizada no sítio vai sendo apresentada quer em encontros nacionais (por exemplo: VIII Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana - Entre Romanos e Bárbaros; Colóquio “Contextos Estratigráficos Romanos na Lusitânia (à Antiguidade Tardia)”, Leituras do sul cristão; Encontro Cidades Vivas, Cidades Mortas; Encontrharte; Seminário Arqueologia e Desenvolvimento; II Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal; Seminário 160 depois da Sociedade Arqueológica Lusitana; IV Seminário de Paleontologia e Arqueologia do Estuário do Tejo) quer em encontros internacionais (por exemplo: Rei Cretariae Romane Fautorum; Sociedade de Estudios de la Ceramica Antigua en Hispania; Association internationale pour l’étude de la Mosaïque Antique; Colóquio Internacional dedicado a *Lucius Cornelius Bochas*). Em 2013 será organizado pela equipa de arqueologia do Troiaresort, em colaboração com o CEAUCP, o Congresso Internacional de Ânforas Lusitanas, um tema relevante para a progressão do conhecimento da produtividade do sítio.

Havendo no património arqueológico uma necessidade de interdisciplinidade³⁹, há vários outros temas de estudo que devem ser desenvolvidos de acordo com o acervo proporcionado pelo sítio arqueológico, para além dos já diagnosticados da **arqueologia** e **antropologia**, que, como observámos, já vêm contribuindo para o desenvolver de conhecimento sobre o sítio.

No âmbito da **história de arte** são vários os temas que poderão ser abordados. Como exemplos temos o já publicado estudo da Basílica paleocristã de Tróia (Maciel,

³⁹ segundo o Art. 8º da Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico: “Para a gestão do património arqueológico são essenciais elevados níveis académicos em muitas disciplinas diferentes”.

1996), do estudo do capitel de Tróia (comunicação “O Capitel de Tróia: uma abordagem tipológica” de Filomena Limão) e do mosaico das termas (Limão *et alli*, no prelo).

Também ao nível da **engenharia** e da **arquitectura** devem ser desenvolvidos estudos, encontrando-se já publicado o estudo duma estrutura hidráulica deste sítio (Quintela, Cardoso e Mascarenhas 1986 e 1993/94).

Mencionem-se ainda outros campos disciplinares como a **conservação** e a **geologia**. Por fim, executando-se este projecto poder-se-á incluir também no campo da **museologia** e definir projectos institucionais do museu e projectos individuais dos técnicos do museu. Na realidade será essencial a constituição de um programa de investigação, que possa integrar o estudo das Ruínas Romanas de Tróia no panorama das investigações nacionais e internacionais não apenas da arqueologia, mas ainda de outras disciplinas associadas a este acervo.

Não esqueçamos a **história local**, numa região intimamente ligada à produção de conservas de peixe, que está associada ao próprio desenvolvimento económico da região de Setúbal, que se caracterizou por uma economia associada à indústria de conserva de peixe, onde o Museu do Trabalho desempenha já um significativo papel.

Poder-se-á ainda referir como tema deste acervo a contribuição para o conhecimento do **mundo romano**, devendo esta colecção contribuir para a investigação do mundo romano no território nacional, mas sendo também relevante no panorama internacional na medida em que é relevante a esta escala a capacidade produtiva do sítio arqueológico.

4.5. Propostas para as colecções identificadas no levantamento

Realizado o diagnóstico do acervo, não poderemos deixar de propor algumas acções concretas para as colecções identificadas.

A conservação da colecção instalada no Anexo do Palácio Sottomaior é a mais comprometida, uma vez que, como vimos, o edifício se encontra sem manutenção, ameaçando em breve não ter condições mínimas de segurança. A conservação das restantes colecções, quer em reserva quer em exposição, é assegurada pelos técnicos responsáveis pelo acervo de cada museu.

A investigação das colecções foi analisada caso a caso no capítulo do diagnóstico do acervo, tendo sido referido que uma das colecções mais relevantes é sem dúvida a depositada no MNA.

Em termos de divulgação, para além das acções concretas que proporemos abaixo, propõe-se ainda que no futuro Museu de Tróia se reserve uma área (Apêndice H) para virtualmente apresentar algumas das peças mais emblemáticas de colecções doutros museus, como a lucerna de Frei Manuel do Cenáculo (Museu de Évora), a sítula da Câmara de Grândola, o mármore com crísmo (MAEDS) ou ainda as peças classificadas de Interesse Nacional na colecção do MNA. Propõe-se ainda que uma selecção de peças de outros museus seja disponibilizada online pelo Museu de Tróia.

Propomos ainda manter pequenas exposições noutras áreas do empreendimento turístico (Golf de Tróia e Aqualuz Suite Hotel Apartamentos).

É essencial ainda, como já havia sido alertado por Diogo de Macedo no século passado, a classificação de algumas peças excepcionais como bens de Interesse Público ou Nacional conforme adequado⁴⁰, para sua protecção dado que não são provenientes de trabalhos arqueológicos e como tal encontram-se fora de protecção legal. Até à data apenas 10 peças provenientes de Tróia estão assim classificadas, todas incorporadas no MNA.

Por outro lado, o acervo documental deverá ser integrado num Centro de Documentação que terá lugar no museu, permitindo o acesso dos mais diversos públicos, mas sobretudo dos investigadores deste sítio.

O diagnóstico do acervo não ficou encerrado com este projecto, tal como elencado no sub-capítulo “Outras entidades” haverão ainda outras colecções dispersas. Como tal este trabalho será continuado e será também procurada a identificação de colecções privadas que poderão vir futuramente a integrar um museu que apresente condições para centralizar as colecções de Tróia.

Deverá ser ainda proposto um plano de acções, sendo que o presente projecto é meramente um contributo para uma programação e não um documento fechado, sendo crucial para sua viabilização a constituição de um grupo de trabalho, com representantes das diversas entidades apresentadas, que possa dar continuidade à

⁴⁰ Art. 15º do Decreto-lei 107/2001

investigação e programação de um futuro Museu em Tróia, proporcionando a tão desejada discussão acerca do tema.

Colecções a considerar incorporação no Museu de Tróia: Centro Português de Actividades Subaquáticas, Biblioteca Nacional, Anexo do Palácio Sottomaior e Troiaresort

No caso destas instituições propomos que as suas colecções venham a integrar o Museu de Tróia, onde o seu acondicionamento possa ser devidamente previsto e cujas funções prioritárias de conservação e investigação sejam planeadas. Estas peças deverão constituir igualmente a base expositiva do **Museu de Tróia**.

Entidades com colecções em exposição: Museu Nacional de Arqueologia, Museu Arqueológico do Carmo, Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Câmara Municipal de Grândola e Museu de Évora

Do diagnóstico do acervo decorre a conclusão que uma substancial parte da colecção de materiais provenientes de Tróia se encontra em reserva. No entanto, 4 das entidades analisadas possuíam parte da sua colecção de Tróia integradas nas suas exposições permanentes.

Como elemento de divulgação destas colecções propõe-se criar um **roteiro** descrevendo estas colecções e promovendo a sua visita, podendo este, num primeiro momento ser complementar à própria visita do sítio arqueológico.

O Museu de Évora tem actualmente em exposição no corredor da arqueologia a lucerna recolhida por Frei Manuel do Cenáculo em Tróia.

O MNA possui uma das principais colecções de acervo móvel proveniente do sítio arqueológico de Tróia. No caso da investigação da colecção, como vimos, há ainda um longo caminho a percorrer e muito potencial no conhecimento que a interpretação destes materiais poderá trazer. Existe para já um protocolo entre o Troiaresort e o MNA que prevê a continuação do estudo desta colecção.

A divulgação desta colecção vem sendo efectuada através de trabalhos parcelares, como vimos, com a publicação de artigos na revista do museu e compondo os catálogos de exposições no qual se vão integrando algumas das peças. Estão expostas peças de Tróia em duas exposições (permanente e de longa duração). No caso do acervo depositado no MNA pode-se sugerir como solução de apresentação ao público do importante espólio do sítio arqueológico de Tróia uma **exposição**

temporária dedicada ao sítio arqueológico, da qual decorresse igualmente a publicação de um catálogo e que poderia perdurar sob a forma de exposição virtual. O projecto de uma exposição temporária sobre Tróia não foi para já executada dada a insuficiência do espaço expositivo e a falta de verbas para remodelação de exposições temporárias do museu.

Seria também desejável que algumas das peças em reserva no MNA pudessem obter depósitos no futuro Museu de Tróia, para que assim pudessem ser usufruídas por visitantes do sítio arqueológico.

No caso do arquivo, apresentado como fundamental para documentar a colecção de objectos móveis aqui incorporados, propomos que se desenvolvam os trabalhos de digitalização dos documentos e que se possam vir a disponibilizar online com o apoio do futuro Museu de Tróia, integrando uma cópia no seu Centro de Documentação.

Entidades com colecções em reserva: Museu Municipal Pedro Nunes, Museu de Setúbal, Câmara Municipal de Mafra e Museu Municipal Leonel Trindade

Muitas destas colecções são de pequenas dimensões e já foram alvo de estudo e publicação.

No caso do Museu Municipal Pedro Nunes será imprescindível, no âmbito do próprio programa do Museu, progredir no inventário das colecções, para que se possa ter melhor conhecimento da colecção de peças do sítio arqueológico de Tróia que nele se integra.

Em Setúbal existem pelo menos 3 entidades identificadas com colecções de Tróia (MAEDS e Museu de Setúbal). O segundo, no caso de Tróia tem apenas algumas das peças recolhidas por Arronches Junqueiro que recolheu também peças com outras proveniências. Fazendo parte desta colecção, propõe-se que as peças de Tróia se mantenham aqui em depósito, podendo eventualmente ser cedidas para exposições temporárias.

Na Câmara Municipal de Mafra os materiais estão devidamente acondicionados, inventariados e até mesmo estudados e publicados. Esta colecção não é relevante do ponto de vista expositivo e em parte não pertence ao acervo aqui diagnosticado, uma vez que não corresponde a acervo de época romana, e que portanto não tem relação com o sítio arqueológico de Tróia e sua investigação.

O Museu Municipal Leonel Trindade comunica a sua colecção através de uma maleta pedagógica que apresenta nas escolas do concelho, tendo a colecção estado temporariamente em exposição.

Estes museus podem funcionar como difusores do património cultural de Tróia e de acordo com a disponibilidade de cada entidade, apresenta-se como sugestão para a valorização deste acervo a criação de **códigos QR** com textos de no máximo 300 caracteres descrevendo sumariamente a colecção e que poderiam estar disponíveis em cada museu que possua colecções de Tróia e funcionando assim em rede como pólos museológicos de depósito de acervo arqueológico proveniente de Tróia.

Considerações finais

[Tróia] é o museu fiel de uma civilização antiga

(Machado 1987: 139)

A primeira referência às Ruínas Romanas de Tróia de que temos registo é a obra *Chorographia* de Gaspar de Barreiros, em 1595. Desde então as Ruínas Romanas de Tróia foram tema de discussão, associada à questão da localização de Cetóbriga, mas é unânime a referência a este sítio arqueológico como de especial importância. A começar pelo Renascimento no qual se dá grande importância ao conjunto de vestígios ao longo da costa na península de Tróia e também ainda durante a monarquia na classificação como Monumento Nacional.

As investigações de Inácio Marques da Costa marcam uma viragem na história das investigações das Ruínas Romanas de Tróia. Observa-se um cariz mais científico no seu trabalho, com eminente preocupação no registo do que se encontrava preservado então neste sítio, trabalho que se distingue dos que o precederam e até mesmo de seus contemporâneos, como Arronches Junqueiro.

Relevantes também são as intervenções do actual Museu Nacional de Arqueologia entre os anos 40 e 60. Faz parte da história mais recente das investigações o trabalho da equipa do IPPAR dirigida por António Cavaleiro Paixão, que trabalhou ainda neste sítio com D. Fernando de Almeida e de Inês Vaz Pinto, com a equipa do Troiaresort.

A atenção prestada ao longo dos séculos às Ruínas Romanas de Tróia prende-se não apenas com o seu imenso potencial científico, mas também com o facto de terem sido as primeiras ruínas a serem escavadas em Portugal⁴¹, o que é atestado pela atribuição do Código Nacional de Sítio 2.

Após o elencar do historial das investigações nas Ruínas Romanas de Tróia, foi objectivo deste projecto o diagnóstico do acervo gerado por este sítio arqueológico, identificando-se as colecções dispersas de materiais, resultantes desta mesma história.

⁴¹ segundo mencionou recentemente o Prof. Dr. Jorge Alarcão, na cerimónia de inauguração da 1ª fase do circuito de visita das Ruínas Romanas de Tróia, a 01/06/2011.

Procurava-se assim uma base sobre a qual se poderia debater a definição de um espaço museológico em Tróia.

É de notar a extensa bibliografia em que se refere o abandono a que as Ruínas Romanas de Tróia estiveram votadas ao longo dos séculos, mencionando-se a espoliação do sítio de objectos quer monumentais como estátuas, capitéis, quer artefactos de pequenas dimensões, como lucernas. Assim se justifica que o espólio desta estação arqueológica se encontre entre dezenas de instituições museológicas pelo país, como as que constam listadas no capítulo 3.

O resultado desta dispersão de materiais provoca situações que no limite se traduzem na perda de informação e na dificuldade do seu estudo. No caso das intervenções de 1985 o material encontra-se depositado em 3 locais distintos: Museu de Beja; Museu Nacional de Arqueologia e Armazém junto ao sítio arqueológico.

Muitas das colecções identificadas nos diversos museus espalhados pelo país apenas se justificam pelo seu contexto histórico. A inexistência de um local com as condições apropriadas para a conservação dos materiais em Tróia permitiu a espoliação do sítio, cujos materiais, que no caso da maioria dos museus analisados correspondem a peças descontextualizadas e não fruto de escavações, foram levados do sítio para que assim se assegurasse a devida preservação, sendo este um dos componentes essenciais da missão de um museu, como foi analisado.

Analisado e diagnosticado o acervo de Tróia: qual a melhor forma de o valorizar? Centro de interpretação ou Museu?

Poderá um Centro de Interpretação assegurar todas as necessidades referentes à conservação, estudo e divulgação das colecções que descrevemos? À partida um centro de interpretação, não depende de uma colecção, e como tal não necessita de uma reserva o que claramente não se adequa à situação de Tróia.

Como vimos um museu tem como premissa essencial a colecção e não há dúvida que o acervo existente e que potencialmente irá existir justifica não apenas a criação do Museu de Tróia, mas diversos museus. Justifica-se a inclusão de peças de Tróia num

museu que divulgue a arqueologia nacional⁴² ou num pólo que apresente a história da arqueologia subaquática ou quando se visualiza o património em termos regionais, no concelho (Câmara Municipal de Grândola) e distrito a que pertence administrativamente (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal). A história de Tróia não diz respeito apenas ao sítio arqueológico, mas está imbricada na história nacional em diversos momentos, como apresentámos.

A história das investigações de Tróia acompanha a própria história da museologia portuguesa, porquanto se associa aos distintos períodos desta: começa com a simples recolha de objectos, num espírito colecionista de que temos registo desde as primeiras publicações sobre o sítio no séc. XVI; o investimento da Casa Real, à medida das tendências europeias, seguindo-se às escavações em Pompeia o investimento pela infanta D.Maria nestas ruínas com a busca do objecto pelo seu valor artístico; a constituição de colecções privadas, como gabinetes de curiosidades, como o caso da colecção do Duque de Aveiro, hoje desaparecida, e o interesse dos eclesiásticos que mostram curiosidade sobre este sítio (Fr. Bernardo de Brito, Fr. Vicente Salgado, Fr. Agostinho de Santa Maria, pastor Ruders), constituindo Fr. Manuel do Cenáculo uma colecção em Beja, transferida depois para a Biblioteca Pública de Évora, confirmando-se a evolução da utilização das colecções com intuitos de ensino/aprendizagem; a fundação de um museu nacional, na viragem do séc. XX, que recolhe objectos arqueológicos, em diversas instituições, nomeadamente na Academia de Belas-Artes de Lisboa, onde haviam sido depositadas as colecções da Sociedade Arqueológica Lusitana; até mais recentemente ao acompanhar de novas nomenclaturas como a de “Centro de Interpretação”, para cuja definição procurámos contribuir neste projecto.

Constituir-se um Museu em Tróia contraria a visão centralista leitiana de concentrar os vestígios do povo português num museu nacional, ainda que ele próprio reconhecesse a necessidade de criação de um museu que servisse o sítio de Tróia, considerando adequada, tal como sugerido anos antes pela Sociedade Arqueológica, um museu em Setúbal, a cidade vizinha mais próxima.

⁴² “O MNA constitui a instituição de referência portuguesa no domínio da museologia arqueológica, detendo as colecções a que o Estado atribua relevância para um discurso museológico nacional” Ponto 4. do Regulamento interno do MNA.

No panorama actual, devemos conter-nos ao propôr a criação de um novo espaço sem fins lucrativos, mas neste projecto procurámos demonstrar que o projecto museológico de Tróia tem sido sucessivamente adiado e representa efectivamente uma lacuna no panorama nacional. Este projecto precisa de ser desenterrado das areias que o cobrem de forma a proporcionar o prosseguir do estudo deste património cultural excepcional no nosso país e que poderá também ser reconhecido internacionalmente.

Uma vez que de acordo com a legislação o espólio de escavações deve ser depositado em museus e os bens classificados de Interesse Nacional (tesouros nacionais) devem ser colocados em museus, no intuito de não dispersar a colecção de Tróia e de poder ter um espaço museológico próximo do sítio dever-se-á considerar a criação de um museu em Tróia.

Poder-se-á argumentar que uma das grandes questões na escolha de uma ou outra solução será dos custos associados. A viabilidade do projecto, que agora se apresenta, dependerá não da dimensão orçamental mas da visão estratégica que se pretende para a valorização do sítio arqueológico. Em último caso poderá subsistir a indefinição da nomenclatura ou apelidar-se um centro de interpretação, quando na realidade se constituirá um museu, como sucede em alguns casos no território português. Procurámos com este projecto fornecer ferramentas para a correcta aplicação da nomenclatura a par de uma adequada programação. Cabe-nos alertar para o dispendioso que seria constituir-se um Centro de Interpretação e depois pretender transformá-lo em museu.

Pretendeu-se com este projecto constituir um dossier de trabalho, que seja futuramente desenvolvido por um grupo de trabalho, com representantes das diversas entidades identificadas, no capítulo 3, e que possam em conjunto progredir no projecto que foi iniciado com este contributo. Propomos como solução o faseamento da construção de um museu devidamente planeado com diversas prestações de investimento, tal como se fez no caso da musealização do sítio arqueológico, sendo essencial, na nossa óptica, começar pela constituição de uma reserva devidamente preparada para receber o resultado do prosseguir das investigações no sítio.

Não advogo que cada sítio arqueológico deva ter o seu museu, nem mesmo que todos justifiquem a instalação de um centro interpretativo, mas o caso de Tróia é paradigmático e destaca-se não só na história da arqueologia portuguesa, mas também paralelamente na história da própria museologia. Mais do que um centro interpretativo de um sítio arqueológico, um museu em Tróia pode representar uma luz sobre a arqueologia e a museologia nacional e, com base num sólido programa de investigação, constituir-se mais um factor de dessazonalização e de internacionalização da região, em desenvolvimento turístico, contribuindo para o desenvolvimento local e sua sustentabilidade.

Referências Bibliográficas

Legislação:

Decreto-regulamentar 18/99

Decreto-lei 55/2001

Decreto-lei 309/2009

Decreto-lei 270/99

Decreto 559/1914

ICOMOS (1964) - Carta de Veneza, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos

ICOMOS (1990) - Carta Internacional sobre a protecção e gestão do património arqueológico

ICOMOS Austrália (1988) - Carta de Burra (Carta para a conservação dos lugares e dos bens patrimoniais de valor cultural)

Lei 13/85

Lei-quadro 47/2004

Lei-base nº107/2001

Protocolo entre o IPPAR, o IPA e a IMOAREIA sobre o sítio arqueológico de Tróia, 2005.

Regulamento do Museu Monográfico de Conimbriga

Resultados Provisórios dos Censos (2011)

Portaria 164/2011

Relatórios:

(AAI, 2001) Informação nº11/IPA/2001, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S. 2, Vol. 5;

(AAI, 2000) “Sondagem do Poço I/2000”, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.6;

(AAI, 1985) “Intervenção Antropológica Aplicada à Arqueologia na Estação Romana de Tróia”, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.4;

(AAI, 1990) *Relatório do trabalho efectuado em Tróia em 1990*, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.5;

(AAI, 1991) “Garum-Sado - Indústrias de Salga na Lusitânia durante o Império Romano”, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.5;

(AAI,2000) “Valorização da Estação Arqueológica de Tróia (1ª fase)” Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.5;

(AAI, 2004) “Tróia, Projecto de conservação e valorização”, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.8;

(AAI, 1989) “Prospecção Geoelectrica e magnética na península de Tróia – Aplicação à Arqueologia”, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.5;

(AAI, 2005) POSSELT, M. (2005) – *Roman Settlement Tróia, Setúbal, Portugal. Geophysical survey 26 February – 17 March 2005 – Final report*. Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, S.2, Vol.9;

PINTO, I. V. e MAGALHÃES, A. P. (2007) – *Relatório final das Sondagens Preventivas para a delimitação da Estação Arqueológica de Tróia*. Troiaresort;

PINTO, I. V. e MAGALHÃES, A. P. (2008) – *Relatório Final do Levantamento arqueológico da fábrica de salga do Recanto do Verde (Tróia)*. Troiaresort;

PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P. (2011) - *Relatório Final do Desafogamento das Oficinas de salga 1 e 2 de Tróia (2008-2009)*. Troiaresort;

PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P. (2011) - *Relatório de Progresso 2009-2010 Projecto: Valorização das Ruínas Romanas de Tróia*. Troiaresort;

Fontes:

Legado de Leite de Vasconcelos, Apontamentos arqueológicos época romana, 1, Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia;

ABASCAL, J.M. e CEBRIÁN, R. (2009) – *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid, Real Academia de la Historia, Antiquaria Hispanica, p.562-567;

ANDERSEN, H. C. (2003) – *Uma visita em Portugal em 1866*, Canelas: Edições Gailivro;

BARREIROS, G. (1561) – *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXVJ começa[n]do na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italia ; co[m] algu[m]as outras obras cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte*, Coimbra;

BLUTEAU, R. (1712-1728) - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. - 10 vol. ; 2º;

BRITO, B. (1597) – *Monarchia Lusitana*. Alcobaça;

COSTA, A. I. M. (1929) – “Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal.” *O Arqueólogo Português*, vol. XXVII, Lisboa;

CASTRO, J. B. (1762) – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, Tomo Primeiro, Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, p.492;

Estatutos da Sociedade Archaeologica Lusitana;

GONÇALVES, V. dos S. (1965) – “Arronches Junqueiro e Tróia de Setúbal.” Separata do *Arquivo de Beja*. Beja: Minerva Comercial; p. 5-22;

HELENO, M. (1956) – “Um quarto de século de investigação arqueológica.” *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Nova série, 3, p. 221-237;

LEAL, P. (1880) – *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biographico, e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. Volume Nonno;

LEÃO, D. N. (1610) – *Descripçam do Reino de Portugal*, p.163;

LICHNOWSKY, F. (1844) – *Portugal. Recordações do anno de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, p.207;

PEREIRA, Duarte Pacheco (1988) *Esmeraldo de Situ Orbis*, 3ª ed., Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 236;

SALGADO, V. (1784) – *Conjecturas sobre huma medalha de bronze com caracteres desconhecidos, e com os latinos Vetto, achada no lugar da Troia defronte da villa de Setuval*, Lisboa: Offic. De Simão Thaddeo Ferreira, p. 72;

SILVEIRA, J. *et alli* (1849-50) – “Projecto de excavação nas ruínas da antiga Cetobriga, hoje Troia, in *Revista Popular*, 2º vol., Lisboa: Imprensa Nacional, p.351;

RESENDE, A. (1593) – *De Antiquitatibus Lusitaniae*;

RIBEIRO, C. (1858) – *Livro de Viagens. Digressão a Tróia em 1858*;

RUDERS, C. I. (1981) – *Viagem em Portugal : 1798-1802*, trad. António Feijó, Lisboa: B.N., p. 406;

VASCONCELOS, J.L., (1895) – “Ruínas de Troia (em frente a Setúbal)” *O Arqueólogo Português*, vol. I, Lisboa, p. 54-62;

(1903) – “Projecto de um Museu Archeologico em Setúbal.” *O Archeologo Português*, vol.VII, Lisboa, p.18;

Bibliografia:

AGONTI, T. (1982) – “Planning the open-air museum and teaching urban history: the United States in the World context”, *Museums*, vol XXXIV, nº3, Genève: Unesco, p.179-188;

ALARCÃO, A. (1989) – “Conimbriga and its museum of archaeology”, *Museums*, vol.XLI, nº1, Ghent: Unesco, p.23;

ALMEIDA, F. e MATOS, J. L. (1970) - Notícias Arqueológicas. Fragmentos de um sarcófago romano. *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, II. Lisboa, p. 3-7;

ALMEIDA, F. e PAIXÃO, J. e A. C. (1978) - Um tipo raro de sepultura romana. *Actas das III Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1977). Lisboa: p. 321-335;

ALMEIDA, J. (2009) - *A necrópole romana da Caldeira, Troia de Setubal: escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*. [tese de mestrado], Lisboa: Faculdade de Letras;

(2012) – “Cultos Mistéricos e Cristianismo em Tróia: uma perspectiva escatológica dos enterramentos tardios da Necrópole da Caldeira”. *Al-Madan Online*. 2: 17. Tomo 1 (Junho): 39-52;

ALMEIDA, L. F. (1965) – “Alguns documentos para a história da arqueologia em Portugal”, *Conimbriga*, 4, p. 103-105;

- ALMEIDA, M. J. de (2006) – “Coleções de arqueologia em autarquias: reflexões a partir de um inquérito promovido pela APA”, *praxis ARCHAEOLOGICA*, 1, p. 37-57;
- ALMEIDA, R. *et alli*, (no prelo) – “Which amphorae carried the fish products from Tróia (Portugal)?”, *Rei Cretariae Romane Fautorum*, Acta 42;
- American Association of Museums (1994) *Museums Count : A Report by the American Association of Museums*. Washigton, D.C.: American Association of Museums;
- ATTIKINSON, F (1970-71) – “New open air museums”, *Museums*, vol.23, nº2, Lausanne: Unesco, p.99-102;
- BALTAZAR, L. (1984-85) - Marcas de oleiro em "terra sigillata" provenientes de Tróia (Setúbal). *Al-madan*. Almada: 4-5, p. 15-16;
- BESSARD, M. e ROBINE, N. (2008) – “Les centres d’interpretation dans leur rélation à la recherché et à la diffusion”, *La lettre de l’OCIM*, nº119, p.12-17;
- BRINGER, J. P. (1988) – *Concepts et démarche de l’interpretation*, Montpellier: ATEN;
- CABRAL, J.M.P. (1981) – “Determinação da proveniência de cerâmicas”, *Arqueologia*, nº4, pp.74-82;
- CABRAL, M. E. F. (1973) - *Lucernas romanas de Tróia de Setúbal* (MNA). Dissertação dactilografada de Licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa;
- CAMPOS, M. J. de (1906) - “Acquisições do Museu Ethnographico Português”, Lisboa : Museu Ethnographico Português. - S. 1, vol. 11, n.º 9-12 (Set.-Dez. 1906), p. 284-295;
- CARBONE, F. (2011) – “Valorização turística do património arqueológico em prol da sociedade: o paideia approach”, *Boletim do ICOM*, Série II, nº11, p.2-10;
- CARDOSO, J. P. (2013) – *Ânforas romanas recuperadas em meio subaquático em Portugal*, [online], p.130;
- CARVALHAES, José (1908) - “Acquisições do Museu Ethnographico Português”, Lisboa : Museu Ethnographico Português. - S. 1, vol. 13, n.º 7-12 (Jul.-Dez. 1908), p. 374-378;
- CENÁCULO (1797) – *Catalogo Methodico dos Livros, que o Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas-Boas, bispo de Béja Doou à Real Bibliotheca Publica da Corte No anno de 1797. Tom. I Que contém os Livros impressos de Historia, Bellas Letras, Filosofia, Medicina, Mathematica, Officios, e Artes, e Sciencias Civis, e Politicas* [Manuscrito];
- (1791) *Catálogo das Doações do Bispo de Beja*;
- CHAUMIER, S. e JACOBI, D. (2008) – “Nouveaux regards sur l’interpretation et les centres d’interpretation”, *La lettre de l’OCIM*, nº119, p.4-11;
- CASTELO-BRANCO, F. (1954) – “O problema da identificação de Cetóbriga com as ruínas de Tróia de Setúbal”, *Broteria*, vol. LVIII, fasc. 4, Lisboa, p.703-709;

- (1965) – “Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal.” *Ocidente*. Lisboa: p. 100;
- COSTA, I. M., (1933) – “Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal”, *O Archeologo Português*, vol. XXIX, p. 2-31;
- DEFFNER A., METAXAS, T., SYRAKOULIS K. e PAPTHEOHARI T. (2009) - “Museums, Marketing and Tourism Development: The Case of the Tobacco Museum of Kavala”, *Discussion Paper Series*, 15(10), p.191-208;
- DELFINO, D. e RODRÍGUEZ, P. G. (1997) “Los Museos de Arqueología. Ausencia del Presente en las representaciones del Pasado” [online];
- DESVALLÉES, A. E MAIRESSE, F. (2010) – *Key concepts of Museology*, ICOM (versão digital resumida);
- DIOGO, A. M. D. (1994) – “As ânforas, contentor vinícola privilegiado da antiguidade” *Uma imagem do vinho*. Catálogo de exposição. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, p.14-15;
- DIOGO, A. M. D. e PAIXÃO, A. C. (2001) – Ânforas de escavações no povoado industrial romano de Tróia, Setúbal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: 4:1, p.117-140;
- DIOGO, A. M. D. e TRINDADE, L. (1998) - Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 4:16, p.187-220;
- (2003): Ânforas romanas de achados subaquáticos no Museu Arqueológico do Carmo. Estuário do Sado e costa algarvia. *Al-madan*, II série, 12, p. 191-192;
- DUARTE, C. (2003) – “Núcleo de Paleobiologia Humana 7. Bioantropologia”, in *Paleoecologia humana e arqueociências. Um programa multidisciplinar para a arqueologia sob a tutela da cultura*, José E. Mateus e Marta Moreno-García, (eds.), Lisboa: IPA (Trabalhos de Arqueologia; 29), p.263-296;
- ENCARNAÇÃO, J. (1984) – *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, Coimbra: Inst. Arq. Da Fac. de Letras, p.941;
- ENCARNAÇÃO, J. de et *alli* (2012) - “Árula funerária de Tróia”. *Ficheiros Epigráficos*, 99, Coimbra: Faculdade de Letras;
- ÉTIENNE, R., MAKAROUN, Y. et MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Éd. Boccard;
- FABIÃO, C. (1989) – “Para a história da arqueologia em Portugal”, *Penélope fazer e desfazer história*, nº2, pp. 10-26;

FERREIRA, F. B. e SILVA, M. C. N. (1958-62) – “Leite de Vasconcelos e a Tróia de Setúbal.” *Arqueologia e História*. Lisboa: p. 175-184;

GONÇALVES, António Manuel, 1959, *O museólogo José Leite de Vasconcelos*, Separata de: Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Vol. 1, Lisboa, p.45-61;

GUEDES, M.N.C. (1993-1994) - “A múmia ptolomaica do Museu Nacional de Arqueologia, memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja”. In *O Arqueólogo Português*, Série IV, n.º 11-12. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p.367-390;

GUERRA, A. (2002) – “Tróia de Setúbal : o que se esconde sob um mar de areia?”, *Al-madan*, Almada: 2:11, p. 16-17;

INE (2009) - *Inquérito aos Museus*, Documento Metodológico;

JACOBI, D. e MEUNIER, A. (2009) – “Les Centres d’interprétation: qualités et limites de la reconnaissance sensible du patrimoine”, in *Exposer dès idées. Du musée au centre d’interprétation*, Paris, Complicités, p.19-41;

JONG, A. e SKOUGAARD, M. (1992) – “Les premiers musées de plein air. La tradition des musées consacrés aux traditions populaires”, *Museum*, nº175, Maubege: UNESCO, p.151-157. *Journal*, April, Vol. 14, no 2, p. 190-199;

JUNQUEIRO, A. (1899/1900) – “Estudos sobre a Tróia de Setúbal”, *O Archeologo Português*, Lisboa: Imprensa Nacional Museu Ethnographico Português, p.7-9;

(1903) – “Estudos sobre a Tróia de Setúbal”, *O Archeologo Português*, vol VII, Lisboa: Imprensa Nacional - Museu Ethnographico Português, p.176-179;

LIMÃO, F, PINTO, I.V., MAGALHÃES, A.P. e BRUM, P. (no prelo) – Between otium and negotium : The *frigidarium* mosaic from the baths of the industrial fish-salting complex in Tróia (Portugal), AIEMA, Setembro de 2012;

LINXE, A. (2009) – “Le Centre d’interprétation: entre musée et parc de loisirs”, in *Exposer dès idées. Du musée au centre d’interprétation*, Paris, Complicités, p.75-93;

LORD, B. e LORD, G. (1998) *Manual de gestión de museos*, Barcelona: Editorial Ariel, S.A. ;

(2003) *The manual of museum planning*, Oxford: Altamira;

MACHADO, J. T. M. (1987) – “Como surgiu em Portugal a Primeira Sociedade de Arqueologia.” *Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*. Santiago do Cacém, p. 119-145;

MACIEL, J. (1996) - *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*, Lisboa;

MAGALHÃES, A. P. (2011) – *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*, [tese de mestrado] Lisboa: Universidade de Lisboa;

(no prelo) – Uma cetária de Tróia escavada nos anos 50 do séc. XX. *Setúbal Arqueológica*;

MAIA, M. (1974-77) - Marcas em ânforas da forma DR/20, de Tróia, Setúbal. *O Arqueólogo Português*. 3:7-9, p. 355-358;

(1975) - Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Tróia - ânforas do tipo «africano grande». *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: I, p. 155-158;

MAIA, M. G. P. (1974) –Cerâmica Fina Oriental de Tróia de Setúbal. In: Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia. Porto, p. 333-341;

(1974/77) - Sigillata clara com decoração aplicada de Tróia de Setúbal. *Arqueólogo Português*. Lisboa: 3:7-9, p. 365-381;

(1975) - Alguns aspectos da "terra sigillata" de Tróia (Setúbal). *Setúbal Arqueológica* Setúbal: vol. 1, p. 159-162.

(1976/77) - Sigillata (paleocristã) cinzenta de Tróia de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: 2-3, p. 411-418;

MANZATO, F. (2007) – “Turismo Arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico”, *Pasos*, vol.5, nº1, p.99-109;

MARTINHO, C. e LOUREIRO, V. (2001) – “1. Coleção de arqueologia subaquática Mestre Soares Branco”, *Boletim Cultural*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p.261-281;

MARTINS, A. C. (2003) - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória: um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses;

(2003-2004) – “As ruínas de Tróia (Setúbal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de oitocentos.” *Archaia*, nº 3, 4 e 5, Madrid, p. 65-85;

MCLEAN, F. (1994) - “Services Marketing: The Case of Museums.” *The Service Industries*;

MORAIS, R. (2009) – “Um caso exemplar: Cenáculo e o coleccionismo no Portugal de Setecentos.” *Revista Cadmo* 19. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 209-228;

MOREL-DELEDALLE, M. (2001) – “Musée de site et de reconstitution archéologique”, in *Cahiers d'études = Study series* : 9, p. 9-11 ;

NABAIS, António (1993) *Museus e Arqueologia, Al-madan*, série II, nº2, Julho, Almada, pp. 72-75;

NUNES, M. L. R. A. (1973) – *Tesouro romano do século IV de Tróia de Setúbal*, Dissertação dactilografada de Licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa;

PATROCÍNIO, M. F. S. (2007-2008). “Tempos de Fenícios: O tema do orientalismo e suas descobertas nos de D. Manuel do Cenáculo”. *A cidade de Évora*. II Série, 7.Évora, p. 99-124;

PEREIRA, M. A. G. (1971) – Fragmento de vaso vidrado a verde da estação romana de Tróia (Setúbal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 3:5, p. 145-154 ;

PETIT, J. M. (1999) – “L’atelier technique des espaces naturelles: un pionner français de l’interprétation du patrimoine”, *la lettre d’OCIM*, nº61, p.11-16;

PINTO, A. J. N. (2002) *Bronzes figurativos romanos de Portugal*, Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian : Ministério da Ciência e da Tecnologia, p. 254, 320, 343, 410, 412, 458;

PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; CABEDAL, V. (no prelo) - O núcleo fabril do Recanto do Verde (Tróia). *Setúbal Arqueológica* 14. Setúbal;

PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A.P.; BRUM, P. (2010a) - "Sondagem junto ao poço da oficina de salga 1 de Tróia." *Conimbriga*, vol. XLIX, p. 133-159;

(2010b) - "Ceramic assemblages from a fish-salting factory in Tróia (Portugal)." *Rei Cretariae Romane Fautorum*, Acta 41. p. 375-384;

(2011) - "O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornélii Bocchi." Colóquio Internacional dedicado a *Lucius Cornelius Bochus* (Tróia, 6, 7 e 8 de Outubro de 2010), p. 133-167;

(2012) - "Un depotoir du Ve siecle dans l’officine de salaisons 1 de Tróia”, Portugal. *Rei Cretariae Romane Fautorum*, Acta 42, p. 397-406;

QUINTELA, A. C., CARDOSO, J. L. e MASCARENHAS, J. M (1993/94) – “Instalação romana de captação, elevação e armazenamento de água em Tróia (Grândola, Portugal)”. *Conimbriga*. Coimbra: vol. 32-33, p. 157-169;

(1986) – *Aproveitamentos hidráulicos romanos a Sul do Tejo*. Contribuição para a sua inventariação e caracterização. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território;

RAPOSO, L. (2003) - “A acção de D. Fernando de Almeida na direcção do M. N. de Arqueologia e Etnologia”, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 21, p.13-64;

(2009) “Arqueologia e Museus: experiências portuguesas recentes”, *Museologia.pt*, nº3, Lisboa: IMC, p. 75-103;

RAPOSO, L. MARTINS A. S. e CORREIA, V. (2000) – *Normas de Inventário – arqueologia – normas gerais*, Instituto Português dos Museus;

RIBEIRO, C. (1872) – “Descrição da costa marítima compreendida entre o Cabo de S. Vicente e a Foz do Rio Douro”; *Revista de Obra Pública e Minas*, Tomo III, Lisboa, pp. 373-399;

RIBEIRO, J.C. (1977) – “Duas inscrições romanas conservadas no gabinete de numismática e antiguidades da Biblioteca Nacional de Lisboa”, *O Archeologo Português*, Lisboa : Museu Ethnographico Português, Série III, vol. 9, p. 331-346;

RIBEIRO, M. (1970) - Anzóis de Tróia. Subsídios para o estudo da pesca no período lusitano-romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: 3:4, p. 221-236;

RUIVO, José da Silva (2008) - Circulação monetária na Lusitânia do séc. III, Porto: Universidade do Porto [tese de doutoramento];

RUKE, A. (2008) - *Referencial Europeu das Profissões Museais do ICTOP*;

SCHREINER K. (1985) - "Authentic objects and auxiliary materials in museums", *ICOFOM Study Series*, nº 8, p. 63-68;

SCIPION, S. M. (1999) - "Le centre d'interpretation au cours d'un projet de valorization", la lettre d'OCIM, nº61, p.22-27;

SEGURADO, A. (1920) - Tróia de Setúbal, «Cetóbriga» dos Romanos. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Etnológico Português. Vol. XXIV, p. 213 -215;

SIENES HERNANDO, M. (2000) - *As imitações de moedas de bronze do séc. IV d.C. na Península Ibérica: o caso do Ae2 Reparatio Reipub*. Lisboa: IPA (Trabalhos de Arqueologia, 13), p.195;

SILVA, C. T. (1985-86) - A. I. Marques da Costa e Tróia de Setúbal. *Lucerna*. Porto: Secretaria de Estado da Cultura. Delegação Regional do Norte. Centro de Estudos Humanísticos. Secção de Arqueologia, 2:1 (comunicação apresentada no V Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 17 a 20 de Novembro de 1966), p. 259-268;

SILVEIRA, T.; ANDRADE, F., PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; CABEDAL, V. (no prelo) - Enchimento de praia para protecção das ruínas romanas de Tróia: projecto e acompanhamento arqueológico. *Setúbal Arqueológica* 14. Setúbal;

SIMÕES, A. F. (1869) - *Relatório acerca da renovação do Museu Cenáculo*, Évora: Typ. da Folha do Sul, p. 38;

SOARES, J. (1980) - *Estação romana de Tróia, Setúbal*. Grândola: Câmara Municipal de Grândola e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, p.34;

(2010) - "Museologia de escala regional. Breve reflexão a partir das práticas do MAEDS", *Musa*, 3, p.9-20;

SOUSA, É. M., SEPÚLVEDA E. (1997) - *A colecção de "contentores" cerâmicos de Tróia de Setúbal conservada no Museu Municipal de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, (Sep. do Boletim Cultural [da Câmara Municipal de Mafra], p. 143-158;

TILDEN, F (1977) - *Interpreting our heritage*, Chapell Hill Books, p.138;

VARINE, H. (2009) - "Le Centre d'Interpretation du patrimoine au sein du développement d'un territoire" in *Exposer dès idées. Du musée au centre d'interpretation*, Paris, Complicités, p.173-179;

VASCONCELOS, J. L. (1895) - "Acquisições do Museu Ethnographico Português", Lisboa : Museu Ethnographico Português. - S. 1, vol. 1, n.º 8 (Ago. 1895), p. 218-222;

(1897) – “Excavações reais em Troia”. *O Archeologo Português*, série I, vol. III. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p.265;

(1898) – “Troia de Setúbal”. *O Archeologo Português*, série I, vol. IV. Lisboa: Museu Ethnologico Português, p.223-224;

(1903) – “Projecto de um Museu Archeologico em Setúbal.” *O Archeologo Português*, vol.VII, Lisboa, p.18;

(1906) - “Acquisições do Museu Ethnographico Português”, Lisboa : Museu Ethnographico Português. - S. 1, vol. 11, n.º 1-4, p. 88-92;

(1958) *Cartas de Leite Vasconcelos a M.S. (Martins Sarmento)*, Guimarães, nº 31, p.106 – 131;

VERDASCA, C. (2010) - *As termas de Tróia: documentos escritos e materiais do Museu Nacional de Arqueologia* [tese de mestrado], Lisboa: Faculdade de Letras;

XARO, M. G. (1860) – “Ânfora de barro grosseiro”, *in Archivo Pittoresco*, III, Lisboa, p.376;

(1860) – “Urna cineraria, pomiforme, de vidro branco, ordinário, achada no sitio da Troia em o dia 8 de Janeiro de 1858”, *in Archivo Pittoresco*, III, Lisboa, p.88;

Outros documentos:

AA. VV. (2005) - *Criterios para la elaboración del Plan Museológico*, Madrid: Ministerio de Cultura;

AA. VV. (1979) - *La Programmation pour les musées*, vol. especial de *Museum*, vol. 31 (2), Paris, Unesco ;

PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A.P.; BRUM, P. (2009) – *Texto-base para a interpretação das Ruínas Romanas de Tróia*. Troiaresort;

“Programação Museológica do Museu Municipal de Grândola”;

“Reflexão Estratégica 2012 – Ruínas de Tróia”;

(1883) *Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra*, Suplemento 1º, Coimbra, Imprensa da Universidade, p.49;

(1891) *Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos civis e Archaeologos Portuguezes*, Lisboa: Tipografia universal, p.241;

(2004) - *Running a museum: a practical handbook*, ICOM;

(2005) Protocolo entre o IPPAR, o IPA e a IMOAREIA sobre o sítio arqueológico de Tróia.;

21ª Conferência Internacional do ICOM em Viena (Áustria) em 2007.